

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**RAQUEL SANTOS HONÓRIO**

**A CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À  
POBREZA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO JARDIM DE  
GENTE NO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM**

**FORTALEZA**

**2014**

**RAQUEL SANTOS HONÓRIO**

**A CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA: A  
EXPERIÊNCIA DO PROJETO JARDIM DE GENTE NO CENTRO  
CULTURAL BOM JARDIM**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Política Pública da Universidade Estadual do Ceará, como requisito necessário à obtenção do título de mestre em Planejamento e Política Pública.

Orientação: Prof. Ph.D.Alexandre Almeida Barbalho

**FORTALEZA**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Honório, Raquel Santos .

A cultura como estratégia de combate à pobreza: A experiência do Projeto Jardim de Gente no Centro Cultural Bom Jardim [recurso eletrônico] / Raquel Santos Honório. - 2014.

1 CD-ROM: 1l.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 137 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Avaliação de políticas, programas e projetos..

Orientação: Prof. Ph.D. Alexandre Almeida Barbalho.

1. Política Cultural. 2. Formação. 3. Cultura como recurso. 4. Combate à pobreza. I. Título.

RAQUEL SANTOS HONORIO

A CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA: A EXPERIÊNCIA  
DO PROJETO JARDIM DE GENTE NO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 03/03/2014

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



---

Prof. Dr. Francisco Horacio da Silva Frota  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



---

Profª. Drª. Kadma Marques Rodrigues  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

*Dedico este trabalho a juventude do Grande Bom Jardim que acredita e vive a arte e a cultura como ferramentas de transformação social. Nessa juventude incluo a mim, meus irmãos, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e todos os alunos e professores do Projeto Jardim de Gente.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Zacarias e Rosa, e aos meus irmãos, Isaac, Diego e Rafael, pela dedicação, amor e incentivo aos meus estudos.

Ao meu companheiro Dinho por ser a base de tudo nesta década juntos e por ter dito que tudo iria dar certo.

As minhas colegas do mestrado, Rosinere Marques, Luanna Marley, Deubia Cavalcanti, Isabella Veloso e Aparecida Façanha, pelos momentos de aprendizagem coletiva e demonstrações de carinho.

Ao professor orientador e amigo, Alexandre Barbalho, por servir de inspiração em minha imersão nos estudos da política cultural.

Aos professores do Mestrado em Política Pública, Rejane Bezerra, Horácio Frota e outros que deixaram grandes contribuições para a minha formação acadêmica. À professora Rosemary Almeida cuja revisão na banca de qualificação foi um grande impulsionador para a conclusão desta dissertação. E professora Kadma Marques por tão prontamente ter se disponibilizado para participar da banca de defesa.

Aos amigos Mariana Freitas e Jair Costa que contribuíram imensamente com a pesquisa e revisão do texto. Em especial à Ana Paula Ximenes, amiga e irmã, que se tornou a minha maior incentivadora nesta jornada.

Por último, um agradecimento especial a toda a equipe e professores do *Projeto Jardim de Gente* e comunidade do Grande Bom Jardim por terem me proporcionado uma experiência tão rica e intensa nos anos de 2012 e 2013, como fonte de conhecimento e vivências pessoais e profissionais. Em especial à Lina Luz, Marques Filho e Joaquim Araújo, coordenadores do projeto e grandes amigos.

Todas as pessoas aqui citadas e muitas não citadas, de alguma forma fizeram parte dessa jornada. À todos os meus sinceros agradecimentos.

*Raquel Honório*

## RESUMO

Esta pesquisa aborda os debates acerca das políticas culturais e seus usos enquanto ferramenta de desenvolvimento social e econômico. Tomamos a experiência do *Projeto Jardim de Gente* como estudo de caso, um projeto de formação em arte e cultura que acontece no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), em Fortaleza, Ceará, financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), desde 2007. A pergunta a partir da qual lançamos mão como mote para esta pesquisa é: como é executado o objetivo de utilizar a arte e a cultura como recursos e ferramentas de combate à pobreza? Metodologicamente, partimos de uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando a técnica da observação participante e da coleta de dados por meio de pesquisa documental, analisando arquivos, relatórios e revistas do projeto. Acompanhamos algumas atividades, principalmente reuniões de construção do Plano Político Pedagógico (PPP), fórum, formações de professores e reuniões de coordenação. Aplicamos questionário com 23 alunos, na faixa etária de 18 a 25 anos, além de 6 entrevistas com alunos e outras 8 com colaboradores e professores do projeto. Um estudo bibliográfico serviu como pano de fundo para contextualizar as questões às quais esse projeto remete, os desafios que ele tenta responder e as problemáticas levantadas pela pesquisa. A partir do estudo de algumas concepções como: política cultural; cultura e democracia; cultura e desenvolvimento; cultura, mercado cultural e economia criativa; cultura como recurso; pobreza e vulnerabilidade social; cultura, educação e formação profissional; identificamos os debates que compõem o quadro teórico e prático das políticas culturais na atualidade. Tais leituras foram possíveis através dos estudos de alguns teóricos como Bourdieu (1970), Barbalho e Rubim (2007), Bolán (2006), Botelho (2001), Nascimento (2008), Calabre (2007), Coelho (1997), Loiola e Miguez (2007), Siqueira (2009), Rocha (2006) e Abramovay et al. (2002), para citar alguns que adentraram nossa pesquisa. A partir da pesquisa de campo e dessa revisão de literatura observamos que o Projeto Jardim de Gente é uma ação cultural que busca fomentar a construção de um capital social e cultural capaz de promover o desenvolvimento social e econômico no Grande Bom Jardim. Entendemos que uma ação cultural como essa é então uma estratégia válida para possibilitar a saída da condição de pobreza quando bem contextualizada a outras políticas. Contudo, consideramos que o Jardim de Gente é uma experiência que necessita de aprimoramento em sua formatação e em sua metodologia, de forma que tais necessidades sejam voltadas para o alcance de resultados eficazes e mensuráveis.

Palavras-chave: Política cultural. Formação. Cultura como recurso. Combate à pobreza.

## ABSTRACT

This research approaches on the discussions about the cultural politics and its uses as a tool of social and economic development. We took the experience from the *Projeto Jardim de Gente* (Garden of People Project) as a case study, a project of training on art and culture that takes places at the Centro Cultural Bom Jardim – CCBJ (Cultural Center Bom Jardim), in Fortaleza, Ceará, financed by the Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP (State Fund to Combat Poverty), since 2007. The question from which we proceeded as a motto for this research is: how the aim of utilizing the art and the culture as resources and tools on fighting poverty is executed? Methodologically, our basic assumption is from a quanti-qualitative approach, using the technique of participant observation and the data collection through documental research, analyzing files, reports and magazines from the project. We accompanied some activities, especially the meetings of the construction of the Plano Político Pedagógico – PPP (Political Pedagogical Plan), forum, teacher training and coordination meetings. We applied a questionnaire with 23 students, on the age group from 18 to 25 years old, besides 6 interviews with the students and other 8 interviews with collaborators and teachers from the project. A bibliographical study served as a basis to contextualize the questions to which this project refers, the challenges that it tries to answer and the issues that were raised by the research. From the study of some conceptions like: cultural politics; culture and democracy; culture as a resource; poverty and social vulnerability; culture, education and professional training; We identified the discussions that compose the theoretical and practical framework of the cultural politics on today. Such readings were possible through the studies of some theorists, like Bourdieu (1970), Barbalho and Rubim (2007), Bolán (2006), Botelho (2001), Nascimento (2008), Calabre (2007), Coelho (1997), Loiola and Miguez (2007), Siqueira (2009), Rocha (2006) and Abramovay et al. (2002), to mention some theorists that entered in our research. From the field research and from this literature review, we realized that the *Projeto Jardim de Gente* (Garden of People Project) is a cultural action that pursues to foster the construction of a social and cultural capital able to promote the social and the economic development of the Greater Bom Jardim. We understand that a cultural action like this is a valid strategy to enable an exit of the poverty condition, when it's well contextualized to other politics. However, we consider that the *Jardim de Gente* (Garden of People) is an experience that needs improvement in its training and in its methodology, so that such needs are aimed to the reach of measurable and effective results.

Keywords: Cultural politics. Training. Culture as a resource. Fighting poverty.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Apresentação da Prática de Conjunto .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 2 – Apresentação da Percussão .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 3 – Apresentação do curso de Danças Urbanas.....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 4 – Aula de Gastronomia na UFC .....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 5 – Produtos do curso de Design de Moda .....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 6 – Exposição do curso de Fotografia.....</b>	<b>92</b>
<b>Figura 7 – Produto do curso de Metareciclagem.....</b>	<b>92</b>
<b>Figura 8 – Produtos do curso de Artesanato em Papel.....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 9 – Produtos do curso de Cadernos Artesanais.....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 10 – Apresentação de Teatro (2013) .....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 11 – Apresentação de Teatro (2012) .....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 12 – Encontro de construção do PPP em 2012 .....</b>	<b>99</b>
<b>Figura 13 – Cartaz feito no I Fórum CCBJ .....</b>	<b>118</b>
<b>Figura 14 – Grupos no I Fórum CCBJ.....</b>	<b>118</b>
<b>Figura 15 – Apresentação do Coral da Terceira Idade.....</b>	<b>125</b>

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1 - Progressão de recurso do FECOP para o *Projeto Jardim de Gente* ..... 32**

**Tabela 2 - Perfil profissional dos alunos (questionários) ..... 103**

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da Cultura.....	18
Quadro 2 – Lista das Instituições Parceiras de 2012.....	49
Quadro 3 – Lista das Instituições Parceiras de 2013.....	51
Quadro 4 - Benefícios do <i>Projeto Jardim de Gente</i> para os alunos apontados pelos professores e colaboradores.....	114
Quadro 5 - Proposta dos professores e colaboradores para o futuro do <i>Projeto Jardim de Gente</i> por categoria.....	124

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Hora-aula por Linguagem (2012).....</b>	<b>86</b>
<b>Gráfico 2 – Hora-aula por Linguagem (2013).....</b>	<b>87</b>
<b>Gráfico 3 – Faixa etária dos alunos (2013).....</b>	<b>101</b>
<b>Gráfico 4 – Escolaridade dos alunos (2013) .....</b>	<b>102</b>
<b>Gráfico 5 – Perfil profissional dos alunos (2013).....</b>	<b>104</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCBJ – Centro Cultural Bom Jardim  
CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura  
CDVHS - Centro de Defesa da Vida Herbert De Souza  
CPEC - Centro Cultural Pé no Chão  
CTD - Curso Técnico de Dança  
CUCA - Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte  
DLIS – Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim  
EAOTPS - Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho  
ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura  
ENPROCULT - Encontro Nacional de Produtores Culturais  
FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa  
FECOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Estado do Ceará  
FEMP - Comisión de Cultura de la Federación Española de Municipios y Provincias  
GBJ - Grande Bom Jardim  
IACC - Instituto de Arte e Cultura do Ceará  
ICA - Instituto de Cultura e Arte  
ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IDM - Instituto Dragão do Mar  
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
MINC – Ministério da Cultura  
NUCA - Núcleo de Cinema e Animação da Casa Amarela Eusélio Oliveira  
OS - Organização Social  
PPA - Plano Plurianual  
PPP - Plano Político Pedagógico  
SECULT - Secretaria de Cultura do Estado do Ceará  
SER V - Secretaria Executiva Regional V  
SNC - Sistema Nacional de Cultura  
UECE - Universidade Estadual do Ceará  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFF - Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Da pesquisa e do tema propostos .....	15
1.2 Pesquisador, campo e objeto: aproximações e distanciamentos.....	19
1.3 Percursos metodológicos .....	22
1.4 Constituição do trabalho .....	25
<b>2. PROJETO JARDIM DE GENTE: FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA NO GRANDE BOM JARDIM .....</b>	<b>27</b>
2.1 Elementos constitutivos: Atores, Recursos e Regras Institucionais .....	30
2.1.1 Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) e Secretaria da Cultura (SECULT) .....	30
2.1.2 O Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ): origem, ideário e regras .....	32
2.1.3 O Grande Bom Jardim e sua população .....	36
2.1.4 Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): origem e concepções.....	40
2.2 Projeto Jardim de Gente: estratégias, contexto e trajetória.....	42
2.2.1 Objetivos, estratégias e contexto da formulação do projeto .....	43
2.2.2 Trajetória institucional.....	45
2.3 Percursos do cotidiano: observações do campo empírico .....	55
<b>3. CULTURA COMO RECURSO PARA O COMBATE À POBREZA.....</b>	<b>63</b>
3.1 Pobreza e vulnerabilidade social: questões teórico-metodológicas.....	63
3.2 A política cultural e alguns conceitos norteadores .....	71
3.2.1 Cultura e Política Cultural.....	72
3.2.2 A Cultura como Recurso e o Capital Cultural .....	76
3.2.3 A Ação Cultural.....	81
3.2.4 Pensando outras Ações.....	82

<b>4. PROJETO JARDIM DE GENTE: COMPREENDENDO SUAS ESTRATÉGIAS.....</b>	<b>85</b>
4.1 Ações de formação: analisando resultados.....	85
4.1.1 <i>Os cursos: propostas e práticas</i> .....	85
4.1.2 <i>Compreendendo algumas questões práticas</i> .....	95
4.2 Experiência dos jovens: análise dos questionários e das entrevistas.....	99
4.2.1 <i>Os jovens: perfil, formação, aprendizagem</i> .....	101
4.3 Um olhar sobre o <i>Jardim de Gente</i> : experiência dos professores e dos colaboradores.....	111
4.4 É possível combater a pobreza com políticas culturais? .....	119
4.5 O futuro do Projeto: expectativas de professores e alunos.....	122
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>132</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Da pesquisa e do tema propostos

Esta pesquisa se concentra nos debates acerca das políticas culturais e seus usos enquanto ferramenta de desenvolvimento social e econômico tão presentes na atualidade. Focaremos nos discursos e experiências das políticas e projetos culturais que se voltam para o fomento à profissionalização em arte e cultura como instrumento de desenvolvimento. A experiência que tomaremos como campo empírico de investigação é o *Projeto Jardim de Gente*, um projeto que reúne uma série de ações formativas nos campos da arte e da cultura numa região com elevados índices de pobreza da cidade de Fortaleza e que é financiado por um fundo de combate à pobreza do Governo do Estado do Ceará. O contexto desse lugar e seus habitantes, somado às ações desenvolvidas neste projeto social, de cunho cultural, serão as bases sob as quais lançaremos nosso olhar na discussão do tema.

A pergunta a qual lançamos mão como mote para esta pesquisa é: como é executado o objetivo de utilizar a arte e a cultura como recurso e ferramenta de combate à pobreza? Ou, sendo mais específico, que estratégias e ações este projeto executa na prática para alcançar os seus objetivos propostos?

O lugar da formação na área da cultura no Brasil é um espaço que precisa ser melhor discutido. Para além das políticas de estímulo à produção e difusão cultural, é preciso pensar na dimensão da formação na formulação das políticas culturais deste país. Essa formação, qualificada e continuada, de diversos profissionais para trabalharem no campo cultural é uma demanda que há muito existe, mas que ainda são poucas as experiências no Brasil, apesar do aumento do investimento na área nos últimos anos.

Na periferia de Fortaleza temos como experiências recentes os três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas) e o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), localizados respectivamente nos bairros Barra do Ceará, Jangurussu, Mondubim e Grande Bom Jardim, regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com altos índices de violência. Esses equipamentos culturais foram implementados com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento dessas regiões, consideradas como áreas com elevada pobreza e criminalidade. Através das atividades e formações oferecidas gratuitamente, principalmente formações na área da cultura e arte voltadas para o público jovem, os equipamentos buscam alcançar o objetivo supracitado.



Por sua vez, no corredor turístico de Fortaleza, na região da Praia de Iracema, temos a recém-criada Escola Porto Iracema das Artes, ligada ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), inaugurada em 2013, uma escola de formação e criação cultural constituída a partir de quatro áreas de formação: cursos básicos, cursos técnicos, laboratórios de criação e porto do conhecimento. Sendo os laboratórios de criação espaços de experimentação, pesquisa e desenvolvimento de projetos culturais nas diversas linguagens e o porto do conhecimento, encontros mensais que reúnem integrantes das diversas áreas de formação cultural para troca de experiências.

A existência desses equipamentos em Fortaleza e o crescente debate nacional em torno da chamada “economia criativa” (que se institucionalizou através da criação da Secretaria da Economia Criativa em 2011 no MinC) estão entre os fatores que vão estimular novamente a visibilidade da questão da profissionalização em arte e cultura como estratégia de geração de emprego, renda e desenvolvimento social. Assim, ações neste sentido começam a entrar na agenda pública e compor as ações de novos equipamentos culturais como os acima citados. Como relata Marta Porto (2007) “cultura e desenvolvimento, cultura e fortalecimento da democracia, cultura e cidadania são temas que começam a despontar com força na agenda política nacional, em debates, seminários, apresentações de documentos de secretarias e fundações culturais a partir dos anos 2000”.

O *Projeto Jardim de Gente*, objeto empírico desta investigação, é um projeto de formação em arte e cultura que acontece no CCBJ desde 2007 com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Estado do Ceará (FECOP). Contudo, na presente investigação nos deteremos aos acontecimentos mais recentes, a partir de 2010, com foco precisamente nas ações executadas em 2012 e 2013, anos em que pude estar inserida e acompanhando o desenvolvimento dessa experiência.

Através deste estudo empírico, será buscada a compreensão de um encadeamento de questões: quais são os objetivos deste projeto, em que contexto ele surge, como se dá a sua estratégia de formação em arte e cultura e como estas, na prática e nos discursos, têm se adequado enquanto ferramenta de combate à pobreza no Grande Bom Jardim.

Algumas questões que problematizo são: Quais são os conceitos, os discursos, as ideias, os recursos, os atores que estão por trás da concepção deste projeto? E como esses elementos têm sido mobilizados enquanto recurso para a resolução de diversos problemas sociais dentro deste projeto em específico? Essas e outras questões servem de mote para esta investigação. Ao final dessas observações, poderemos analisar os encontros e desencontros entre os objetivos, os discursos e as práticas deste projeto, cumprindo assim o papel que aqui

é proposto que é a execução de uma pesquisa científica sobre um dado objeto.

Para o entendimento do assunto da presente pesquisa, contextualizaremos logo no primeiro capítulo cada um dos atores e ações envolvidos neste objeto. Mas nesta introdução se faz necessária uma breve explanação para que o leitor possa entrar no texto situado. Entendemos que se torna mais clara a contextualização neste caso se partirmos do ponto mais específico ao geral, por isso, inicialmente versaremos sobre o *Projeto Jardim de Gente* e seu histórico, até chegar aos atores que vêm antes dele.

O *Jardim de Gente* é um projeto executado pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Trata-se de um projeto que há sete anos (2007 – 2013) vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Formação do CCBJ, centro cultural localizado no Grande Bom Jardim, periferia de Fortaleza.

Para elucidar, o IACC é uma associação na forma da lei, pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos e sem fins lucrativos, de interesse coletivo, constituído em 10 de março de 1998, qualificado como organização social, através do decreto de nº 25.020 de 03 de julho de 1998. Desde Agosto de 1998, é o órgão gestor do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e desde 2006 do CCBJ, ano de fundação desse centro cultural. Dentro da SECULT o projeto se enquadra como proposta do Programa de Desenvolvimento e Valorização das Culturas Regionais.

O objetivo geral do *Jardim de Gente*, segundo consta em seu projeto, é “contribuir para o desenvolvimento social e sustentável do Grande Bom Jardim, através de ações de formação voltadas para o fortalecimento da cidadania e a geração de trabalho e renda na área da cultura.” Essas ações de formação são oferecidas anualmente através de cursos e oficinas gratuitas para crianças, jovens, adultos e idosos, em diversas linguagens artísticas, assim como na área da gestão cultural e tecnologias da informação. Conforme encontramos relatado no texto do projeto, nessas ações formativas, o conceito de cultura é trabalhado nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica. O Quadro 1 a seguir traz a definição de cada uma delas.

**Quadro 1 - Dimensões da Cultura**

Dimensão simbólica da Cultura	Relacionada ao imaginário, às expressões artísticas, práticas culturais e memória. Formadora de subjetividades e fomentadora da imaginação criadora e criativa. Tem relação direta com o sentimento de pertencimento, com a construção de identidades e autoestima.
Cultura como cidadania	Direito de reconhecer-se como sujeito cultural, direito a expressão, criação e divulgação cultural, direito ao acesso e à fruição dos bens culturais, direito à memória histórica, direito a desfrutar dos benefícios próprios das criações científicas, artísticas, tecnológicas e direito à informação e à participação política. Esses direitos são assegurados na Carta Magna e nas declarações universais.
Cultura como fator econômico	Na sociedade da informação a economia que mais cresce é a dos bens simbólicos, fazendo da cultura um importante fator de desenvolvimento social e econômico. A “economia criativa” possibilita não apenas gerar oportunidades de trabalho e renda, mas também a melhoria da qualidade de vida e a valorização e ressignificação simbólica da existência.

Fonte: Projeto Jardim de Gente – 2012

O projeto prevê, trazendo essas dimensões, levar aos alunos uma nova visão sobre a arte, a cultura e o mercado de trabalho desses campos, como possibilidade de geração de renda e combate à pobreza. Ele pretende que seus alunos saiam com ferramentas que os tornem cidadãos e profissionais capazes de atuar na área antes largamente conhecida como mercado cultural e que agora está sendo debatida dentro do conceito de “economia criativa”.<sup>1</sup>

Para a compreensão do nosso objeto de análise, é necessário também trazer informação sobre o que é o fundo que garante sua execução, o FECOP. Desde seu início, o *Projeto Jardim de Gente* tem sido executado com recursos desse fundo. O FECOP foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003. Seus objetivos são “dar assistência às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha de pobreza, potencializando programas e projetos voltados para a melhoria das condições de vida, favorecendo-lhes o acesso a bens e serviços sociais” e “promover transformações estruturantes, que possibilitem um efetivo combate à pobreza em áreas selecionadas do Estado do Ceará”, sendo este último um objetivo cujo impacto é de médio e longo prazo. Em sua cartilha (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004) também se definem seus objetivos estratégicos, que se consubstanciam no fortalecimento do “capital humano”, através de

<sup>1</sup> O conceito “economia criativa” é trazido pelos agentes da ação na escrita do projeto Jardim de Gente. No geral é entendido por eles como um conceito que engloba as diversas atividades produtivas que têm por base um processo criativo. Enfocando na área de atuação do projeto, tratar-se-ia das atividades profissionais relacionadas ao campo artístico e cultural, campo no qual o projeto almeja que seus alunos sejam inseridos.

melhoria das condições de educação, saúde, capacitação para ocupação e renda; do “capital social”, através do fortalecimento das políticas de trabalho cooperativo dentro da própria comunidade assistida; do “capital físico e financeiro”, através da infraestrutura, do crédito para pequenos negócios e da transferência de renda.

De posse dessas informações definimos os elementos da investigação que será desenvolvida nas próximas páginas. Cada um deles será retomado com maiores detalhes no próximo capítulo.

## 1.2 Pesquisador, campo e objeto: aproximações e distanciamentos

“A objetividade na pesquisa científica passa antes por uma escolha e um recorte subjetivo do objeto a ser pesquisado. Assim é que a cultura e o meio cotidiano e intelectual onde o próprio pesquisador caminha é que vai lhe proporcionar as oportunidades de conhecer seu objeto de pesquisa.”  
Max Weber

Cultura e arte são temas e aspectos da vida que sempre estiveram muito presentes na minha experiência pessoal. Filha de fotógrafo e irmã de músico, ganhar dinheiro e sobreviver através da venda de bens simbólicos, de serviços que parecem essenciais para enriquecer as experiências sociais das pessoas, sempre foi algo bem possível a partir do lugar de onde eu olhava. Mesmo nascida e criada dentro de um bairro periférico e no seio de uma família com poucos recursos financeiros, desde cedo já observava que o consumo de bens simbólicos também faziam parte do cotidiano de pessoas que muitas vezes só ganham o suficiente para sobreviver e dependem largamente dos serviços públicos gratuitos, principalmente de educação e saúde, e minha família também era uma dessas.

As manifestações culturais e artísticas e o consumo dessas, apesar de o senso comum achar que é algo inexistente dentre as famílias de menor renda ou que só existe em forma de folclore e manifestações religiosas, é algo que pude vivenciar fortemente desde a infância no meu bairro. Pequenos grupos de teatro, bandas de *rock*, pagode e samba de “fundo de quintal”, grupos de dança e quadrilhas juninas que ensaiavam nas áreas e quintais das casas e pátio das escolas, além de concursos de dança, música e teatro – tudo isso fez parte da história minha, dos meus irmãos e amigos no bairro Granja Portugal. E tudo dentro de um perímetro de mais ou menos dez quarteirões (ou quadras) que é a pequena distância entre as duas casas em que morei até hoje e a escola pública na qual estudei, e até onde, ainda criança, alcançava meu círculo de amizade. Além dessas experiências todas dentro deste pequeno espaço, nos aventurávamos na produção de pequenos vídeos, mera reprodução de cenas e

personagens famosos do cinema e dos desenhos animados – esses já na fase da adolescência, quando a câmera filmadora se tornou mais acessível.

Essas vivências, hoje sistematizadas em minha memória e refletidas a partir da minha formação sociológica, aconteceram a sete quadras do que hoje é o Centro Cultural Bom Jardim, mas naquela época não se ouvia falar de um espaço como este. Só fui conhecer o CCBJ quando ele já estava pronto e em funcionamento, com várias atividades acontecendo. Como a maioria dos jovens, fui atraída pela oferta de cursos. Desde o primeiro contato, enquanto moradora do bairro, achei importante toda a proposta do Centro Cultural, pois possibilitaria que uma nova geração de crianças e adolescentes tivessem um suporte maior para desenvolver tudo aquilo que de maneira precária e amadora vi muitos colegas desenvolverem no bairro. Enxerguei ali uma boa oportunidade para muitos jovens não se envolverem com as drogas, algo que àquela altura já podia facilmente fazer parte da vida de qualquer um naquela região. Era também para muitos uma chance de enveredar para o caminho das artes e da cultura como profissão, assim como eu e muitos colegas sonhamos e planejamos um dia, mas poucos conseguiram. Exemplos dos que obtiveram êxito são, o grupo Nóis de Teatro<sup>2</sup>, companhia de teatro existente até hoje e que tem tido o seu trabalho reconhecido na cena do teatro em todo o país, e o meu próprio irmão que ainda hoje é músico e tem uma empresa também ligada à cena musical.

Das minhas andanças pelos trabalhos sociais, graduação em sociologia, mestrado em política pública, acabei recebendo proposta para ser uma das coordenadoras de segmento do *Projeto Jardim de Gente* no ano de 2012 (e o convite se repetiu em 2013). Até então nunca tinha trabalhado com um projeto social que fosse voltado só para a cultura, mas como tinha experiência com o público jovem e com projetos educacionais, além de conhecer parte da realidade do bairro, me senti muito à vontade para aceitar a proposta. Durante parte destes dois anos (pois o projeto nunca consegue ter duração de 1 ano completo), coordenei parte das ações do projeto com muita tranquilidade e interesse. Fiz do projeto, a partir daí, meu objeto de investigação, já que alguns professores do mestrado orientavam que escolhêssemos uma experiência empírica de ação ou política para investigar que estivesse próxima ao nosso campo de atuação profissional. E nada me pareceu mais instigante do que voltar a mergulhar

---

<sup>2</sup> Hoje o grupo de teatro que mais ganha editais no Ceará chama-se Nóis de Teatro e é um grupo que surgiu no bairro Granja Lisboa, na quadra de eventos da igreja católica, fazendo teatro para divertir a comunidade nas festas da igreja. Em 2013 o grupo completou 10 anos de existência. Importante observar que o grupo nunca teve nenhum tipo de ligação com o CCBJ e nenhum dos seus atores foi formado por lá. Mas o diretor do grupo, ex-morador do bairro, Altamar Di Monteiro, foi professor de teatro do Projeto Jardim de Gente no ano de 2012 e 2013.

em todo esse universo do bairro, da juventude, das expressões artísticas e culturais que marcaram tanto o dia a dia da minha infância e adolescência.

Porém, quando entrei no projeto, me deparei com uma série de dificuldades que obviamente são comuns a qualquer ação pública implementada no âmbito de uma localidade com índices elevados de pobreza. Mas havia alguns agravantes: estávamos lidando com algo peculiar e ainda novo aos olhos das políticas sociais do nosso país e dos nossos governantes, as políticas culturais. De todos os problemas, tais como: limitação e atraso de recursos financeiros; disputas de interesses políticos entre os diversos agentes envolvidos (gestores, instituições, sociedade civil e Estado); interesses diversos do público que acessava os cursos; inconstância dos alunos; baixa qualidade do trabalho de alguns professores e até a inexperiência de alguns dos gestores do projeto, uma questão em específico chamou mais minha atenção: o fato de o projeto ser financiado por um fundo de combate à pobreza e ter seus objetivos traçados a partir desse contexto, tomando a ideia de cultura e as ações culturais como recurso para se alcançar a resolução de outras questões sociais e, inclusive, econômicas. Esse foi o aspecto que contribuiu para que a experiência empírica se tornasse objeto de investigação.

Para a equipe de gestores ficava claro que esse potencial do *Jardim de Gente* para o combate à pobreza estrutural era questionado pelos órgãos financiadores. E a todo o momento o projeto precisava reinventar formas e discursos para que fosse compreendida a dimensão dessa ação dentro daquela comunidade. E é desse mote que desenvolvo meus questionamentos para esta investigação.

No momento da pesquisa, não se mostrou como um problema a questão da aproximação com o objeto em investigação. O distanciamento que alguns dizem ser necessário ao pesquisador social ter do objeto para enxergar aquilo que pode passar despercebido pelo olhar distraído do participante da ação, não me pareceu difícil, pois o contato com o *Jardim de Gente*, no momento da elaboração do projeto de pesquisa, era muito recente, em comparação com o meu tempo de formação dentro da sociologia, através da qual trago comigo muitas das técnicas de como exercer o papel de pesquisador social. O primeiro olhar, ainda com estranhamento, que dei sobre o *Jardim de Gente*, foi o que usei para formular os questionamentos iniciais. E a proximidade, cada vez maior, no desenvolver da pesquisa, só contribuiu para a multiplicação dessas questões, a ponto de serem necessários diversos recortes.

Dado início às inquietações a respeito do projeto, me restou aprofundar as leituras sobre a política cultural brasileira que, até então, compreendia muito mais do lugar de um

consumidor atento, do que do lugar de um cientista social. E o resultado deste leque de leituras, observações e experiências de vida compartilhadas é o que o leitor vai encontrar nesta dissertação, pois é impossível para o investigador social se despir completamente das impressões construídas no seu cotidiano. Principalmente quando este traz muitas das pistas necessárias ao entendimento do objeto investigado.

O objetivo geral da pesquisa se resume então em aplicar um estudo de caso ao *Jardim de Gente*, procurando compreender o formato do projeto, seu contexto, as trajetórias do projeto, as estratégias, os recursos, os atores envolvidos, para assim podermos analisar os discursos, as práticas, os conflitos e os desencontros presentes na experiência desse projeto cultural.

Desde já podemos apontar alguns limites da investigação, além daqueles que o leitor poderá encontrar ao longo do texto. Não será feita uma avaliação de impacto a longo prazo do projeto, primeiro por não ser o que aqui é proposto; segundo por conta da impossibilidade de se chegar aos atendidos pela falta de arquivamento de dados das gestões anteriores do projeto, aspecto já observado na primeira aproximação; terceiro pelas discontinuidades constantes a que o projeto está submetido, que será mais à frente mostrada, e que torna inconstantes também as estratégias, os resultados e o público do projeto. A pesquisa não almeja uma avaliação final do *Jardim de Gente*, e nem deve se confundir com uma avaliação gerencial, pois se trata, ao contrário, de uma pesquisa científica.

### **1.3 Percursos metodológicos**

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa, foi dada uma abordagem qualitativa, sendo quantitativa apenas no que se refere a alguns dados levantados via questionário. Foram duas etapas metodológicas principais: a primeira constituída por um estudo de caso do *Projeto Jardim de Gente* e a segunda por uma revisão de literatura sobre as discussões em torno da cultura como recurso de desenvolvimento social e combate à pobreza.

Estudo de caso pode ser definido a partir do conceito traçado por João Pedro Ponte (2006, p. 2) que diz

É uma investigação [...] se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de certo fenômeno de interesse.

Nosso objeto possui esse caráter de unicidade por ser uma política cultural, com formato e estratégias específicos, aplicada apenas no Centro Cultural Bom Jardim, e mesmo tendo um financiador governamental e estadual, a mesma experiência não se repete em outros municípios do Ceará, por exemplo. A escolha por um estudo de caso também se faz a partir do objetivo da pesquisa, pois, segundo a definição de Yin (1994), “O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores”. Por tudo já descrito na introdução, percebemos que, como toda política pública de cunho social, nosso objeto aparece num contexto complexo de múltiplas relações, interesses, atores, recursos e estratégias.

Na fase do estudo de caso procedemos com a coleta dos dados através da aplicação de questionários, entrevistas e observação do campo durante os anos de 2012 e 2013, sendo que em 2012 o projeto teve duração de 10 meses e em 2013, 6 meses apenas, tendo uma paralisação de 6 meses entre um ano e outro. O questionário foi aplicado pela internet, através de envio do *link* com o formulário eletrônico. Os alunos foram convidados a participar a partir de uma lista de alunos que estavam agrupados em uma rede social do projeto. O convite foi feito aos alunos de vários tipos de cursos para garantir um universo mais diverso das respostas, e foi observado, antes do envio do *link*, o recorte de idade entre 18 e 25 anos. Esse perfil de idade interessou na medida em que é mais presente a discussão do aspecto da geração de renda e do mercado de trabalho para esse público, do que para as crianças, por exemplo. Dos convites feitos, 23 tiveram retorno, portanto, esse é o número de questionários aplicados.

Além dos jovens, foram ouvidos em entrevistas semiestruturadas quatro professores, três colaboradores e um membro de uma instituição parceira, totalizando oito pessoas. Os professores entrevistados eram das linguagens de Fotografia, Teatro, Dança e Música, e todos tinham mais de dois anos de atuação no CCBJ. Dentre os colaboradores, foi entrevistada a última Assessora de Comunicação, uma Assistente do projeto que também é ex-aluna e moradora do bairro, e uma Coordenadora Geral que passou dois anos à frente do projeto.

Nas entrevistas foram feitas as mesmas perguntas aos participantes: uma que abordava a visão deles sobre o projeto e seus resultados a partir de diversos elementos, tais como, a relação do *Jardim de Gente* com o bairro, com o CCBJ, com as políticas culturais de um modo geral e com a comunidade e os alunos; outra pergunta remetia à questão das discontinuidades do projeto de um ano para o outro e de que forma isso afetava a quem; uma



outra pergunta discutia a relação do projeto com o combate à pobreza; e a última referia-se às expectativas ou pensamentos deles em relação ao futuro do projeto.

A observação participante foi uma técnica amplamente utilizada, tendo em vista a inserção do pesquisador no campo. Foram acompanhadas e registradas atividades como reuniões de planejamento, seminários com alunos, professores e parceiros, reuniões com professores, eventos de finalização do projeto, aulas práticas, teóricas e aulas de campo, dentre outras. Alguns documentos e registros em arquivos acerca do *Jardim de Gente* e do FECOP também foram levantados, tais como relatórios de cumprimento de meta e relatórios finais do projeto, avaliação mensal de alunos e professores, notas técnicas e relatórios de desempenho sobre o FECOP, dentre outros.

Alguns indicadores qualitativos captados na aplicação do questionário foram: satisfação dos alunos com os cursos; mudanças esperadas ao entrar no curso; perspectiva de geração de emprego e renda; perspectiva ou desejo de profissionalização na área da cultura; e se o aluno busca outras formações na área.

Por sua vez, nas entrevistas semiestruturadas feitas com 6 alunos, tiveram perguntas sobre a aprendizagem e possíveis resultados do projeto na vida dos jovens; o tipo de contribuição que eles acham que o projeto dá à comunidade; como eles veem ou são afetados pela questão das descontinuidades do projeto e qual a expectativa deles em relação ao futuro do *Jardim de Gente*. Foram basicamente essas as perguntas que foram feitas, no intuito de complementar as informações já coletadas com os questionários. Essa quantidade de entrevistas não é representativa da opinião da totalidade dos alunos, mas é significativa de um perfil importante destes: aqueles que fazem parte dos cursos de longa duração (Dança, Música, Teatro, os quais têm um caráter mais artístico e menos profissionalizante ou tecnológico), que já passaram dos 18 anos e já participam do *Jardim de Gente* há mais de 2 anos, alguns com até mais de 4 anos de CCBJ. Todos estes jovens são parte de grupos que se mantêm ativos dentro e fora do projeto, e já exercem um protagonismo dentro do *Jardim de Gente* e na comunidade.

Como procedimento de análise, tomei alguns aspectos da “análise de tipo cíclico de uma política pública” (SUBIRATS et al, 2008) que orienta a, durante o estudo de uma política pública, levar em consideração os aspectos que compõem o seu ciclo de vida que vai desde o surgimento dos problemas que motivaram a formulação daquela política, passando pelas configurações que levaram a inclusão dela na agenda pública, como se deu a formulação e as decisões que permearam todas as etapas do programa, os métodos envolvidos na sua implantação e, por fim, como se dá a avaliação da política. Em todas essas fases foi

investigado transversalmente que os autores chamam de “*claves de análisis*”: “*los actores*”, “*recursos*” e “*el marco institucional*” do projeto pesquisado.

Na fase da revisão de literatura tivemos como procedimentos de análise, a análise conceitual e interpretativa dos dados levantados.

#### **1.4 Constituição do trabalho**

Esta pesquisa se organiza basicamente em quatro capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles, onde situamos o leitor nos aspectos gerais do objeto e da pesquisa, dando um panorama de tudo que envolveu a constituição do trabalho. Seu desenvolvimento se divide em outros três capítulos: 2. *Projeto Jardim de Gente*: formação em arte e cultura no Grande Bom Jardim; 3. Cultura como recurso para o desenvolvimento social e econômico; 4. *Projeto Jardim de Gente*: compreendendo suas estratégias.

No segundo capítulo, o primeiro no desenvolvimento do estudo, nos deteremos a uma longa descrição e discussão acerca do *Projeto Jardim de Gente*. Demonstraremos quais são os seus elementos constitutivos, seus atores, recursos e regras institucionais; detalharemos um pouco da forma de atuação e função de cada um dos atores envolvidos no projeto (IACC, SECULT, FECOP, CCBJ), bem como contextualizaremos a região do Grande Bom Jardim e o surgimento do Centro Cultural. Faremos um panorama geral das características do *Jardim de Gente*, sua trajetória, contexto de criação e estratégias utilizadas em sua prática. Ao final desde capítulo faremos uma discussão sobre as observações do campo empírico, apontando já algumas considerações sobre as informações levantadas.

No terceiro capítulo faremos uma discussão, dialogando com alguns autores, sobre a questão da cultura como recurso para o desenvolvimento social e econômico. Inicialmente faremos um apanhado de alguns estudos e discussões teóricas sobre o conceito de pobreza, no contexto do Brasil, discutindo também sobre a questão da inclusão social e combate à pobreza. Iremos, em seguida, entender o que alguns autores categorizam como sendo política cultural e quais as características e funções desta. Por fim e ao longo desse capítulo, traçaremos alguns paralelos dessas discussões, conceitos e dos usos das ideias de cultura e política cultural, com o nosso objeto em investigação, o *Projeto Jardim de Gente*.

No quarto capítulo do desenvolvimento, tomaremos como fonte de análise alguns dados levantados a partir da aplicação de questionários e entrevistas junto aos alunos, professores, colaboradores e parceiros do projeto, a fim de captar quais são as impressões e

discursos desses sobre o projeto e como tem sido a experiência deles. Também discutiremos sobre algumas questões práticas, a execução dos cursos e as perspectivas de futuro do *Jardim de Gente*. Essas informações, junto aos debates já travados no primeiro e no segundo capítulo, nos subsidiarão na construção de considerações a respeito do que compreendemos a partir dessa investigação.

Finalizaremos o trabalho com um capítulo de considerações finais, onde retomaremos as principais discussões levantadas ao longo do trabalho. Observando diferentes aspectos do projeto em estudo, bem como a fala de seus principais atores, será possível apontar os conflitos, encontros e desencontros presentes nesta experiência, assim como entender a que interesses e propostas esta ação corresponde e como corresponde.

## **2. PROJETO JARDIM DE GENTE: FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA NO GRANDE BOM JARDIM**

Neste capítulo, que dá início ao desenvolvimento da pesquisa, buscaremos conhecer o nosso objeto no contexto no qual ele se insere. Iremos apontar aqui o processo de formulação do *Projeto Jardim de Gente*, as suas bases conceituais e sua coerência interna, bem como, seu contexto, sua trajetória institucional, possíveis aspectos temporal e territorial, e quem são os seus atores. Apesar de estarmos abordando aqui a experiência de um projeto cultural apenas, localizado no interior de uma única instituição, e de estarmos nos propondo a fazer um estudo e não uma avaliação técnica (atribuir valor a algo ou mensurar resultados alcançados a partir de objetivos traçados), vamos adotar algumas abordagens relacionadas à avaliação de políticas culturais.

Assim, devemos pensar as “*principales claves de lectura*” de uma política pública, como aponta Corinne Larrue et al (2008), que são: “*los actores, sus recursos y el marco institucional dentro del cual tienen lugar sus interacciones*”. Como todo objeto social, são muitas as características a serem analisadas, mas a ideia é dar um panorama do que tem sido o *Projeto Jardim de Gente*, no contexto do Grande Bom Jardim, o que ele tem significado para os seus atores e refletirmos sobre essa informação.

A tarefa parece árdua, mas se torna cada vez mais necessário esse tipo de esforço de pesquisa, pois já está mais que compreendida a importância do estudo das políticas públicas. Quando o assunto é cultura, o campo do planejamento e organização das políticas, programas e projetos do governo é algo ainda incipiente no Brasil, pois somente na última década assistimos a um processo mais democrático e descentralizado das ações e organização da pasta da cultura no país. O Programa Cultura Viva<sup>3</sup>, com os Pontos de Cultura, e o

---

<sup>3</sup> O Programa Cultura Viva é hoje a principal política de Cultura do governo federal e tem como objetivos: reconhecer iniciativas e entidades culturais; fortalecer processos sociais e econômicos da cultura; ampliar a produção, fruição e difusão culturais; promover a autonomia da produção e circulação cultural; promover intercâmbios estéticos e interculturais; ampliar o número de espaços para atividades culturais; estimular e fortalecer redes estéticas e sociais; e qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura. Desde sua implantação, em 2005, até o ano de 2011, o Cultura Viva alcançou importantes resultados ao fomentar o total de 3.670 Pontos de Cultura em todos os

Programa Mais Cultura<sup>4</sup>, são exemplos de programas de grande abrangência que têm buscado chegar a todos os estados brasileiros e que têm dado abertura para um processo participativo de construção.

Se o campo do planejamento das políticas culturais tem se estruturado apenas recentemente, podemos imaginar o abismo ainda existente entre esta etapa e a de avaliação. A criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC)<sup>5</sup>, outro exemplo de descentralização e organização da pasta da cultura, pode em um futuro próximo subsidiar avaliações mais profundas e estudos das políticas culturais no Brasil. Mas de modo pontual, é fundamental que cada fundo ou entidade financiadora e executora de projetos cumpram o papel de avaliar e divulgar os impactos das ações por eles desenvolvidas; bem como a academia deve assumir o seu compromisso de desenvolver pesquisas sociais que contribuam para a reflexão sobre as ações coletivas, principalmente as ações políticas que interferem de modo integral na vida dos diversos grupos sociais.

Na Espanha, por exemplo, esse entendimento da importância da avaliação e monitoramento das políticas culturais já está tão disseminado que a *Comisión de Cultura de la Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP)* criou um *Guía para la evaluación de las políticas culturales locales (2009)*, com a intenção de organizar uma série de indicadores e levantar algumas discussões conceituais que servissem de orientação para as políticas de cultura das províncias e municípios. A premissa central sob a qual esse guia é desenvolvido é a de que a cultura deve ser tomada como fator de desenvolvimento. Segundo o guia, “*la cultura juega un papel central, cada vez más consolidado, en los procesos de desarrollo y tiende a cruzar transversalmente el conjunto de las políticas sociales, económicas y de ordenación del territorio que se ponen en marcha en el ámbito local.*”

---

estados da federação.

<sup>4</sup> Com a criação do Programa, o Governo Federal incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social – com status de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e a desigualdade social. O Programa Mais Cultura se estrutura em três dimensões articuladas entre si: Cultura e Cidadania, Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Todas as ações do Mais Cultura buscam a ampla participação da sociedade civil e dos poderes públicos.

<sup>5</sup> O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um modelo de gestão criado pelo Ministério da Cultura (MinC) para estimular e integrar as políticas públicas culturais implantadas por governo, estados e municípios. O objetivo do sistema é descentralizar e organizar o desenvolvimento cultural do País, para que todos os projetos tenham continuidade, mesmo com a alternância de governos.

É essencial também incentivar a pesquisa acadêmica no campo da política cultural, seja ela pública ou privada, para que se possa avançar no entendimento das contribuições que essas ações podem trazer para a sociedade e para o país de modo geral, tendo em vista a transversalidade do papel da cultura como expresso na citação acima. Na última década, a academia tem dado uma boa resposta a essa demanda, muitos grupos de pesquisa têm surgido, a exemplo dos grupos “Política Cultural – história e perspectivas contemporâneas” (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB), “Cultura e cidade contemporânea: arte, política cultural e resistências” (Universidade Federal Fluminense – UFF) e “Políticas de Cultura e de Comunicação” (Universidade Estadual do Ceará – UECE). Além dos grupos, existem os eventos acadêmicos que objetivam criar espaços de diálogo sobre pesquisas e experiências no campo cultural. O Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), que chegou à 9ª edição em 2013, e o Encontro Nacional de Produtores Culturais (ENPROCULT), que reúne os produtores e pensadores da cultura, são exemplos desses eventos.

Nesse sentido, pretendemos dar neste capítulo o pontapé inicial para a compreensão do que seja o *Projeto Jardim de Gente*, no contexto do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ). No primeiro tópico será elucidado o papel de alguns atores e espaços importantes para a compreensão desse projeto, como o Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), Organização Social (OS) responsável por sua execução, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT), corresponsável pelo projeto e pelo Centro Cultural, e o próprio CCBJ, lugar onde as ações ocorrem. E por último, será feito um breve diagnóstico da região do Grande Bom Jardim e seus moradores, região essa formada por cinco bairros da cidade de Fortaleza, *lócus* de atuação do projeto.

No segundo tópico será dado início a uma explanação sobre a trajetória, o contexto e as estratégias do *Projeto Jardim de Gente*, perfazendo um breve percurso desde 2007, ano de início desse projeto, até os dias atuais. A maior riqueza de informações para análise desta pesquisa foi, no entanto, coletadas nos anos de 2012 e 2013, quando a execução do projeto pôde ser acompanhada mais de perto. Desses dois últimos anos, pudemos ter acesso a relatórios, planilhas, banco de dados; foram também desenvolvidas as entrevistas e a aplicação de questionário com os alunos, professores, etc., e a participação foi ativa nos eventos, nos treinamentos e nas reuniões do projeto. Ao final deste tópico, serão traçadas observações a respeito das informações levantadas, fazendo um recorte de questões que, para esta pesquisa, tornaram-se centrais a partir da observação em campo.

Além da imersão no objeto através da descrição detalhada dos fatos, são as relações entre as propostas, estratégias e resultados do *Projeto Jardim de Gente* e os objetivos do FECOP que serão postos neste capítulo a fim de esboçar seus pontos de encontros e desencontros, e os caminhos presumíveis que essas conexões podem traçar rumo ao combate à pobreza.

## **2.1 Elementos constitutivos: Atores, Recursos e Regras Institucionais**

São chamados aqui de “elementos constitutivos” (LARRUE et al., 2008) os “atores”, os “recursos” e as “regras institucionais”, tanto “gerais” quanto “específicas”, que compõem o contexto de uma política. Dentre o conceito de atores, há a categoria dos “atores públicos” (Estado e organizações sociais, no contexto da nossa pesquisa) e dos “beneficiários do projeto”. A seguir, nos deteremos em cada um desses, a fim de trazer elementos para o estudo de caso.

Ao longo deste capítulo, ao mesmo tempo em que vamos desvendando quem são esses “atores”, conheceremos também as suas regras institucionais que dão corpo e movimento ao objeto de estudo, e os recursos que cada ator dispõe nesse processo. Compreender esses elementos será fundamental para esta investigação.

### *2.1.1 Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) e Secretaria da Cultura (SECULT)*

Compreender as relações do IACC com o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria de Cultura não é objetivo desta dissertação, mas ter em mente algumas informações pode ser referência para se entender as regras e processos que dão forma ao *Jardim de Gente* ou até mesmo para contextualizar as limitações deste, a partir do quadro institucional em que está inserido.

O IACC é uma associação na forma da lei, pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos e sem fins lucrativos, de interesse coletivo, constituído em 10 de março de 1998 e qualificado como organização social, através do decreto de nº 25.020 de 03 de julho de 1998. É vinculado à SECULT. Desde agosto de 1998, é o órgão gestor do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e desde 2006 do CCBJ, ano de fundação desse centro

cultural<sup>6</sup>, além de também ser gestor da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho (EAOTPS), situada no bairro Jacarecanga, e que também é um espaço que agrega ações de formação em ofícios ligados às artes manuais. O IACC é referência nacional por ser a primeira Organização Social criada no Brasil na área da Cultura.

As instituições gerenciadas pelo IACC possuem realidades muito distintas. O Dragão do Mar é um dos maiores centros culturais da América Latina, também localizado na capital cearense, mas na região turística da cidade, freqüentado por uma diversidade de públicos, turistas, jovens, universitários, artistas, pessoas de todas as classes sociais. Diferentemente do CCBJ que é um centro cultural na periferia, acessado prioritariamente por moradores dos bairros do entorno. Por isso, a gestão e as estratégias utilizadas em cada um dos equipamentos, por terem objetivos e públicos diversos, precisam ser problematizadas e pensadas de modo diferente por seus gestores.

O *Projeto Jardim de Gente* é um exemplo de distinção da função destes dois equipamentos culturais. Trata-se de uma ação cultural (e mais na frente discutiremos esse conceito) financiada pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)<sup>7</sup>. Por esse motivo, os objetivos e estratégias do *Jardim de Gente* estão diretamente relacionados à ideia de combate à pobreza, segundo os objetivos traçados em seu texto.

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, que também é uma pioneira, foi criada pela Lei nº 8.541, de 09 de agosto de 1966, se tornando a primeira secretaria de cultura estadual do Brasil. Passou por modificações na sua estrutura e competências através da Lei nº 13.875/2007 e do Decreto nº 28.638/2007, além de ter sido regulamentada pelo Decreto nº 28.903/2007.

No Capítulo que versa sobre sua missão institucional e competência encontra-se o seguinte texto:

Art.2º A Secretaria da Cultura (Secult) tem como missão auxiliar direta e indiretamente o Governador na formulação da política cultural do Estado do Ceará, planejando, normatizando, coordenando, executando e avaliando-a, compreendendo o amparo à cultura, a promoção, documentação e difusão das atividades artísticas e culturais, a defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Paisagístico, Artístico e Documental [...] (CEARÁ, 2007b, p. 15).

Hoje a SECULT tem ligada a ela diversas instituições, dentre as quais destacamos museus, bibliotecas, teatros, centros culturais, entre outras; algumas delas geridas diretamente

---

<sup>6</sup> Informações coletadas da página eletrônica do IACC: <http://www.iacc.org.br/>

<sup>7</sup> O FECOP foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003, e entre os seus objetivos está “promover transformações estruturantes, que possibilitem um efetivo combate à pobreza”.



pela secretaria e outras, como o caso do CDMAC, CCBJ e EAOTPS, geridas através de parceria com organizações sociais. O IACC possui então contratos de gestão que são firmados ano a ano com o Governo do Estado do Ceará por meio da SECULT. O IACC e a SECULT, portanto, são detentores de recursos diversos que possibilitam que eles estejam à frente de ações com grande potencial de impacto na vida cultural da cidade e do Estado. A SECULT como detentora do poder de governar e gerir os recursos públicos destinados à pasta da Cultura, e o IACC como coparticipante de importantes ações dessa pasta, como a criação e gerenciamento de alguns dos principais equipamentos culturais públicos da capital. São instituições centrais na discussão sobre a promoção da arte e da cultura no Estado. Também são espaços onde se agregam diversos recursos, tanto financeiros, quanto técnicos e tecnológicos. Reúnem também recursos humanos e institucionais importantes uma vez que compõem, ao mesmo tempo em que agregam ao seu entorno, outros equipamentos, atores, redes e circuitos de cultura, não só do estado, mas também do país.

É com esse quadro de atores e recursos em mente que podemos pensar sobre o lugar do nosso objeto de investigação. Queremos observar até que ponto esses elementos interferem, potencializam ou deixam de potencializar este projeto.

O *Projeto Jardim de Gente* é gerido pelo IACC, mas está dentro do plano da Secretaria, compondo assim, o conjunto de projetos proposto por esta ao FECOP. Desde 2009, apenas os projetos *Agentes de Leitura*, o projeto de Qualificação Profissional executado na Escola de Artes e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho, e o *Jardim de Gente*, executado no CCBJ, têm sido beneficiados pelo FECOP no âmbito da Secretaria de Cultura. Outros projetos já estiveram ativos, mas atualmente apenas estes três permanecem. Abaixo podemos observar os valores, ano a ano, destinados ao projeto de formação do CCBJ.

**Tabela 1 - Progressão de recurso do FECOP para o *Projeto Jardim de Gente***

<b>Ano</b>	<b>Valor FECOP</b>
<b>2007</b>	475.000,00
<b>2008</b>	475.000,00
<b>2009</b>	495.840,00
<b>2010</b>	550.000,00
<b>2011</b>	571.850,00
<b>2012</b>	600.000,00
<b>2013</b>	630.000,00

Fonte: SEPLAG/GEF - Acompanhamento de Projetos.

O *Jardim de Gente* é, portanto, um projeto de continuidade dentro do FECOP e desde 2007 ele vem sendo beneficiado exclusivamente por esse recurso. Ao longo dos sete

anos observamos uma pequena progressão no montante do recurso em torno de 5% ao ano.

### *2.1.2 O Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ): origem, ideário e regras.*

Com a força política da comunidade organizada em rede, os moradores do Grande Bom Jardim abriram um canal de diálogo com o Governo do Estado do Ceará que resultou na construção do Centro Cultural Bom Jardim. Esse fato se deu entre meados de 2002 e 2003, segundo dados levantados em entrevista feita especialmente com um membro de uma organização social do bairro que acompanhou todo o processo de discussão e criação do CCBJ. Ele conta que na época havia uma discussão na cidade levantada pela classe artística, sobre a centralização de ações de cultura no entorno do Dragão do Mar, equipamento inaugurado em 1998. Logo, a sociedade organizada da região do Bom Jardim entrou também nesses debates e começou a questionar a ausência de equipamento e ações de cultura na região. Nesse período, segundo o entrevistado, houve algumas reuniões com técnicos e representantes do Governo do Estado. Ele considera que havia uma abertura positiva ao diálogo com a sociedade civil. Algumas das instituições que àquela época participavam dessas reuniões eram o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), o Espaço Geração Cidadã, o Centro Cultural Pé no Chão (CPEC), a Escola São Francisco de Assis e outras instituições, tais como associações, grupos artísticos e escolas do bairro.

Desses diálogos, ficou definida como demanda da comunidade a construção de um centro cultural na região. No processo de mudança de governo, de Beni Veras para Lúcio Alcântara, surgiu uma proposta de se implantar o centro cultural, que já estava com um projeto pronto para sua construção, na região de Messejana, bairro que compõe outra região da cidade, distante do Bom Jardim. Segundo o entrevistado, esse fato gerou muitas polêmicas na época e mais uma vez as organizações tiveram que se mobilizar para insistir na proposta de trazer o Centro Cultural para o Bom Jardim.

Mas, à época, as organizações do bairro já tinham se organizado mais ainda e criado a Rede DLIS, “Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim”. Essa Rede foi criada em 2003 e era uma articulação composta por 72 organizações da região que hoje conhecemos como Grande Bom Jardim. A Rede DLIS nasce com o objetivo de diagnosticar e elaborar propostas para o desenvolvimento sustentável desse território. Ela entra então novamente no debate sobre a construção do centro cultural e trava diálogos com algumas secretarias e diretamente com o Governador do Estado, Lúcio Alcântara, e a primeira-dama, Beatriz Alcântara.

Esse processo de “negociação”, usando as palavras do nosso informante, se deu entre 2004 e 2005, até que se decidiu construir o Centro Cultural dentro do bairro Bom Jardim, em um local onde antes se localizava uma espécie de lixão, segundo relatos.

No primeiro momento, antes de sua inauguração, as instituições ligadas à Rede DLIS permaneceram discutindo as propostas para o espaço e seus formatos. Nessas reuniões, chegou-se a cogitar a possibilidade de o espaço ser gerido por uma instituição do bairro de forma autônoma. Mas, segundo o entrevistado, a proposta era que essa instituição buscasse recursos para pôr em funcionamento o equipamento, isentando o Estado de qualquer obrigação. Nenhuma entidade, no entanto, se propôs a cuidar do espaço nessas condições.

Com a inauguração da obra, o Governo do Estado colocou então o IACC, uma instituição que não era do bairro, mas já era referência em cultura no Estado, para ser a gestora do espaço e destinou a ela recursos públicos para a manutenção. Desde então, segundo relato do entrevistado e conforme podemos observar na rotina administrativa do espaço, as organizações sociais e artísticas do bairro se tornaram apenas público, frequentadores e artistas que se apresentam no espaço; não se tem notícia da existência de algum processo participativo de construção desse espaço público ou de monitoramento das atividades; nenhum colegiado de pessoas ou encontro periódico que discuta os usos desse espaço. O que há mensalmente é uma reunião de elaboração de pauta, onde artistas e produtores, principalmente, definem junto à superintendência e setor administrativo do Centro, quais artistas e grupos assumirão as pautas e cachês do mês de referência. É mais um encontro de apresentação de portfólios de artistas, proposição de espetáculos, definição de temas a serem trabalhados no mês, etc. Não se trata de um espaço de discussão da política em si, das estratégias ou estruturas, nem dos usos do recurso e do espaço.

O fato de o CCBJ ser fruto de uma demanda da comunidade, não o torna uma instituição mais próxima às pessoas do bairro, livre do distanciamento comum existente entre equipamentos públicos e o cidadão comum quando este se torna mero consumidor daquelas. O seu papel de integrar uma política de Estado de combate à pobreza e de reforçar as forças comunitárias, que buscam ultrapassar dificuldades históricas que foram construídas exatamente pela falta de diálogo entre o poder público e os interesses da população, não é tarefa fácil.

A inauguração do CCBJ se deu no final de 2006, já na transição de Lúcio Alcântara para o novo governador eleito. O equipamento foi construído com recursos do tesouro estadual, e foi instalado como uma demanda do bairro e como estratégia de desenvolvimento econômico e social em território marcado pelo estigma da miséria e da

violência. O que sinaliza, por parte do poder público e da sociedade civil, a compreensão da dimensão cultural como fator estratégico de construção da cidadania, de distribuição e geração de renda e combate à violência.

O IACC, organização que ficou então como gestora do espaço, inicia em novembro de 2007 o *Jardim de Gente*. No primeiro momento denominado “Cultivando Cultura, Colhendo Inclusão Social”, esse projeto viria a se tornar uma das atividades principais do Centro.

Sobre sua estrutura organizacional, o CCBJ é dividido por três gerências: gerência administrativa, gerência de infraestrutura e coordenação do Núcleo de Formação. Todas elas tendo um único gestor, pessoa enviada e contratada pelo IACC. O Centro não conta com uma direção, esta é exercida pelo Diretor do IACC, bem como outras funções administrativo-financeiras e de recursos humanos, que são exercidas por equipes do IACC que tem sua sede no prédio do Dragão do Mar.

Essa dependência de setores que estão externos ao Centro Cultural, e principalmente, de setores que têm de responder à demanda de três equipamentos, por vezes torna os processos burocráticos mais lentos. Conforme pudemos observar na rotina da instituição, muitas demandas necessitam passar pelas direções do IACC, ou pelos setores de recursos humanos, administrativo-financeiro e de comunicação, o que causa morosidade na execução das atividades. São essas algumas das regras específicas que dão forma à experiência aqui estudada.

As três gerências do CCBJ se organizam da seguinte forma: a primeira gerência, a administrativa, mobiliza e organiza a programação artística do equipamento, é a equipe responsável pelo contrato de gestão firmado com a SECULT, e quem gerencia a execução das ações e gastos previstos no contrato, sob supervisão e controle do administrativo do IACC. A gerência de infraestrutura operacionaliza as ações com uma equipe de segurança, de eletricitas, técnicos de som e outros profissionais solicitados junto ao IACC. É a equipe responsável pela manutenção e a segurança do prédio e dos equipamentos. Já a gerência do Núcleo de Formação é um setor que existe para pôr em funcionamento as ações de formação: os cursos, oficinas, *workshops*, etc.

O único projeto até então existente para dar corpo às ações deste núcleo foi o *Jardim de Gente* através de recurso do FECOP. Por este motivo, a coordenação do Núcleo de Formação confunde-se com a coordenação do projeto. Isso facilitou que o IACC tomasse a decisão de transferir a coordenadora do núcleo que estava a dois anos na função, para assumir outra função na própria instituição, e tornasse a vaga de coordenador de formação, uma

função temporária que só existe quando o projeto está em funcionamento. Tal fato reduziu mais ainda as possibilidades de atuação do Núcleo.

De acordo com os relatórios trimestrais, as ações do Centro Cultural são divididas em quatro áreas de concentração. A primeira é a de “serviços de atendimento ao público, aos artistas e aos produtores culturais” que tem como meta a disponibilização dos espaços do Centro ao longo de todo o ano, sempre das terças-feiras aos domingos, das 08 às 20 horas, com atividades culturais. A segunda é o “serviço de programação de formação de plateia” que tem a meta de desenvolver uma programação de formação de plateia e integrar os grupos locais com os trabalhos de outros grupos da cidade. A terceira atividade são as “exposições, mostras e intervenções” onde são realizadas, todos os anos, duas exposições de arte na galeria do CCBJ. O quarto tipo de atividade são os “serviços de formação em arte e cultura” que são as ações previstas no *Jardim de Gente*, as quais iremos detalhar ainda neste capítulo.

Esse breve panorama nos diz um pouco das regras institucionais do CCBJ e de quais são os recursos que o equipamento dispõe. Basicamente um espaço equipado e um contrato de gestão firmado com o poder público, além de outros projetos pontuais, todos com recursos públicos. A comunidade artística, principalmente, que se apropria de algumas pautas dentro do Centro ou que o frequenta, também pode ser entendida como um recurso, pois compõe o quadro de atividades do espaço e contribui para a sua visibilidade.

O que podemos observar que não tem no CCBJ, e é importante ressaltar, são: parcerias com empresas privadas, recursos de fundos ou órgãos internacionais, recursos de pessoas físicas, utilização de materiais ou recursos de outras organizações (salvo materiais do CDMAC que também é mantido pelo IACC), eventos particulares, atividades que cobrem entrada, atividades que contenham venda de produtos (como feiras, por exemplo), dentre outras.

Para dar continuidade ao entendimento do contexto desta pesquisa, precisamos trazer um breve diagnóstico sobre a região onde acontecem essas ações, pois essa informação diz muito sobre o porquê do Centro Cultural e do *Projeto Jardim de Gente*. Desse modo, indagamos: O que é a região do Grande Bom Jardim? Que local é este que tem uma fama na cidade e deixou de ser apenas um bairro para se tornar o “Grande Bom Jardim”? Por que ele é alvo da curiosidade de muitos, da indiferença de outros e, ao mesmo tempo, a casa de tantas pessoas e palco de tantos projetos sociais?

### 2.1.3 O Grande Bom Jardim e sua população

O município de Fortaleza, situado no nordeste brasileiro e capital do Estado do Ceará, segundo o último Censo (IBGE, 2010) tem uma população de 2.452.115 habitantes. A área total desse município é de 336 km<sup>2</sup> e é composto por 119 bairros. Estes, por sua vez, estão distribuídos em seis regionais administrativas, incluindo a regional do centro.

Fortaleza foi destino de muitos retirantes, principalmente nos anos 15, 32 e 45 do século XX, quando existiram campos de concentração de retirantes na cidade. O uso e ocupação do solo de forma desordenada, a segregação socioespacial da cidade, as agressões às bacias hidrográficas e às reservas ambientais são fortes características da ocupação dessa cidade. E a região onde se situa o Grande Bom Jardim, o lugar da nossa investigação, foi palco de todos esses processos, informação facilmente verificada nos estudos já feitos sobre essa região.

O território hoje chamado de Grande Bom Jardim (GBJ) que compreende cinco bairros oficiais, a saber, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, reflete uma cidade desigual, incidindo os seus reveses na parcela da população mais vulnerável, em razão do seu particular processo de desenvolvimento, principalmente as crianças, adolescentes e jovens.

Esse é um território que aglutina sobre seu espaço mais de 38 comunidades que formam limites sociológicos e territoriais “intrabairros”, formados em grande medida por processos e lutas de ocupação. Somam-se às ocupações desordenadas, conjuntos habitacionais e os adensamentos formados pela classe trabalhadora nas décadas de 60, 70 e 80. Os bairros do território GBJ são localizados na Secretaria Executiva Regional V (SER V), situada na região sudoeste de Fortaleza. “É a Regional mais populosa de Fortaleza, mas também a mais pobre da Capital, com rendimentos médios de 3,07 salários mínimos” (MOURA, 2011)

Como região periférica da cidade, GBJ caracteriza-se por ser uma franja periurbana, tendo conflitos de limitação intermunicipal nos bairros Siqueira e Granja Lisboa, com os respectivos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Esse fator interfere diretamente no provimento das políticas públicas e no acesso a equipamentos e serviços dos direitos sociais básicos. Em termos populacionais, esse território engloba 8,33% da população de Fortaleza e 38% da população da área administrativa V. Esta área é a maior da cidade e concentra os piores indicadores sociais e econômicos.

Segundo dados sobre o perfil demográfico e domiciliar (IBGE, 2010) o GBJ representa 8% (56.475) do total dos domicílios da cidade de Fortaleza que são ao todo 710.066. Tem adensamento populacional igual ao de cidades de médio porte do interior do

estado do Ceará, como Sobral, Maracanaú e Crato. A média de habitantes por domicílios, que em 2000 era de 4,25 pessoas por domicílio, se aproxima, hoje, da média de Fortaleza que é de 3,4 pessoas por domicílio.

O perfil disponibilizado também pelo IBGE (2010) revela que o rendimento mensal per capita dos domicílios particulares permanentes apresenta o seguinte perfil: o GBJ possui 2470 domicílios que têm rendimento de até 1/8 de salário mínimo per capita; 7.894 com mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo per capita; 17.793 com mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo per capita; 18.045 com mais de 1/2 a 1 salário mínimo per capita; 6.231 com mais de 1 a 2 salários mínimos per capita; 820 com mais de 2 a 3 salários mínimos per capita; 348 entre 3 a 5 salários mínimos per capita; 100 domicílios com mais de 5 a 10 salários mínimos per capita. Infere-se daqui, no acesso à renda, o perfil de pobreza dos domicílios, e conseqüentemente de sua população, que concentra 43.732 domicílios com até 1 salário mínimo per capita, ou seja, 70% do total.

De acordo com o tratamento dos dados do último Censo de 2010, feito pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) sobre a extrema pobreza na capital cearense, o Grande Bom Jardim, tem 04 de seus bairros no *ranking* dos 10 bairros com o maior número e proporção de pessoas em extrema pobreza. O Grande Bom Jardim possui 20.459 pessoas vivendo com até R\$ 70 mensais, o que representa 15,26% dos 134 mil pessoas miseráveis de toda a Fortaleza. Essa proporção é quase o dobro dos 8,9% que Fortaleza representa em relação aos 1,5 milhões de pessoas em extrema pobreza no Ceará.

Observando dados complementares às condições de renda, o indicador Educação pode-se revelar como um divisor de acesso ao trabalho especializado ou precário. A taxa de pessoas não alfabetizadas com 05 anos ou mais somam as seguintes proporções nos bairros da região, respectivamente: Bom Jardim, 12,06%; Canindezinho, 12,97%; Granja Lisboa, 13,15%; Granja Portugal, 14,44%; Siqueira, 14,57%. Essas proporções são maiores do que as do Brasil (10,92) e as de Fortaleza (8,36).

A “Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza” realizada em 2010 pelo Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida) e Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (COVIO), ambos da Universidade Estadual do Ceará, e o Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (MOURA, 2011), nos traz muitos dados relevantes sobre a Regional V, onde o Grande Bom Jardim está situado. Segundo o estudo, a SER V é uma das Regionais com perfil populacional dos mais jovens de Fortaleza: 44% da população têm até 20 anos.

Segundo esse mesmo estudo, nessa Regional, as ocorrências de mortes violentas

têm índices elevados. O bairro do Bom Jardim aparece como o mais violento com 82 casos em 2007, 74 casos em 2008 e 58 casos em 2009. Apesar do número estar em queda, os dados são alarmantes. Já os bairros Granja Portugal e Canindezinho, que também fazem parte do Grande Bom Jardim, aparecem com esse índice em crescimento nesses mesmos três anos da pesquisa. O estudo destaca os índices de homicídio do Grande Bom Jardim: “A Regional V tem sido identificada pelas altas taxas de homicídios e, de modo mais específico, os 5 bairros (Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal e Granja Lisboa) que integram o denominado Grande Bom Jardim” (MOURA, 2011, p. 13).

Nos dados sobre ocorrências de roubo dos 8 bairros com maiores ocorrência nos três anos que compreende a pesquisa, 5 deles eram bairros do Grande Bom Jardim (Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Lisboa e Granja Portugal). Essa tendência se repete dos números de lesões corporais e de relações conflituosa.

A pesquisa aponta também algumas iniciativas da população no sentido de combater esses altos índices de violência.

Chama atenção a existência de grande número de grupos organizados na Regional que luta por mudanças na área e na vida dos moradores. São inúmeras as Organizações Não Governamentais, associações de moradores, grupos religiosos, ligas de futebol, grupos de capoeira, teatro e música que trabalham com os jovens, assim como projetos, programas e ações governamentais. O maior exemplo é a implantação do denominado “Território de Paz” no Grande Bom Jardim, no final de 2009, mais especificamente, os projetos sociais financiados pelo PRONASCI e voltados para populações vulneráveis à violência e à criminalidade. (MOURA, p. 20)

O Informe nº 66 do IPECE, Caracterização Espacial dos Homicídios Dolosos em Fortaleza (CEARÁ, 2013), traz os mesmos dados acima assinalados, sobre a ocorrência de crimes violentos, e fazendo também uma caracterização socioeconômica dos bairros, onde demonstram através de mapas que os altos índices de homicídio estão espacialmente distribuídos em conformidade com a distribuição populacional e densidade demográfica, com a distribuição da população jovem, com a renda per capita dos bairros e com a taxa de alfabetização. Nas considerações finais, o IPECE (ibid, p. 10) conclui:

A distribuição espacial dos domicílios pobres está diretamente associada aos bairros onde a frequência de homicídios dolosos é elevada, [...]. Percebe-se claramente que a população das áreas mais violentas da capital cearense são também as áreas mais vulneráveis em termos demográficos e socioeconômicos.

Em resumo, a intensificação dos homicídios dolosos em Fortaleza, muito provavelmente, está relacionada ao crescimento populacional desordenado aliado às baixas condições socioeconômicas persistentes em tais áreas ao longo das décadas se apresentam como fatores estruturais desse fenômeno social que vivemos atualmente.

E a região do Grande Bom Jardim, composta pelos cinco bairros já mencionados,



lidera todos estes índices de vulnerabilidade. Portanto, além de políticas de curto prazo no combate à violência, é necessário priorizar as políticas de médio e longo prazo que possam melhorar as condições de vida das pessoas que vivem nestas áreas; não só em termos de segurança pública, mas, principalmente, segundo as pistas do IPECE, políticas na área da educação, planejamento urbano, geração de emprego e renda, dentre outras.

É nesse contexto que surgiu a proposta de criação do Centro Cultural Bom Jardim para atender as demandas da população e tentar amenizar o estigma desses bairros. Baseado nesse quadro é que o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) chega para esses bairros e a muitos outros municípios do Estado que sofrem com a extrema pobreza.

A seguir, veremos um pouco do contexto de surgimento do *Jardim de Gente*, nosso objeto de investigação, a fim de darmos os primeiros passos no sentido de observar essa ação e compreender as contribuições que objetiva dar a essas comunidades as quais, como pudemos observar, ainda guardam muitos desafios.

#### *2.1.4 Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): origem e concepções*

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza tem seus recursos originários de parcela do produto da arrecadação correspondente ao adicional de dois pontos percentuais na alíquota do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, incidente sobre os produtos e serviços especificados a seguir: bebidas alcoólicas, armas e munições, embarcações esportivas, fumo, cigarros, energia elétrica, gasolina, serviços de comunicação e de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2014).

O FECOP foi instituído pela Lei Complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto Nº 27.379 de 1º de março de 2004. Seus macro-objetivos são

- 1) Promover transformações estruturantes, que possibilitem um efetivo combate à pobreza em áreas selecionadas do Estado do Ceará.
- 2) Dar assistência às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha de pobreza, potencializando programas e projetos voltados para a melhoria das condições de vida, favorecendo-lhes o acesso a bens e serviços sociais. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004, p. 9)

Esses dois objetivos definem a existência de duas metodologias neste Programa de Combate à Pobreza: Políticas de Transferência de Renda (as ditas políticas compensatórias) e as Políticas Estruturantes (aquelas capazes de dotar a população pobre de

condições de acumulação de capital físico, humano e social). Neste último grupo, se encaixam os programas de habitação, esporte, melhorias na educação, acesso a crédito, programas de capacitação profissional, fortalecimento regional e outros. Na cartilha não são citados, mas podemos incluir aí os programas e projetos de Cultura.

Na cartilha também se definem seus objetivos estratégicos que se consubstanciam no fortalecimento do “capital humano”, através de melhoria das condições de educação, saúde, capacitação para ocupação e renda; do “capital social”, através do fortalecimento das políticas de trabalho cooperativo dentro da própria comunidade assistida; do “capital físico e financeiro”, através da infraestrutura, do crédito para pequenos negócios e da transferência de renda (ibid, p. 10). Em um esquema que sintetiza os programas do FECOP a partir desses capitais, os programas de Cultura aparecem como ações de transferência/aquisição de “capital humano”. Desde a sua criação, os programas da pasta da Secretaria da Cultura financiados pelo FECOP foram basicamente: O projeto “Agentes de Leitura do Ceará” e dois projetos de formação, o “*Jardim de Gente*” no CCBJ e o “Patrimônio para Todos” da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho. Todos se mantêm ativos até hoje, renovando-se ano a ano.

O FECOP é regido ainda pelos princípios da “transparência”, “participação”, “possibilidade de avaliação”, “sustentabilidade” e “responsabilidade social”. O Governo do Estado o apresenta como uma política de caráter inovadora que se baseia, principalmente, na análise dos problemas de forma integrada com as famílias e comunidades.

A comunidade como parceira, a partir da percepção de que os beneficiários passarão a considerar as ações desenvolvidas pelo Fundo como um elemento de integração interna da comunidade com os demais atores que participarão das diversas etapas da implementação dos programas. (ibid, p. 11)

Sua estratégia de atuação se resume em “complementar financeiramente projetos de transferência de renda e de infraestrutura básica, social e produtiva”. Apontam que os programas são marcados pela intersectorialidade e pelo trabalho integrado com as comunidades. “Esses projetos são demandados pela comunidade assistida, sendo selecionados e executados pelas Secretarias Setoriais, em parceria com o Poder Público Municipal, ONGs e comunidades” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2014).

Sabemos que alguns tipos de projetos quando acontecem, a exemplo dos projetos de habitação, geralmente se formam comissões de famílias que serão remanejadas e elas participam de algumas tomadas de decisão em relação aos projetos, bem como acompanham a sua execução. No próprio Grande Bom Jardim, existem algumas iniciativas como essas em projetos de habitação. Mas em outros projetos, como no caso que estudamos, não encontramos esse processo de participação ativo. Sabemos que a construção do equipamento,

CCBJ, foi uma demanda e luta das organizações sociais do bairro, cobrada junto ao Governo do Estado antes mesmo do FECOP existir. Mas na forma como o FECOP chega até o CCBJ e como é pensando e executado o *Jardim de Gente*, não encontramos em nossas investigações esse processo de participação direta nestes 7 anos de projeto. O que se sabe é que o próprio IACC, com seus gestores, pensou esse projeto e o propôs junto à SECULT.

Obviamente que, com o passar dos anos, o projeto tem passado por um processo de erros e acertos e tem reestruturado suas ações. Observamos isso nas mudanças ocorridas nos cursos, na carga horária das aulas e nas linguagens. Hoje, como veremos no último capítulo, os técnicos que passaram pelo projeto e professores já identificam algumas vocações e demandas da comunidade e isso tem interferido na construção do projeto e sua melhoria. Mas disso, não podemos inferir que haja algum processo de participação direta da comunidade.

Para ficar claro, o público-alvo do FECOP são as famílias que estão abaixo da linha de pobreza (que têm renda mensal, por pessoa, menor do que meio salário mínimo) e que residem em áreas de alta vulnerabilidade social. Porém, o texto do FECOP explicita que as ações não devem se limitar às famílias de forma isolada, e sim estimular uma integração destas por meio de ações comunitárias (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004 e 2014). Isso significa que alguns projetos não têm como público apenas aquelas famílias, mas devem acontecer de uma forma que beneficiem as comunidades, onde um grande número de famílias pobres se concentra, melhorando assim as condições de convívio naquele espaço.

Como ainda iremos abordar, o *Jardim de Gente* não limita seu público, é uma ação aberta a todos, mesmo para pessoas de outros bairros fora do Grande Bom Jardim. Obviamente que estando no centro de uma região como essa, com a maioria esmagadora da população, pobre ou extremamente pobre, e oferecendo atividades gratuitas para todas as idades, a maior parte do público que participa está dentro desse perfil.

Contudo, como discutiremos ainda neste capítulo, o projeto tem uma dificuldade de atrair pessoas que estão na linha da extrema pobreza; em sua maioria os alunos se declaram na inscrição pobre e não-pobre. Por exemplo, no Relatório Final de 2013 do projeto, dos alunos que responderam sobre a participação ou não no programa Bolsa Família, 64,72% informaram que sim, que suas famílias contam com inscrição no programa federal. Ou seja, as pessoas com baixa renda são maioria nas atividades, assim como o são os que residem nos limites do Grande Bom Jardim, mas eles não são 100% do universo dos participantes, pois o projeto não impõe essas limitações no momento das inscrições.

A seguir poderemos compreender mais sobre essas características.

## **2.2 Projeto Jardim de Gente: estratégias, contexto e trajetória**

Nesta segunda parte do capítulo apresentaremos as estratégias adotadas pelo *Jardim de Gente* em sua execução, fazendo um contexto de sua implementação e discorrendo sobre a trajetória ao longo dos seus 7 anos.

Ao final esboçaremos algumas considerações sobre a prática observada, traçando pontos avaliativos do projeto. Entraremos em alguns detalhes relativos à sua rotina, dando ênfase a algumas discrepâncias que tornam complexa a realidade, ao mesmo tempo em que apontamos as estratégias e discursos que são montados para se chegar a uma compreensão e melhores resultados da ação.

### *2.2.1 Objetivos, estratégias e contexto da formulação do projeto*

O objetivo geral do *Jardim de Gente*, segundo consta em seu projeto, é “contribuir para o desenvolvimento social e sustentável do Grande Bom Jardim, através de ações de formação voltadas para o fortalecimento da cidadania e a geração de trabalho e renda na área da cultura”. Essas ações de formação são oferecidas anualmente através de cursos e oficinas gratuitas para crianças, jovens, adultos e idosos, em diversas linguagens artísticas, na área da gestão cultural e alguns cursos na área da tecnologia da informação.

Segundo o texto do projeto, nessas ações formativas o conceito de cultura é trabalhado nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, conforme explicitamos na introdução. O projeto prevê, trazendo todas essas dimensões, levar aos alunos uma nova visão sobre a arte e o mercado de trabalho artístico e cultural. Ele pretende que os alunos saiam com ferramentas que os tornem profissionais de uma área antes largamente conhecida como mercado cultural e que agora está se ampliando e sendo englobado dentro do conceito de “economia criativa”.

O *Projeto Jardim de Gente* procura basear sua política de ação em princípios que orientam o próprio FECOP – não atuar na simples convivência com a pobreza, e, sim, combater a pobreza a partir da criação de meios para o fortalecimento do patrimônio individual e social das áreas pobres.

Assim, podemos ver que os discursos dos dois atores estão de acordo. O *Jardim de Gente* pensa o seu papel no combate à pobreza para além da proposta de formação artística,

ao mesmo tempo em que o Fundo reconhece no projeto a sua capacidade de atuar como ferramenta nesse enfrentamento, a partir do momento em que confia um recurso para ele.

No contexto do planejamento estadual, através da ferramenta do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o *Jardim de Gente* se situa atualmente dentro da área temática da Cultura sendo uma ação para alcançar os “resultados estratégicos setoriais” de “Ampliação do acesso aos bens e serviços culturais” e “Expansão da economia da cultura”. Vemos aí que a proposta de formação do projeto está atrelada tanto à ideia do acesso aos bens e serviços culturais, como a de fortalecimento de uma economia da cultura. Os indicadores que ele busca melhorar são: “Pessoas com acesso a bens e serviços culturais” e “Pessoas assistidas com ações de formação cultural”. Observamos então que há um indicador específico no PPA referente a ações de formação, o que situa a proposta do projeto no contexto geral das políticas de cultura do Estado.

Dos programas presentes no Plano, esse projeto se enquadra no “007 – Incentivo às artes e culturas regionais do Ceará”, e concorre para o cumprimento do objetivo “005, o qual se propõe a desenvolver ações de capacitação, produção, pesquisa e difusão nas áreas de arte e cultura no âmbito da gestão do CDMAC, EAOTPS e do CCBJ”. Há então um objetivo específico que se refere às funções desses três equipamentos culturais da cidade geridos pelo IACC, mas que são espaços públicos do Estado. A partir desse objetivo é que se desenvolvem as ações que acontecem nesses espaços.

Ainda em consonância com o último PPA, o *Projeto Jardim de Gente* está incluído na meta “607 – Fortalecer a gestão de 03 equipamentos de difusão no âmbito do Estado” e é uma ação da iniciativa “858 – Formação de recursos humanos em toda a cadeia produtiva da cultura (Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Audiovisual e Novas Mídias, Literatura, Livro e Leitura, Gastronomia, Design e Cultura Popular)”.

O nosso objeto compõe, no entanto, toda uma estratégia de política para o setor da cultura. Apesar de parecer uma ação localizada e sem pares, acontecendo apenas no âmbito do CCBJ, em parte não o é. Vemos que, além de compor um quadro de ações de combate à pobreza localizados no Grande Bom Jardim e financiados pelo FECOP, pois esse fundo atua em muitas outras frentes, o *Jardim de Gente* também é integrante de um plano que perpassa os governos e se insere no quadro maior de programas de incentivo às artes e à cultura no Ceará.

Observando esse contexto podemos pensar que a proposta desse projeto, apesar do seu caráter anual, conforme veremos ainda neste capítulo, não é uma ação que possa vir facilmente a se desfazer, deixando de existir enquanto ação da Secretaria de Cultura, pois ele,

como explicitado acima, faz parte das ações do Plano Plurianual da pasta da Cultura; aparece como projeto de continuidade no quadro de ações do FECOP desde 2007 e, além desses aspectos estruturais, o *Jardim de Gente* é hoje, no CCBJ, a ação de maior ocupação do espaço e que ajuda o Centro a cumprir o seu papel de dar acesso aos bens e serviços culturais para a população de baixa renda do entorno. Poderemos ver relatos dessa relação do projeto com o equipamento nas entrevistas feitas com os professores e apresentadas no Capítulo 4.

### 2.2.2 Trajetória institucional

#### **Primeiros desenhos: de 2007 a 2011**

Sobre os três primeiros anos do *Projeto Jardim de Gente*, o que temos são informações coletadas a partir das revistas publicadas referentes a cada ano, fora isso, muitas informações técnicas e administrativas se perderam. Os dados referentes à quantidade de público atendido, por exemplo, não são confiáveis, pois, pelo que observamos, a cada ano e a cada novo coordenador, os métodos de avaliação eram diferentes e não há documentos, fichas de inscrição ou diários de classe arquivados que comprovem esses números.

Na revista de 2007/2008 (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2007/2008), primeiro ano de execução do projeto, vimos que o nome ainda não era *Jardim de Gente*. O projeto chamava-se *Cultivando Cultura, Colhendo Inclusão Social*. Logo nesse primeiro ano, já como projeto do FECOP, as ações de formação aconteceram nas áreas de Leitura, Literatura, Música, Audiovisual, Informática, Comunicação Visual, Teatro, Circo, Artes Plásticas e Visuais, Educação Ambiental, Dança e Capoeira. Em um dos textos da revista encontramos o termo “cidadania cultural”, fazendo referência ao que o projeto objetiva levar ao seu público. Na fala da presidente do IACC na época, ela explica: “a ideia central era a de atuar na capacitação e formação em arte e cultura de adolescentes e jovens da comunidade”. Esta era então a proposta do projeto desde a sua fundação: a ênfase na formação e na construção da cidadania do público participante.

Na segunda revista que faz referência a 2008/2009, pois abrange parte dos dois períodos, o projeto passa a ser chamado de “*Jardim de Gente*”, já conta com um novo coordenador e, além das linguagens acima citadas, surge o trabalho com a moda.

No ano de 2009, o projeto contou com uma grande diversidade de áreas sendo abrangidas pelos cursos. Segundo detalhamento da Revista do Centro Cultural Bom Jardim (2009), houveram cursos nas áreas de Cidadania e Práticas Ambientais, Educação Ambiental,

Leitura e Produção Textual, Música e Canto, Teatro, Design de Moda, Artes Visuais, Design e História da Arte, Informática e Mídias Digitais, Artesanato e Gastronomia. Boa parte das áreas ainda é contemplada pelo projeto, com exceção dos cursos da área de cidadania e práticas de economia e educação ambiental, bem como o curso de Capoeira que existia ligado à dança e que agora não se pratica mais dentro do projeto.

Ainda em 2009, o *Jardim de Gente* contou com a parceria do Núcleo de Cinema e Animação da Casa Amarela Eusélio Oliveira (NUCA), onde aconteceu um curso de Cinema e Animação para alunos do Bom Jardim.

Em 2010, o projeto deu os primeiros passos para sistematizar sua prática, dando início a criação de uma base teórica para sua fundamentação. Na Revista desse ano (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2010), a coordenadora do núcleo de formação, após citar Rubem Alves, diz: “Fico feliz pelo conceito de educação permitir, por excelência, que esta seja feita através das artes e cultivando a cultura” (idem, p. 11). Aqui, a coordenadora relaciona a proposta do projeto com a ideia de educação como ação transformadora. Esse embasamento teórico não é observado nas revistas anteriores que se limitam a retratar a história e dados do projeto e relato dos alunos.

No ano de 2010 o projeto foi organizado em 12 metas (10 áreas de oficinas, 01 de planejamento pedagógico e 01 evento de término de curso). Todas foram integralmente cumpridas, segundo registros encontrados na revista, ao longo do período de execução do projeto, compreendido entre março e dezembro de 2010. As 10 áreas contempladas com oficinas/cursos foram: Música (60 oficinas), Prática de Leitura (36 oficinas), Dança (36 oficinas), Teatro (36 oficinas), Informática (72 oficinas), Design de Moda (36 oficinas), Artes Visuais (48 oficinas), Artesanato e Gastronomia (72 oficinas), Multiplicadores Culturais (18 oficinas), Audiovisual, Tecnologia de Som e Cenotécnica (60 oficinas). Ao todo foram 474 oficinas com duração de 15 horas cada, totalizando 7110 horas de atividades. Ainda em 2010, foi feito o planejamento pedagógico junto com os professores para determinar as diretrizes daquele ano de trabalho, além do evento de término, Culminância 2010 (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2010). Este planejamento foi uma ação para responder a uma necessidade pontual de organização, não deixando registros que pudessem ser posteriormente utilizados.

Nesse mesmo ano se deu, pela primeira vez, a parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Instituto de Cultura e Arte (ICA) e o curso de Gastronomia. Segundo aparece na revista, a ideia da parceria com a Gastronomia era atender uma demanda que a comunidade já solicitava e promover um aprendizado que tivesse chance

de se tornar rendimentos para os alunos. Nesse mesmo texto já se falava na proposta de construir uma cozinha no CCBJ para receber os cursos, pois as oficinas aconteciam nas dependências da UFC, no Campus do Pici. Mas até 2013, mesmo com o crescente aumento da demanda pela Gastronomia, nada foi efetivamente feito nesse sentido.

O *Projeto Jardim de Gente* em 2011 foi organizado em três metas: realizar 330 oficinas/cursos, 01 seminário de planejamento e 01 evento de conclusão de curso. Os gestores consideraram para fins de relato que a cada 15 horas-aula ministradas equivalem a uma oficina. Assim, a meta era realizar 4.950 horas-aula que equivaleria a 330 oficinas executadas de maio a dezembro de 2011. Segundo seu relatório final desse mesmo ano, o projeto teria atendido 5.471 alunos (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ, 2011).

Porém, conforme podemos observar também na experiência de 2012 e 2013, esses números não significam que mais de 5 mil pessoas passaram por formação no projeto ou que existiram 330 oficinas distintas oferecidas para públicos diferentes. O motivo disso é que um curso de 45 horas era contabilizado como sendo três oficinas de 15 horas e se esse curso possuísse 10 alunos, totalizava como tendo sido 30 alunos, pois era feita a multiplicação de 10 alunos em cada uma das “três oficinas”. Na prática eram 10 pessoas fazendo um curso de 45 horas com começo, meio e fim. Observamos que, por vezes, esses cálculos ou método definido para contabilizar as ações, podem criar vieses em suas avaliações, o que pode nos fazer pensar num impacto proporcional à população da região, mas que, na prática, esse impacto não existiu.

Cabe ressaltar que, até o ano de 2013, nunca se soube ao certo quantas pessoas, de fato, participaram do projeto. O número de matrículas geradas sempre foi o método de contabilidade, de modo que hoje é impossível que saibamos, por exemplo, quantos jovens de 15 a 29 anos do Grande Bom Jardim já se beneficiaram com os cursos.

Pensamos que, se estamos falando em um projeto de formação, interessa sobremaneira saber quantas pessoas estão sendo atingidas por essa formação e que conteúdo ou prática tem sido aprendido. Simplesmente pontuar uma oficina a cada 15 horas, sem considerar que conteúdo aquele aluno está recebendo naquele período, nos parece incoerente do ponto de vista pedagógico. Não se pode garantir que neste intervalo de tempo tenha-se iniciado e finalizado um processo formativo, tendo em vista que, conforme nosso exemplo, o processo da aprendizagem foi pensado para se dar em 45 horas.

O número real de pessoas do Grande Bom Jardim que participam das ações do projeto é então um número desconhecido, tendo em vista que o mesmo aluno pode fazer diversos cursos em um ano de projeto, como muitos fazem. Assim, não se sabe ao certo o



nível de alcance do projeto nos bairros; quantas casas, por exemplo, tem um membro da família que já recebeu alguma formação no *Jardim de Gente*.

Em 2011 ainda, o *Projeto Jardim de Gente* elegeu um tema transversal para ser trabalhado nas atividades desenvolvidas. O tema definido foi “memória”. Segundo relato dos gestores, faltou uma orientação e preparo dos professores das diversas linguagens para tratar deste tema. O resultado naquele ano foi que pouco se usou a temática memória durante os cursos. Por isso, em 2012, a gestão resolveu manter o tema e criar formas de fazer os professores se apropriarem dessa proposta de trabalhar um tema transversal em todos os cursos. Assim, foi executada uma formação sobre o tema para os professores. O objetivo da formação era passar aos mesmos um breve conteúdo sobre o tema “memória” e pensar ferramentas pedagógicas que pudessem ser trabalhadas em sala de aula, dentro de cada linguagem.

Durante as exposições na culminância ao final do ano, a temática da memória teve maior visibilidade e apareceu em alguns trabalhos, como: a história de moradores antigos do bairro nos fanzines produzidos pelos cursistas; as músicas do repertório do Coral da Terceira Idade; a peça de teatro encenada pela turma da Prática de Atuação que fizeram menção à origem sertaneja do bairro; e a coleção feita pela turma do Design de Moda que se baseou na memória das alunas sobre roupas que usavam na adolescência.

### **O ano de 2012: início do campo**

Em 2012 o *Jardim de Gente* planejou atingir cinco metas. A primeira era oferecer as mesmas 4.950 horas-aula (para eles, 330 cursos) de formação nas linguagens artísticas e áreas técnicas. Ao longo dos 10 meses de projeto (março a dezembro) foram realizadas 5.298 horas-aula, 348 horas a mais de formação, conseguidas como ganho de gestão através das parcerias com UFC/ICA, ASHOKA e Curso Técnico de Dança que ofereceram alguns cursos a mais para o projeto (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ, 2012).

A segunda meta era a realização da capacitação com o tema “memória” para orientar os educadores a trabalhar o tema de modo transversal, conforme comentamos acima.

A terceira meta era envolver no trabalho de mobilização, articulação e execução das oficinas/cursos, um mínimo de 16 instituições, entre escolas, organizações não governamentais e outras instituições diversas. Foram feitas parceria com 18 instituições, sendo 15 instituições do Grande Bom Jardim que receberam os cursos do projeto em suas sedes e três outras que foram parceiras na execução de cursos na comunidade: UFC,

ASHOKA e CTD.

A seguir listamos as 15 instituições do Grande Bom Jardim, apontando os seus respectivos bairros:

**Quadro 2 - Lista das Instituições Parceiras de 2012**

	<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>
1	ABC Bom Jardim	Bom Jardim
2	Associação Comunitária Projeto Paz	Canindezinho
3	CAIC Maria Alves Carioca	Granja Lisboa
4	Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social (CEGIS)	Bom Jardim
5	Circo Escola Bom Jardim	Bom Jardim
6	CMES Dom Lustosa	Granja Lisboa
7	Conselho Comunitário dos Moradores do Parque Santa Cecília	Parque Santa Cecília
8	CRAS Bom Jardim	Bom Jardim
9	Centro Social Betesda (Espaço Vida Feliz)	Granja Portugal
10	Núcleo de Apoio Socioeducativo (NASE)	Granja Portugal
11	Organização Granja Portugal Solidária (SOLIDU)	Granja Portugal
12	Ponto de Cultura Casa AME	Bom Jardim
13	Projeto Bom Jesus	Bom Jardim
14	Projeto José Henrique	Granja Lisboa
15	União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC)	Canindezinho

Fonte: Relatório Projeto Jardim de Gente 2012

A quarta meta era a construção coletiva do Plano Político Pedagógico (PPP) do *Projeto Jardim de Gente*. Para isso, foram realizadas, entre novembro e dezembro, cinco encontros com a comunidade (alunos, professores e parceiros, principalmente, agentes culturais e artistas locais). Foi contratada uma consultoria especializada em Gestão Cultural para mediar essa construção coletiva. Participamos de todas as etapas desse processo.

Avaliamos esse trabalho com o PPP como sendo um importante momento de participação de pessoas diversas na construção do projeto. Nas outras edições do *Jardim de Gente* pesquisadas não se tem registro de uma atividade como essa que proporcionou a participação ativa dos beneficiários e envolvidos no projeto em um processo de tomada de decisão. Abriu-se, com isso, um espaço para o diálogo e o levantamento de problemas e soluções para o *Jardim de Gente*. Porém, a participação de alunos foi pouco numerosa.

Levando em consideração a grande diversidade de linguagens trabalhadas pelo projeto, o mais interessante seria que um maior número de alunos estivesse presente para apontar temas de debate a partir da sua vivência.

A quinta e última meta era a realização de um evento de difusão dos resultados dos cursos para um público de 3000 pessoas. O evento ocorreu de 04 a 09 de dezembro. Ao todo foram 34 apresentações entre espetáculos de dança e música, exposições de trabalhos e exposições permanente, atividades lúdicas, rodas de conversa, etc. (ibid).

Fazendo uma análise crítica do *Projeto Jardim de Gente* em 2012, podemos observar as várias estratégias mobilizadas em sua execução, desde as atividades de formação, construção do PPP, evento de culminância, até o modo como os resultados são apontados nos relatórios. No plano prático e no plano do discurso alguns desencontros são observados: o modo como os resultados são apresentados quantitativamente não condiz com os números quando olhamos o projeto sendo executado. As proposições e concepções trazidas pelo projeto no contexto do que seria o combate à pobreza não se mostram claras, e os discursos se diluem, movimentando-se entre uma ideia objetiva e o que poderíamos chamar de ideia subjetiva.

A primeira ideia seria a proposta de geração de renda e a superação de uma condição de baixa renda. Na segunda poderíamos englobar as propostas de acesso à cultura, acesso ao conhecimento, fruição artística e cultural, aquisição de capital cultural, fortalecimento da vida comunitária. No plano prático não conseguimos definir ou diferenciar em que momento exatamente as estratégias usadas cumprem esses papéis presentes nos discursos dos documentos do projeto. Os alunos entrevistados, como poderemos ver mais profundamente no último capítulo, não definem de forma igual as funções do *Jardim de Gente* dentro da comunidade, e nem possuem interesses iguais enquanto alunos. Os atores que transitam pelo projeto criam, na verdade, um cenário complexo e multifacetado, ora adaptando-o aos interesses que cabem a cada um, ora se acomodando ao que parece posto.

### **2013 com a incerteza de 2014**

O *Projeto Jardim de Gente*, no ano de 2013, teve como metas estabelecidas: Realizar 44 (5.605 horas-aulas) oficinas/cursos de formação nas linguagens artísticas e áreas técnicas, gerando 1.320 inscrições; parceria com 16 instituições; um evento de culminância; dois fóruns e um encontro de validação do Plano Político Pedagógico (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ, 2013).

O projeto iniciou-se apenas no mês de julho daquele ano, ficando sem existir durante 6 meses. Conforme o relatório apresentado ao final da execução (idem), 91 cursos foram ofertados no período de julho a dezembro. Esse número se refere a cursos de fato, com começo, meio e fim, com cargas horárias diversificadas e distintas, desde cursos de 230 horas, até cursos de 15 horas. A partir desse ano não se adotou mais nos relatórios a contagem de uma oficina a cada 15 horas.

Foram inscritos 1.746 alunos nos cursos que aconteceram no CCBJ e em mais 28 instituições parceiras, todas do Grande Bom Jardim, com exceção da UFC. Esse número de matrículas ultrapassou a meta inicial em 24,40%, ressaltando que se trata do número de matrículas e não de pessoas beneficiadas.

Assim como no ano de 2012, a meta do número de cursos, que era 44 cursos, também foi ultrapassada, chegando a 91 cursos. Mas isso se deu em virtude do tempo de execução do projeto (seis meses), onde tiveram que modificar a estratégia de uso da carga horária total, diminuindo o tempo de alguns cursos e fazendo com que mais cursos acontecessem ao mesmo tempo em diferentes instituições. Como consequência, o número de cursos se elevou, assim como o número de entidades parceiras que aumentou de 16 (meta do projeto) para 28 instituições envolvidas nos cursos expandindo, por conseguinte, a capilaridade do projeto na região. Desse modo, foi executada toda a carga horária prevista, 5605 horas.

Para ilustrar, abaixo listamos as organizações parceiras do projeto, caracterizando-as a partir do bairro onde estão localizadas.

**Quadro 3 - Lista das Instituições Parceiras de 2013**

	<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>
<b>1</b>	ABC Bom Jardim	Bom Jardim
<b>2</b>	Associação Comunitária Projeto Paz	Siqueira
<b>3</b>	CAIC Maria Alves Carioca (Centro de Atenção Integral à Criança)	Granja Lisboa
<b>4</b>	CRAS Bom Jardim (Centro de Referência da Assistência Social)	Bom Jardim
<b>5</b>	Sítio Betesda - Espaço Vida Feliz (Centro Social Betesda)	Granja Portugal
<b>6</b>	Projeto José Henrique	Granja Lisboa
<b>7</b>	Ponto de Cultura Casa AME	Bom Jardim
<b>8</b>	UFC - Universidade Federal do Ceará	Bairro Alagadiço
<b>9</b>	SOLIDU - Organização Granja Portugal Solidária	Granja Portugal

10	Conselho Comunitário dos Moradores do Parque Santa Cecília	Bom Jardim
11	CEGIS - Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social	Bom Jardim
12	NASE - Núcleo de Apoio Socioeducativo	Granja Portugal
13	Circo Escola Bom Jardim	Bom Jardim
14	Escola São Francisco de Assis	Granja Portugal
15	EEFM Senador Osires Pontes	Canindezinho
16	EEM Professora Eudes Veras	Siqueira
17	Centro Comunitário de Valorização Humana – CCVH	Canindezinho
18	Educandário Santa Clara	Siqueira
19	Casa de Apoio Amigos de Francisco	Bom Jardim
20	PDA - Bom Jardim	Granja Portugal
21	Associação Beneficente Vida Melhor	Bom Jardim
22	Nóis de Teatro	Granja Lisboa
23	CCDH - Centro de Cidadania e Direitos Humanos do Conj. Ceará	Conj. Ceará
24	Vila Olímpica do Canindezinho	Canindezinho
25	CRAS Granja Portugal	Granja Portugal
26	Escola Sebastião de Abreu.	Bom Jardim
27	Escola Santo Amaro	Bom Jardim
28	EEFM Professor Jociê Caminha de Meneses	Granja Portugal

Fonte: Relatório Geral Projeto Jardim de Gente 2013

Nessa lista há equipamentos públicos como escolas, CRAS, Vila Olímpica, CCDH, tanto da gestão municipal, como da estadual; organizações da sociedade civil voltadas para atividades de garantia de direitos básicos, como creches, PDA, Casa de Apoio; e em sua maioria, organizações que trabalham também com atividades de formação e vivências nas áreas da arte, cultura, esporte e lazer.

Em dezembro aconteceu a Culminância do projeto, com a participação de um total de 5.862 pessoas, segundo o “Relatório Quantitativo de Público – Culminância 2013” da empresa SOMA Inovações e Eventos, produtora do evento. Foram cinco dias de programação, com 53 cursos apresentando os seus resultados. Houve apresentações de violão, coral, prática de conjunto, danças urbanas, balé contemporâneo, dança de salão, audiovisual, web design, desfile de moda, exposição de artesanato, fotografia, espetáculos de teatro juvenil e infantil e

outros. Além das apresentações artísticas e aulas shows preparadas pelos alunos e professores, houve os cursos que participaram da própria produção do evento como os de Produção Cultural, Técnico de Som e *Roadie*, Produção de Artes Cênicas e Fotografia. A exposição montada para o evento reuniu os produtos de 14 cursos das áreas de artesanato e artes visuais.

Observamos durante a execução deste evento que ele é um importante momento dentro do projeto, onde o resultado dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula é apresentado. O clima no Centro Cultural é de festa nesse período e todos se envolvem na preparação do evento. Ao longo do ano, os trabalhos em sala de aula se voltam para a preparação do produto a ser exibido na culminância e a expectativa dos alunos só aumenta nesse período. Mas não podemos deixar de observar que este evento também sela a finalização do projeto e a preocupação da equipe e de alguns alunos é que de ali em diante não se sabe quando o mesmo será retomado. O processo formativo é interrompido então tendo por base o calendário da prestação de contas do recurso, e não levando em consideração o processo e tempo de apreensão de técnicas e conteúdos de uma determinada linguagem. Há regras institucionais e processos burocráticos claros que precisam ser respeitados e todas as ações do projeto, principalmente a execução dos cursos, precisam caber dentro disso.

Além de todas as atividades citadas, outra ação ocorreu na execução de 2013, a única ação totalmente inovadora em relação aos outros anos: o I Fórum Centro Cultural Bom Jardim, dividido em dois dias de encontro com diferentes públicos. Para entendermos melhor do que se tratou esse fórum, abaixo descrevemos o objetivo traçado no “Relatório Parcial Descritivo do Fórum”<sup>8</sup>:

Criar um ambiente propício para que educandos, educadores, coordenadores, instituições parceiras e comunidade discutam e avaliem o andamento do projeto, seus efeitos e resultados; assim como proponham ideias e novas estratégias para o aprimoramento do Projeto e a interação do Centro Cultural com sua comunidade (de artistas, educandos, parceiros e profissionais).

Tendo como público-alvo instituições parceiras, professores, alunos, artistas e comunidade em geral, o fórum se mostrou uma proposta ousada, desde a definição de seu nome. Pensado inicialmente para ser um espaço de discussão dos rumos do projeto, dando continuidade a construção que tinha se iniciado com o PPP no ano anterior, propositalmente o nome foi mudado para Fórum Centro Cultural Bom Jardim, segundo os gestores do projeto, no intento de instigar a importância de uma ação como essa para pensar não só um ou outro projeto, mas o CCBJ como um todo.

---

<sup>8</sup> Relatório apresentado aos coordenadores do projeto por Caio Feitosa, mediador do fórum, em dezembro de 2013. Na ocasião, como o título aponta, tratava-se de um relatório ainda parcial.

Importante ressaltar que na edição de 2013, a equipe técnica do projeto, desde seu coordenador geral, até seus monitores, era composta fundamentalmente por pessoas moradoras do bairro (maioria ex-alunos e ex-professores do projeto), e todos em regime de contrato temporário. Isso quer dizer que ao término do projeto, essa equipe deixa de existir, pois não é vinculada ao IACC. Não queremos dizer aqui que isso signifique que essa tenha sido uma equipe mais ou menos comprometida com o projeto, mas sim que, por sua natureza passageira, era composta por profissionais que precisaram ter uma preocupação a mais com o legado que deixariam para as próximas edições do projeto.

O fórum teve claramente a intenção de abrir mais espaços de participação dentro do equipamento, a partir da própria construção do projeto, e de mobilizar para que os atores se apropriassem de alguns processos. Nas sessões do fórum estiveram presentes pessoas de diversos segmentos (alunos, professores, artistas, parceiros, equipe técnica). Houve um público elevado porque as aulas que estavam acontecendo foram interrompidas para mobilizar a ida dos alunos ao encontro. Esta estratégia foi pensada para reverter o problema da baixa participação dos alunos que já havia acontecido nos encontros do PPP. Como resultado, foi apresentado pelo consultor um relatório detalhado com a compilação de todas as discussões e sugestões dos participantes. Dentre outros métodos usados, as pessoas foram estimuladas a discutirem sobre o que manter, o que melhorar e o que propor de novidade para o *Jardim de Gente*.

A princípio, pelo que pudemos observar no relatório disponibilizado, os resultados do fórum foram bastante positivos no sentido de apontar muitos gargalos e propor novas estratégias e ações para qualificar o projeto. Porém, como todo fórum, esses resultados só terão valor se forem inseridos na próxima proposta do projeto e se o fórum se mantiver ativo, monitorando e reavaliando as sugestões. Dessa forma, o fórum pode se tornar uma estratégia de fato inovadora na história do *Projeto Jardim de Gente*.

No último capítulo, após o capítulo teórico-conceitual, nos deteremos mais a um estudo sobre os cursos, o perfil dos alunos e as discussões levantadas através da pesquisa com questionários e entrevistas. Aqui nos limitamos a apresentar a estrutura e o *modus operandi* do projeto, fazendo também uma contextualização histórica.

No tópico a seguir traremos algumas observações do cotidiano do projeto, levantando aspectos sobre os discursos e as práticas que tornam sua execução complexa, sinalizando também quais são as iniciativas que procuram contornar essas questões.

### 2.3 Percursos do cotidiano: observações do campo empírico

Nesse tempo de observação do cotidiano do *Jardim de Gente* entre 2012 e 2013, que somados são 16 meses, algumas questões foram observadas. Aqui elencaremos alguns desses pontos que julgamos mais complexos por estarem na raiz do projeto, em sua concepção e desenho. São ao todo quatro as questões levantadas a seguir. Ao final, descreveremos quais ações vimos que foram ensaiadas durante os dois últimos anos como estratégia para amenizar certos impasses e contradições.

#### Discursos e práticas

A primeira problemática que identificamos está relacionada ao modo como o projeto é executado e financiado. O *Jardim de Gente* recebe recurso ano a ano do FECOP, tendo por isso a necessidade de sempre ser reformulado e enviado para análise a cada novo ano. Isso acarreta uma paralisação das atividades entre a prestação de contas de um período e a avaliação e aprovação de outro.

No campo das políticas culturais essa característica é comum dos sistemas de financiamento que todos já estão habituados, e dos quais as críticas já são bastante conhecidas. Mas, por se tratar de um projeto de capacitação, os problemas em relação à estratégia de financiamento parecem se agravar devido à paralisação do processo que é formativo. Por isso há a necessidade do recorte temporal ao escrever sobre essa experiência, como fizemos no tópico anterior, pois, observando a fala dos gestores e algumas publicações sobre o projeto<sup>9</sup>, vemos que as características deste pode mudar muito de um período para o outro. Um indício dessa identidade complexa e inconstância de suas ações é que em 7 anos de existência, já passaram por ele sete coordenadores gerais; alguns deles permanecendo por menos de 4 meses. Isso é bem problemático, pois a cada coordenador novo, parte da equipe também era mudada e o formato do projeto ficava muito condicionado à experiência de cada um desses, pois cada pessoa tem sua forma de gerir.

No ano de 2012 o *Jardim de Gente* ofereceu 5.298 horas-aula distribuídas em diversos cursos, atendendo assim 4.323 alunos. E em 2013 foram 5.605 horas-aula para 1.746 alunos, segundo dados dos seus relatórios (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO

---

<sup>9</sup> Revistas do Centro Cultural Bom Jardim, Jardim de Gente, dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.



CEARÁ, 2012 e 2013). Porém, como já observado, boa parte dos alunos faz seguidos cursos durante o ano. Os gestores entendem que o *Jardim de Gente* deve compor parte de uma fase da vida dos alunos, de modo que possam apreender as diversas linguagens, que possam experimentar as sensações e, com o tempo, aguçar os sentidos para a arte e a cultura, pois assim, poderão ser verdadeiros consumidores ou produtores desses bens simbólicos. Os gestores afirmam que tem havido uma exigência cada vez maior para que os relatórios do projeto comprovem que se tem combatido de forma direta a pobreza na região. E por isso, tem-se caminhado para uma profissionalização dos cursos ofertados, conforme podemos observar nos encontros do PPP em 2012, a fim de que os alunos possam mais facilmente se inserir no mercado de trabalho. E aí está uma segunda situação problemática vista no projeto, o alinhamento dos objetivos e discursos de cada ator: gestores, agente financiador e público. Discursos esses que transitam entre dois pólos: a necessidade de combater a pobreza diretamente através da geração de renda e a intenção de proporcionar aos alunos a vivência com as linguagens artísticas e um aprofundamento do conhecimento cultural.

A busca por índices que indiquem a eficácia das políticas é comum aos investimentos públicos, e na maioria das vezes é o modo principal de avaliação dos projetos. Eles precisam se adequar para que seus resultados caibam nesses índices, deixando em segundo plano outros aspectos qualitativos ou subjetivos, ou poderíamos também chamar de resultados indiretos, que muitas vezes geram um impacto positivo difícil de ser mensurado. No nosso caso em estudo, o processo formativo do aluno e suas experiências sociais dentro do projeto parecem ser relegados ao segundo lugar em níveis de importância, enquanto a presença desses alunos, ou a quantidade deles ocupando os cursos, é o que aparece como resultado positivo para o investidor, pela facilidade de ser quantificado.

Nessa relação entre o financiador e a gestão, e na relação entre a gestão e os participantes do projeto (assim como entre eles mesmos), os diferentes discursos aparecem, não se chegando a um consenso sobre a função principal que o *Jardim de Gente* deve cumprir na comunidade. Ou se são ambas, não há consenso sobre quais as metodologias a serem adotadas.

O que é interessante notar na pesquisa, cruzando os métodos que adotamos, é que nos momentos propositivos, onde os atores, principalmente alunos e professores, se posicionam em relação ao que pensam e ao que sugerem para a execução do projeto, as falas basicamente giram em torno da qualificação para aumentar a empregabilidade e gerar renda para os alunos. Vejamos abaixo algumas das sugestões que aparecem no Relatório Parcial Descritivo do Fórum.

“Ações e planejamento de cursos que deem suporte para o mercado de trabalho”; “Foi proposta ainda que se planejem mais eventos de apresentação e construção de produtos artísticos durante o ano, assim como aulas de campo”; “Outro tópico muito lembrado pelos participantes é que o Projeto adote uma preocupação com um quadro de conteúdos que facilite a formação para o mercado de trabalho”; “Criar um fluxo de parceria para encaminhamentos a instituições que possam oferecer oportunidades de trabalho e renda; “Criar incubadoras de projetos e negócios criativos”.

Mas quando aplicamos os questionários e entrevistas, buscando conhecer os reais benefícios do projeto, grande parte da discussão estava relacionada a aspectos subjetivos como: socialização, comunicação, empoderamento, autoestima, sensibilidade, identidade e outros (veremos o resultado das entrevistas com detalhes no último capítulo). E isso é mais uma amostra dessa convivência das diversas ideias, demandas e proposições para o projeto.

Uma terceira característica que problematizamos aqui está relacionada com a sistemática dos cursos. Constatamos na observação da rotina pedagógica e administrativa do projeto que os mesmos não possuem ementas ou carga horária definidas e fixadas que sejam construídas por um corpo técnico especializado. Os planos de curso são feitos pelos professores, sem um acompanhamento pedagógico. O que os coordenadores do projeto contam é com a experiência e formação de cada um dos professores; os currículos deles são analisados e a partir daí esse profissional passa a estar apto para construir o plano de curso.

Uma avaliação que os próprios professores fazem em suas avaliações mensais, e nos chamou atenção, é que parte dos cursos acaba sendo entendida pelos alunos como uma ação de caráter apenas lúdico e assistencial, pois muitos não visualizam as áreas que estão desenvolvendo em sala de aula como campo profissional. O que os gestores do projeto e os professores questionam é o papel de um Centro Cultural enquanto formador de plateia, de produtores de cultura, de profissionais do mundo das artes. Esses profissionais protestam o uso que alguns alunos pretendem fazer de um espaço de cultura como o CCBJ. Para eles, muitos alunos acabam subutilizando o espaço quando enxergam nele apenas um local para fazer cursos gratuitos ou passar o tempo.

Esses desencontros entre os objetivos do projeto, o formato dos cursos e a pretensão dos alunos, parece criar uma confusão entre os discursos e as práticas, o que afeta os resultados do projeto e nos faz notar que o mesmo ainda não possui uma linha de atuação definida e legitimada, ou que não tem objetivos que sejam claros para todos os atores envolvidos, o que faz com que não fique claro também a proposta metodológica que o projeto tem no combate à pobreza. Porém, de tudo analisado até aqui, duas linhas de atuação parecem ficar visíveis, quais sejam a formação para o desenvolvimento artístico e cidadão e para o mercado de trabalho. Como cada um desses objetivos serão ou são alcançados, talvez seja o

que precise ser mais bem discutido e divulgado.

A quarta e última problemática observada, em se tratando da estrutura geral do projeto, sem entrar nos seus pormenores, é a questão do que acontece com os alunos após a participação nas formações e o acompanhamento destes. Para os gestores, o fato de não existir no projeto uma ação direta de mobilização para a inserção no mercado da “economia criativa”, conceito já esboçado na introdução deste trabalho, é um ponto que deixa a desejar, assim como a falta de acompanhamento do histórico desses alunos. Ainda na Revista *Jardim de Gente* de 2009, essa questão é retratada na fala da Coordenadora do Núcleo de Formação do CCBJ naquele ano. Ela explica a demanda por trabalho e renda que a comunidade expõe ao procurar as atividades do projeto.

Em uma comunidade tão carente, encontramos a ansiedade por cursos e/ou oficinas que capacitem diretamente para o mercado de trabalho. Mães nos procuram e perguntam: “O que meu filho vai fazer com isso!”. Elas querem saber onde o filho vai trabalhar depois de frequentar nossas atividades.

E como vimos no fórum de 2013, onde foi aberta a oportunidade de diálogo com a comunidade, esse foi um dos pontos mais tocados: a capacitação para o mercado de trabalho.

O projeto conta com um baixo recurso e uma pequena equipe, se comparado com a demanda total, o que restringe as possibilidades de ação. O que notamos no dia a dia é que a equipe e os recursos se limitam a atender as necessidades básicas dos cursos que são oferecidos. Observamos que, após a finalização desses cursos, faltam um acompanhamento do aluno, uma assistência continuada e um controle do histórico do mesmo que possa monitorar o seu desenvolvimento e assim garantir, nas avaliações do projeto, o alcance do objetivo de combater a pobreza, dotando os beneficiários de ferramentas e habilidades que propiciem a saída da condição de pobreza. As ações de inserção, orientação, acompanhamento e avaliação desses alunos, parecem ser o fio condutor que levaria o projeto a alcançar os seus objetivos, alinhados aos objetivos dos demais atores, comunidade e FECOP. Além de que, também facilitaria a aplicação de avaliações externas e estudos acadêmicos ao projeto.

### **Ações ensaiadas**

Algumas ações foram ensaiadas nas edições de 2012 e 2013 na tentativa de amenizar os impactos negativos dos problemas acima apontados. Ações que pretendiam melhorar a qualidade de alguns cursos, profissionalizar os alunos e fomentar o empreendedorismo, de modo que o impacto gerado pelo projeto em longo prazo fosse maior, mesmo com sua paralisação. Tudo isso, tomando por base a valorização da participação de

todos os envolvidos nessa reconstrução, que entendemos como uma fase de amadurecimento do projeto, buscando balizar todos os discursos e as demandas.

Os gestores do projeto buscaram parcerias com outras instituições ligadas à formação para dar uma nova dimensão ao processo formativo dos jovens, pois, como foi levantado nos encontros da construção do PPP do *Jardim de Gente*, um dos problemas que se observava é que os alunos estavam muito presos à dimensão do bairro e do Centro Cultural Bom Jardim, não visando outros espaços de formação e o campo profissional daquelas áreas. Os presentes nas reuniões concordavam que um dos avanços que o projeto precisava tomar brevemente era nesse sentido, pois existiam alunos que já estavam a três anos participando dos mesmos cursos, sem evoluir para cursos fora do bairro, para montagem de seus próprios grupos ou para a inserção em outros grupos ou trabalhos, como era o caso do grupo de dança de rua.

No ano de 2012 o Colégio Técnico de Dança (CTD), a ASHOKA e a Universidade Federal do Ceará (UFC), foram as entidades com as quais as parcerias foram feitas nesse sentido. O CTD trouxe seis professores (ex-alunos do CTD, dançarinos profissionais) para ministrar oficinas para os jovens do curso de Dança de Rua Avançada. Os alunos dessa turma são praticamente os mesmos há três anos e vemos que eles já se organizam como um grupo, mas não abrem mão do curso e do professor, ou seja, não conseguem ter sustentabilidade fora dos muros do CCBJ.

A pressão feita aos gestores para a manutenção de grupos, como a turma da dança e a turma do Coral da Terceira Idade, tem colocado o projeto em um impasse: abrir cursos com novas vagas para ensinar novos alunos ou manter turmas que têm sempre o mesmo público, que já possuem um trabalho de qualidade razoável e que dão visibilidade ao projeto e a estes alunos? A proposta das parcerias veio no sentido de tentar achar uma terceira via que pudesse tanto abrir caminho para novos alunos, quanto para fortalecer a atuação dos veteranos. A turma de dança foi beneficiada com o contato com outros professores, alguns de nome nacional, e com a formação de empreendedorismo social.

Os professores de dança do CTD trouxeram a experiência profissional deles para relatar aos alunos, bem como trabalharam técnicas distintas das que vinham sendo desenvolvidas até então pelos professores do CCBJ, abrindo, assim, novos campos de estudo. A ASHOKA entrou com uma oficina de empreendedorismo social, através da qual 15 jovens puderam aprender a elaborar os seus próprios projetos e começar a pensar como produtores e gestores e não apenas como alunos-artistas. Eles trabalharam em cima de ideias que tinham e pretendiam executar. Alguns conseguiram implementar suas propostas como abrir curso de

Dança para Iniciantes ou montar oficinas de Estilismo e Moda em escolas do bairro, fazendo assim um trabalho de multiplicador dos conhecimentos.

A parceria com a UFC não é recente, começou ainda em 2010 com os cursos de Gastronomia que desde sempre ocorreram dentro do campus da UFC devido à falta de uma cozinha própria do CCBJ ou adequada dentro de outra instituição das comunidades. Em 2012 a parceria se estendeu para outros cursos como o de Moda, Teatro e Audiovisual. Nessas linguagens o projeto então passou a receber uma orientação técnica de professores tutores da Universidade que orientavam alunos universitários e estes, por sua vez, vinham para o Grande Bom Jardim ministrar oficinas dentro do *Jardim de Gente*. Assim, esses cursos passaram a ter uma grade de conteúdos definida e orientada por especialistas das áreas e os professores (alunos das graduações) passavam por uma seleção interna das coordenações de seus cursos, assim como recebiam orientações pedagógicas destas.

De todas as tentativas de qualificar os cursos oferecidos pelo projeto, esta tem se mostrado uma das mais exitosas: fazer parceria com instituições de ensino superior e técnico que possam garantir a qualidade técnica e pedagógica dos cursos ofertados à comunidade, além da possibilidade de influenciar os jovens do projeto a pensarem na graduação e em outros cursos nas áreas da arte como uma alternativa de formação. Principalmente nas avaliações feitas pelos alunos dos cursos de Música, Informática e Moda, foi comum encontrarmos relatos de jovens que almejavam ingressar no ensino superior, trabalhando essas linguagens artísticas. Não queremos com isso dizer que os professores que, por ventura estão fora da academia ou não possuem formação técnica em instituição formalizada, tenham, necessariamente, menos qualidade que professores vindos da academia. Sabemos que, em se tratando de arte, temos muitos artistas que desenvolvem suas técnicas a partir de experiências de vida, às vezes, através do contato com alguns mestres, e que possuem inquestionável habilidade para transmitir conhecimento. Porém, não podemos deixar de observar que, para algumas linguagens, a academia ou escolas de arte, já possuem uma sistematização de técnicas e conteúdos bastante avançadas que podem ser importantes na construção de um projeto de formação como o *Jardim de Gente*, por formarem professores com profundo conhecimento das diversas técnicas possíveis dentro de sua linguagem.

Contudo, em 2013, essa estratégia foi em parte desmontada. Com o grande atraso do início do projeto, tornou-se complexo recomeçar as atividades passando por todo o processo com a UFC, pois este demandava tempo até que o produto final chegasse ao CCBJ, a execução dos cursos. Dizemos “em parte” porque, de certo modo, alguns dos professores que haviam sido selecionados pela UFC, foram novamente convidados para assumirem as turmas

em 2013, a exemplo do Teatro e da Moda, mas agora sem o acompanhamento dos professores e coordenadores da UFC. No audiovisual a parceria técnica passou a ser com o setor de audiovisual da recém implantada Escola Porto Iracema das Artes, que possui todo um corpo técnico e pedagógico para a montagem de seus cursos. E na gastronomia a parceria se manteve da mesma forma, como já vinha sendo desde 2010, com a UFC sendo responsável pela qualidade dos cursos.

O Colégio Técnico de Dança e a ASHOKA também não foram mais contactados. Em parte devido a essa questão do atraso e da necessidade de pôr cursos para funcionar de forma imediata. Mas em outra parte, devido à extinção do CTD em 2013 e no caso da ASHOKA, por conta do afastamento de suas ações no Ceará.

Visitas a espaços externos ao bairro também foi outra medida adotada pela gestão do projeto no intuito de abrir a visão dos alunos sobre a área de atuação que estavam desenvolvendo nas oficinas. Em 2012 foram feitas visitas ao Centro de Artesanato do Ceará (Ceart) com os alunos dos cursos de Artesanato, ao Canal 10 com os alunos do Audiovisual e à apresentação de uma orquestra com os alunos da Prática de Conjunto. Além disso, foram promovidos *workshops* sobre políticas de incentivo à cultura e captação de recursos.

Em 2013 foram feitas 20 aulas de campo durante a execução dos cursos. Ao todo, 16 turmas foram beneficiadas com essas aulas, em geral, as turmas dos cursos básicos e outros de longa duração. Houve visitas a exposições, apresentação de espetáculos, instituições e empresas de diversos segmentos (moda, música, etc.).

As visitas e aulas de campo geram um impacto muito positivo nos alunos por diversos motivos, por tirarem eles da rotina de sala de aula, por oportunizar a saída do bairro e a visita de espaços importantes da cidade. Por poderem ter contato com profissionais e o mercado cultural ao qual têm interesse em fazer parte. E também, pelo lado lúdico e integração entre os alunos. (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA, 2013)

Alguns resultados que o projeto apontou como alcançados, para além das metas previstas e que estão relacionados com essas estratégias adotadas ao longo dos anos de 2012 e 2013, foram: formação de grupos com espetáculos montados que adquiriram autonomia para fazer parte da programação não só do Centro Cultural Bom Jardim, mas também para apresentações externas; as turmas do Coral da Terceira Idade, da Dança de Rua e da Prática de Conjunto fizeram apresentações em festivais, escolas, outras entidades da cidade; as oficinas de gastronomia proporcionaram a capacitação para a inserção no mercado de trabalho informal e alguns alunos conseguiram estagiar em cozinhas de restaurantes e padarias ou iniciaram atividades de fornecimento de alimentos de forma mais segura em suas residências,

pois tiveram cursos específicos sobre os cuidados no preparo de diversos tipos de comidas; foi também coletado pela assessoria de comunicação do projeto, para a construção da Revistas *Jardim de Gente* de 2012 e 2013, casos de ex-alunos que hoje atuam no mercado profissional nas áreas que conheceram através do projeto.

Nas reuniões do Plano Político Pedagógico (PPP) e do Fórum, observamos que o desejo dos atores envolvidos (professores, gestores, alunos e comunidade) é de avançar no sentido de construir, além do PPP, as ementas dos cursos, dando uma estrutura mais fixa, com maior embasamento teórico-metodológico e com carga horária mínima que garanta de fato uma formação profissional aos jovens.

Todos esses fatos apontam que o projeto está caminhado no sentido de promover uma profissionalização desses jovens, o que podemos interpretar como sendo uma tentativa mais aproximada do discurso do combate às causas da pobreza, dotando os jovens de ferramentas para tal. Mas compreendemos também que as ações tem se direcionado para promover a cidadania dos jovens e a democratização do acesso à cultura nessas comunidades, abrindo espaço para que possam usufruir e experimentar das diversas linguagens artísticas, descobrindo o mundo da cultura e da arte. Esse outro passo para a profissionalização e a inserção econômica dos alunos é algo que ainda está sendo buscado.

No geral, concluímos até aqui que o *Jardim de Gente* se encaminha no sentido de alinhar as propostas do projeto com os debates acerca da cultura como recurso. Começa-se a pensar em profissionalização, em inserção no mercado de trabalho do campo da cultura. Mas esses discursos ganham força e ao mesmo tempo sofrem questionamentos na medida em que não se deve esquecer o lugar onde essa ação tem se dado e o público ao qual ela serve. Um público que antes mesmo de sofrer com a baixa qualificação profissional, se depara cotidianamente com tantos outros problemas sociais e pessoais, e que inevitavelmente a arte e a cultura acaba interferindo de alguma forma nestes.

Nesse sentido, é preciso cautela para pensar o lugar da cultura enquanto ação de uma política pública, como um recurso precioso no combate à pobreza, pois ela, em seus diversos entendimentos, como hábito, modos de vida, identidades ou enquanto expressão de arte, é um aspecto que perpassa e que, portanto, tem poder de influir em toda a vida de um indivíduo ou coletivo.

No capítulo a seguir balizaremos alguns conceitos que abrirão o leque das discussões até aqui presas mais ao campo empírico.

### **3. CULTURA COMO RECURSO PARA O COMBATE À POBREZA**

Neste capítulo o objetivo é sistematizar o referencial teórico de nossa pesquisa. Tais referenciais devem contribuir na compreensão do objeto investigado, o *Projeto Jardim de Gente*, no quadro geral das discussões sobre combate à pobreza e política cultural, numa relação que toma a cultura como recurso no combate dessa mazela social. Traçaremos algumas discussões atuais sobre as políticas culturais, seus conceitos, funções e contextos, a fim de compreender esse universo e os usos que têm sido feitos da cultura em ações que visam a melhoria da qualidade de vida de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Para isso, inicialmente devemos discutir os conceitos de pobreza e vulnerabilidade social, abordando este último enquanto uma ampliação do primeiro. Observaremos o que os teóricos têm levantado sobre esses conceitos e sua metodologia de uso, compreendendo como a cultura vai ganhando espaço nessas discussões.

#### **3.1 Pobreza e vulnerabilidade social: questões teórico-metodológicas**

Desde a década de 1970, o pensamento que sustentava as políticas econômicas e sociais dominantes sofreu uma ampla revisão: os diversos atores políticos, sociais e econômicos começaram a compreender que o crescimento econômico, por si só, não asseguraria o fim da pobreza e tampouco a diminuição da desigualdade social, nem em países pobres, nem em países ricos.

A autora Sonia Rocha em seu livro “Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?” ressalta que se trata de um fenômeno complexo e esse é o ponto de partida para qualquer discussão sobre o assunto. Assinala que, de uma forma genérica, “pobreza seria a insuficiência no atendimento de necessidades” (2006, p. 9) e a classifica como possuidora de duas formas distintas: absoluta e relativa.

A pobreza absoluta é definida como o não-atendimento de um nível mínimo fixo de consumo ou renda enquanto a pobreza relativa é definida em função de quão distante se está de um padrão mediano de consumo ou renda. Segundo Sonia Rocha, medidas de pobreza absoluta em países em desenvolvimento (pensando o caso do Brasil), com parcelas significativas de desprivilegiados, contribuem para delimitar subpopulações pobres que podem ser alvos de políticas públicas específicas e urgentes.



O conceito de pobreza relativa está vinculado a uma condição mediana de vida proporcionada pela riqueza de cada país, não obrigatoriamente relacionada à carência de bens e serviços classificados como essenciais. Como o nome já diz, ela é relativa porque vai depender dos padrões de vida e bem-estar de cada lugar e cultura, e acontece quando determinada família ou indivíduo está vivendo um padrão abaixo do padrão médio estabelecido naquele espaço. Essa tipologia de pobreza é muito aplicável aos países desenvolvidos, “onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda [...] é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização do acesso a serviços públicos de boa qualidade.” (ibid, p.31).

Pobreza absoluta relaciona-se ao não-atendimento de necessidades tidas como básicas, independentemente da riqueza nacional. A conceituação da pobreza absoluta requer o estabelecimento de um limite objetivo, que, no caso, é o valor de uma cesta de bens capaz de atender a um mínimo de necessidades alimentares, e de outra, composta de bens não alimentares. O conceito de pobreza absoluta é aplicável a outros dois grupos distintos de países. Para o primeiro, a riqueza nacional, independentemente de sua distribuição, não proporcionaria uma renda per capita capaz de assegurar sequer o mínimo vital para a maioria de sua população. Para o segundo grupo, a pobreza absoluta resulta de uma crônica desigualdade de renda. O Brasil, possuidor de uma economia de renda média que seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, está incluído nesse último grupo.

Como economia de renda média, o triste quadro da pobreza absoluta no Brasil se dá em função da má distribuição de renda; fato que concentra importância estratégica no âmbito da formulação de políticas sociais, por três razões básicas: a) por uma questão de justiça social; b) por gerar situações de conflito insustentáveis; c) a redução da pobreza absoluta no país passa pela implementação de políticas públicas que, pelo menos, amenizem o caráter concentrador do modelo de crescimento brasileiro.

Considerando o fato de que, reconhecidamente, amplas parcelas da população brasileira não dispõem de meios para atender às suas necessidades básicas, há consenso de que o conceito de pobreza relevante no país ainda é o de pobreza absoluta. É, porém, inevitável que, na operacionalização desse conceito, sejam incorporadas certas necessidades que, embora não estritamente indispensáveis à sobrevivência física das pessoas, podem ser consideradas o mínimo necessário para o “funcionamento” dos indivíduos no contexto socioeconômico brasileiro. (ibid., p. 175).

O que Rocha menciona na citação acima é que para qualificar a população que se situa abaixo da linha de pobreza, outros fatores devem ser considerados, além das questões relacionadas diretamente à renda. Outros aspectos podem ser carentes na vida de uma comunidade, apesar de sua renda. Ela cita o exemplo da falta de acesso ao abastecimento de

água e outros serviços básicos.

Contudo, pensando nosso objeto de pesquisa, esse conceito de pobreza absoluta não nos serve, pois não é estratégia do projeto atender a necessidades básicas de sobrevivência, precisamos de um conceito mais ampliado, que tenha outros fatores envolvidos; que pense a pobreza também como a falta de acesso ou oportunidade para o desenvolvimento de aspectos culturais do indivíduo, de seu grupo social ou da região onde vive; um conceito mais aproximado da pobreza relativa.

Todavia, se retomarmos a fala acima da autora, ela menciona as necessidades mínimas para o funcionamento dos indivíduos no seu contexto socioeconômico. Podemos pensar que, se vivemos num país onde a cultura, e principalmente a sua diversidade, tem lugar histórico e importante na formação da própria nação, na constituição das identidades das regiões, estados, dos povos de diversas origens, então a cultura contribui para o funcionamento dos atores no contexto de suas comunidades. E, principalmente, se levarmos em consideração que as expressões dessa cultura são agente diferenciador e, inclusive, motivo de orgulho nacional, perante as demais nações, temos então que avaliar o fomento a essas expressões culturais, o acesso à fruição e à produção dessas expressões como uma necessidade, não só do indivíduo, mas do indivíduo no seu lugar geográfico e histórico, no seu grupo sociocultural e no seu contexto socioeconômico.

Não ter esse tipo de acesso é estar fadado ao desaparecimento social, é estar a muitos passos atrás na caminhada para a ascensão social, pois não se detém, para além de um capital econômico, um capital simbólico para tal. Sem este, e veremos mais sobre isso ainda neste capítulo, a situação de uma pessoa ou grupo, será sempre inferior na medida em que lhe falta esse capital – um poder que, assim como o poder econômico, pode criar uma grande distância entre os exploradores e os explorados.

Essa pobreza, que queremos chamar aqui de uma pobreza cultural, pode colocar pessoas em situação de violência de diversos tipos, assim como a pobreza monetária ou a falta de acesso a serviços básicos, como aponta Rocha. Bourdieu (1970), inclusive, elaborou o conceito de “violência simbólica” que seria o meio de exercício do poder simbólico, ou seja, quando o ser que é dominado conhece o discurso dominante e o reconhece como legítimo, submetendo-se a ele. O autor explica que a violência simbólica pode partir da escola, do Estado, da família e de outras instâncias. Quanto mais os indivíduos estão submetidos a essas condições de violência simbólica, principalmente em relação ao Estado, ao mercado e a outros grupos sociais, mais difícil se torna sua mobilidade social, pois uma das principais consequências dessa violência é fazer com que os subordinados estejam conformados com sua

situação de vida, sem que se note aspectos de uma violência, ou de privações.

Fazendo uma abordagem sobre a política de combate à pobreza, Rocha argumenta:

Como a pobreza não se limita a insuficiência de renda, dispêndios associados a outras necessidades dos mais pobres, em particular aquelas vinculadas ao provimento de serviços públicos básicos e os de promoção social, formam o conjunto indispensável de ações no escopo de uma política antipobreza. (2006, p. 192)

É essencial priorizar o atendimento aos mais pobres, mas garantindo a eficiência operacional, tanto de medidas assistenciais, que apenas amenizam os sintomas presentes da pobreza, como daquelas que têm o potencial de romper de forma definitiva o círculo vicioso da pobreza. (ibid, p. 193)

Segundo a autora, é esse círculo vicioso da pobreza que as políticas precisam enfrentar. Para isso, primeiro é essencial definir de que pobreza estamos falando e de que pobres, em qual contexto socioeconômico, como já vimos aqui sobre o contexto do Brasil. Entendemos que é preciso saber, por exemplo, a que tipo de violência e de privações sofre o segmento da população que se quer trabalhar. E, como veremos a seguir, quais ativos e capacitações esses grupos possuem, que tipo de usos estão preparados para fazer desses recursos, que os faça ascender na escala social, de modo que sejam sujeitos nas suas próprias escolhas e não apenas esperem que o Estado, o mercado ou a sociedade civil organizada venha promover isso para eles.

Afastando-se das questões puramente econômicas, o economista indiano Amartya Sen construiu uma nova abordagem sobre o conceito de pobreza defendendo que a pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda (VEIGA, 2005, p.6). Ele faz a ampliação do conceito, para além da privação de renda, pensando na privação das próprias capacidades de proporcionar para si uma vida plena.

Suas duas principais contribuições para este debate são: pensar a pobreza como ausência de capacitações; considerar os pobres como sujeitos ativos no processo de superação da condição de pobreza. Essas capacitações as quais o teórico se referiu, são as capacidades humanas, definidas por ele como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. Para o autor, o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que a nação oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

No texto intitulado “Políticas de Combate à Pobreza” do Instituto Jones dos Santos Neves, trata-se dessa nova abordagem.

Nela [a política de combate à pobreza] a liberdade de fazer escolhas é considerada

um pressuposto fundamental para a análise da pobreza. Para além do critério monetário a pobreza passa (sic) ser entendida como ausência de capacitações. Vale esclarecer que o termo capacitações embora em última instância relacione-se ao indivíduo, abrange também um conjunto de variáveis que pertencem ao Estado e à sociedade. Isso se deve ao fato de que as conjunturas econômicas, sociais e políticas influem profundamente nas oportunidades dos indivíduos de realizarem escolhas com liberdade (SEN, 2001). Portanto, sociedade e Estado devem garantir o fortalecimento das capacitações humanas. (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, p. 6)

Aqui o autor acentua o papel do Estado e da sociedade no fortalecimento das capacitações humanas. As políticas, em forma de leis ou de ações, bem como os arranjos da sociedade como um todo, devem estar de tal forma organizados, que subsidiem e garantam que os indivíduos possam usufruir de suas liberdades e exercer uma cidadania plena.

A contribuição que o Instituto Jones dos Santos Neves faz a essa discussão inclui também o conceito de capital social.

A aplicação do conceito de capital social em ações para o combate à pobreza, propostas pelas agências nacionais e internacionais, está atrelada à necessidade premente de se considerar as dimensões não materiais desta questão social. Tais dimensões referem-se à identidade e ao sentimento de pertença a uma coletividade, à dignidade e confiança para promover ações, ter opiniões e poder expressá-las não apenas em um âmbito restrito ao próprio grupo familiar ou comunitário, mas que abrange toda a sociedade. Em outras palavras considera-se o pobre não apenas como vítima passiva dos acontecimentos, mas como um sujeito capaz de realizar e propor ações para melhoria das suas condições de vida. (ibid., p. 9)

Tomando por base essa abordagem, entendemos que somente as políticas de redistribuição de renda ou de fomento à geração de renda, ou à melhoria da qualidade dos serviços públicos básicos, não são de todo suficientes para dizer que certo segmento de pessoas pobres, está deixando a condição de pobre. Esse processo deve ser perpassado também por processos políticos de participação, reconhecimento e exercício de direitos, possibilidade de escolhas e outros, como o próprio Sen complementa:

Há de se considerar uma série de fatores de ordem não econômica, tais como, estar bem nutrido, ter boa saúde, ser livre para se prevenir de doenças e da morte prematura, ter força física e mental, ser livre para participar da vida em comunidade, além de alguns fatores de ordem subjetiva como ser feliz ou ter respeito por si próprio (SEN, 2001 apud ibid).

Portanto, as capacitações humanas abrangem o conjunto de fatores necessário para se ter uma vida digna e feliz, sem privações ou restrições. “As capacitações são uma combinação dessas condições e dizem respeito à liberdade que a pessoa tem para levar esta ou aquela vida” (ibid, p. 7). Esse conceito nos remete ao conceito de “democratização da cultura”, conceito trabalhado ainda neste capítulo e que corresponde também à ideia de liberdade de escolha, a partir da capacidade que os indivíduos adquirem quando são “capacitados” ou sensibilizados para as linguagens artísticas e a vida cultural.

A segunda maior contribuição de Amartya Sen foi demonstrar que o pobre precisa ser considerado como sujeito ativo na ação pública direcionada ao combate à pobreza, pois ele deve ser pensado como protagonista de uma mudança social fomentada por meio do desenvolvimento de suas próprias capacidades estratégicas.

Considerar os pobres como sujeitos que agem com vistas à transformação de sua própria realidade representa um primeiro passo para que o Estado e agências multilaterais renunciem a políticas assistencialistas, que remontam a um modelo paternalista, e passem a atuar de maneira mais enfática na defesa dos direitos sociais. (ibid, p. 7)

Sobre os projetos de enfrentamento da pobreza, a Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seus art. 25 e 26 estabelece:

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentará-se em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

Facilmente observamos que esses artigos referenciam a abordagem de Sen entendendo a pobreza a partir de seu conceito ampliado.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (CEPAL, 2003), por sua vez, conceitua pobreza, como sendo o resultado de um processo social e econômico – com componentes culturais e políticos – no qual as pessoas e as famílias se encontram privadas de ativos e oportunidades essenciais por diferentes causas e processos, tanto de caráter individual como coletivo, o que atribui ao referido conceito um caráter multidimensional. Para a CEPAL a pobreza é um conceito dinâmico que reflete o processo que leva cidadãos a privações de bens materiais e simbólicos.

Trazendo outro ponto, a concepção de pobreza está relacionada à de vulnerabilidade social. Mesmo estando correlacionadas, por vulnerabilidade não se deve entender pobreza, e vice versa, pois nem todos os vulneráveis são pobres e nem todos os pobres possuem as mesmas vulnerabilidades. (BRONZO, 2007 apud INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, p. 8).

[...] a noção de vulnerabilidade orienta-se para os processos, o foco da análise encontra-se nas estratégias e recursos mobilizados pelas famílias para amenizar a queda no bem-estar e reduzir os riscos aos quais estão submetidos. Esse enfoque é utilizado no desenho das políticas públicas para balizar uma ação do Estado com vistas à proteção social, de um lado reduzindo a exposição a riscos e, de outro lado, fortalecendo a capacidade de resposta das famílias (ibid).

Esse parece ser um conceito interessante no contexto de nossa pesquisa, pois se trata de uma abordagem mais atual e que vem de certo modo para responder às questões que o conceito de pobreza não dava conta. Foi justamente da reflexão sobre as limitações dos estudos sobre a pobreza que o termo vulnerabilidade social passa a ganhar força nos estudos sociais. Ele supera o uso dos indicadores de renda ou de carências que apenas apontam quanto de recurso cada indivíduo ou grupo possui, para trabalhar com informações que mostram as diversas “modalidades de desvantagem social” a que as pessoas estão submetidas (ABRAMOVAY et al., 2002).

Em uma pesquisa sobre as estratégias de redução da pobreza urbana de Caroline Moser e seu grupo do Banco Mundial (1998 apud *ibid*) é ressaltada a importância dos “ativos das famílias”, que segundo sua teorização, “influenciariam seu grau de vulnerabilidade social, sua renda e sua capacidade de responder a crises; o que do ponto de vista da formulação de políticas constituiu uma inovação” (*ibid*). A partir da influência desses estudos, as políticas não devem mais pensar a pobreza como ausência de renda, mas como uma complexa rede de fatores que se combinam colocando pessoas e/ou grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade social, ou imobilizando-os do exercício da liberdade, nas palavras de Amartya Sen.

Miriam Abramovay et al. (*ibid*) aponta que uma geração de estudiosos na América Latina tem desenvolvido teoricamente este conceito de vulnerabilidade social, o que contribui sobremaneira para a qualificação das políticas de combate à pobreza.

[...] complexo discurso conceitual e analítico o que tem situado a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm (*sic*) do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Vignoli, 2001; Filgueira, 2001 apud *ibid*).

Dessa abordagem, os elementos essenciais à conformação de situações de vulnerabilidade apontados são: recursos materiais ou simbólicos, também chamados de ativos, as estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade e as estratégias de uso dos ativos. Esse conjunto de fatores combinados vai apontar as modalidades de vulnerabilidade dos indivíduos, grupos ou comunidades. É, portanto, uma importante ferramenta metodológica, principalmente quando da implementação de políticas públicas de combate à pobreza e/ou vulnerabilidade social.

Nos termos do nosso objeto de estudo, por exemplo, como vimos no capítulo anterior, a condição de baixa renda, apesar de estar explicitado como objetivo do projeto o

combate à pobreza, não é um fator suficiente para caracterizar o público atendido. Assim como não são os únicos problemas ou não estão relacionados a todos os fatores demandados. A falta de outros recursos ou ativos, que não apenas materiais, é largamente acentuada pelos participantes nas avaliações, entrevistas e discussões fomentadas durante a execução do *Jardim de Gente*.

A avaliação que eles fazem também das “estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade”, principalmente os dois primeiros, no que tange o mercado da arte e da cultura e as políticas e equipamentos culturais, mostram o quanto isso interfere na fragilidade das oportunidades que têm. Por isso discutimos amplamente no primeiro capítulo sobre o papel que cumprem (ou deveriam cumprir) as instituições envolvidas na execução do projeto.

E do terceiro elemento que conforma a situação de vulnerabilidade, as “estratégias de uso dos ativos”, ou seja, os modos como os atores fazem uso dos ativos para provocar mudanças em seu contexto de vulnerabilidade, poderíamos interpretar como sendo o principal foco de atuação do projeto que estudamos. Seguindo as orientações dessa abordagem, seria necessário um estudo mais abrangente de todo o contexto social, econômico, político e cultural para se ter um panorama das modalidades de vulnerabilidade às quais o público do projeto, população do Grande Bom Jardim, está submetido. Mas vale ressaltar que este é o conceito que melhor nos ajuda a refletir sobre os objetivos e as metodologias adotadas pelo *Jardim de Gente*.

Observar esses três fatores de conformação da vulnerabilidade, segundo Abramovay et al. (2002), é muito importante para identificar os reais fatores de vulnerabilidades em casos específicos.

[...] permite analisar o caso de grupos sociais, aos quais são atribuídas grandes potencialidades, ativos valorizados em um dado contexto de estruturas de oportunidades, mas que, contraditoriamente, permanecem reclusos a um cenário de inseguranças, instabilidades e marginalidade (ibid, p. 31).

Sem compreender o que causa essa imobilidade das pessoas em alguns cenários, principalmente quando se trata do público jovem, que possui forte potencial criativo, torna-se difícil alcançar resultados favoráveis. Quando a ação está no campo da cultura, trabalhar esses usos e ativos, a potencialidade dos indivíduos e dos grupos, seus talentos, seu poder de mobilização e sua capacidade criadora e artística, se tornam estratégia central.

Conhecendo essas novas abordagens sociológicas das questões da pobreza e da vulnerabilidade social, podemos entender como a cultura vem ganhando espaço como recurso no enfrentamento das causas da pobreza e fortalecimento de fatores protetores à

vulnerabilidade social.

### 3.2 A política cultural e alguns conceitos norteadores

No que concerne o quadro teórico, pretendemos a seguir aprofundar o que foi coletado nas leituras relacionadas à política cultural e alguns conceitos norteadores desse campo de atuação e investigação, com foco na compreensão de como a cultura vem sendo cada vez mais vista como elemento de política pública e pensada como recurso para solucionar uma série de problemas sociais. Daremos, no entanto, foco na perspectiva das políticas e ações de formação no campo cultural, seu contexto, sua relevância e seus usos, trazendo alguns exemplos.

A partir das leituras sobre política cultural (BARBALHO e RUBIM, 2007; BOLÁN, 2006; BOTELHO, 2001; CALABRE, 2007; COELHO, 1997 e NASCIMENTO, 2008); cultura e democracia (BOTELHO, 2001); cultura e desenvolvimento (LOIOLA e MIGUEZ, 2007; e SIQUEIRA, 2009); capital cultural (BOURDIEU, 1970); cultura como recurso (YÚDICE, 2004); cultura, educação e formação profissional (PORTO, 2009 e THÉ, 2010), identificaremos os debates que compõem o quadro teórico e prático das políticas culturais na atualidade.

Nas discussões acima citadas, alguns conceitos vão surgir e serão tratados na pesquisa como arcabouço teórico para a análise final. Conceitos como o de “cultura nas dimensões antropológica e sociológica”, “democratização da cultura” e “democracia cultural”, “política cultural” e “ação cultural”, “capital cultural”, “economia criativa”, “cultura como recurso”, “desenvolvimento sustentável”, “bens e serviços culturais”, “ganhos econômicos” e “ganhos propriamente culturais”, serão alguns dos conceitos aqui abordados.

Através dos debates acima expostos, nos encaminharemos no sentido de compreender alguns aspectos da política cultural apregoada pelo Governo do Estado do Ceará e as ações empreendidas em parcerias com outras instituições, como é o caso do *Jardim de Gente*. A fala de Lia Calabre (2007) sobre a ação do estado quando falamos de cultura será aqui levada em consideração.

As ações públicas têm que demonstrar minimamente coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática. Não existe relação direta de causa e efeito no campo da ação cultural, o que torna complexa a avaliação. Parte das ações interage com o campo das mentalidades, das práticas culturais enraizadas, necessitando de um tempo mais longo para gerarem resultados visíveis. Nesse caso o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho. (CALABRE, 2007, p. 12)

Sabemos que tratar dos assuntos aqui propostos é uma tarefa complexa, que a



avaliação de políticas no campo da cultura é um desafio que só agora começa a ser encarado pelos gestores públicos. Mas sabemos também que já está mais do que na hora de promovermos essa reflexão, pois as ações estão postas, restando agora contribuirmos cientificamente para que elas alcancem resultados significativos e, usando as palavras de Lia Calabre, tentarmos garantir que as experiências não sejam “desmontadas a cada nova administração”.

### *3.2.1 Cultura e Política Cultural*

O lugar da política cultural no cenário nacional é algo hoje incontestável. A cultura, não só como identidade, práticas e crenças de povos, mas também como produto, bens e serviços simbólicos, ferramenta de trabalho, recurso para geração de renda e tantos outros usos feitos hoje do seu conceito, coloca-a num lugar de destaque dentro das políticas públicas.

Delimitar o conceito de cultura quando se estuda uma política é crucial, pois, conforme afirma Albino Rubim, em seu texto “Políticas culturais: entre o possível e o impossível”, na trajetória da construção de uma política cultural, o conceito (de cultura) estará sendo indiretamente construído (RUBIM, 2007). Buscaremos então no desenvolvimento deste texto, delimitar que conceito vem sendo edificado a partir da experiência estudada. Alguns autores nos ajudam na constituição do conceito de cultura.

A diferenciação feita por Isaura Botelho entre a “dimensão antropológica” e a “dimensão sociológica” da cultura, é uma primeira discussão teórica que traremos aqui para contribuir, tanto academicamente, quanto politicamente, uma vez que ela dá pistas de como cada uma dessas dimensões podem aparecer estrategicamente nas políticas públicas de cultura. Vejamos o que a autora diz sobre a dimensão antropológica.

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (BOTELHO, 2001, p.74).

Percebemos que essa se trata de uma dimensão profunda da cultura que tem relação com as estruturas sociais e o modo como os indivíduos atuam e constroem sua identidade dentro delas. Isaura Botelho (ibid) explica que “para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos”. É

então, um processo que exige “mudanças radicais” e, por isso mesmo, seria uma tarefa difícil para os gestores públicos. Sendo assim, ela afirma que, a cultura em sua dimensão antropológica, só poderá ser trabalhada politicamente se esta existir como “uma diretriz global de governo”. Não é, portanto, a dimensão onde atuam políticas culturais específicas.

Por sua vez, a “dimensão sociológica” da cultura, tem a ver com um entendimento mais específico da cultura, da sua forma e suas funções. Essa dimensão para Isaura Botelho:

é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. [...] Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria (BOTELHO, 2001, p. 74).

Botelho fala ainda de um “circuito organizacional” que envolve todas essas ações e funções da cultura, englobadas nessa sua dimensão sociológica. Esse circuito complexo “faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso” (ibid). Podemos entender a partir dessa definição que o projeto cultural que estamos investigando atua dentro dessa perspectiva. Ele surge baseado em uma demanda claramente econômica e social, de combate à pobreza; como demanda profissional de ocupação de um mercado de trabalho incipiente, o mercado cultural; como uma proposta político-institucional, por parte de uma organização social, como proposta de ocupação de um equipamento cultural público. Está, portanto, no interior de um circuito organizacional; é uma ação orientada com uma “intenção explícita”.

Ainda sobre a dimensão sociológica, Botelho explica sobre a efetividade que políticas culturais nesse sentido podem alcançar, pois esse âmbito “permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazo” (ibid, p. 75). É dessa forma que se pensam projetos como o *Jardim de Gente*. No seu caso, o que é curioso é que ele se baseia num diagnóstico de pobreza, prioritariamente, e dentro desse diagnóstico entra também a ideia da falta de acesso aos meios de expressão artísticos e culturais. É, portanto, uma política diferenciada que parte de uma problemática global, que é a questão da pobreza, para se identificar aí uma demanda específica, que é a de cultura.

Na obra “*La política cultural: temas, problemas y oportunidades*” (2006), Eduardo Nivón Bolán, da Universidade Nacional Autónoma no México, também faz uma reflexão sobre o que seja a política cultural e seus objetos.

*Toda reflexión sobre política cultural se refiere en última instancia al ejercicio del poder y la toma de decisiones del estado o de los agentes sociales para definir el curso que ha de seguir ese haz de relaciones de la vida social que identificamos con el nombre de cultura. (BÓLAN, 2006, p. 19)*

O autor traz então a questão do poder e dos agentes sociais nesse processo de definição do que seja e de como seja a política cultural. Assim, podemos pensar que o lugar que ela ocupa hoje no Brasil foi um processo construído ao longo dos anos por uma série de decisões e atores sociais, e principalmente, por uma disputa de poder entre estes. Se nos detivermos às leituras presentes na obra “Políticas Culturais no Brasil” (2007), organizada por Albino Rubim e Alexandre Barbalho, observaremos esse processo de construção.

Nivón Bolán explica qual o corte feito para converter a cultura em objeto da política. Para ele, os objetos da política cultural são “(...) *aquellos segmentos de la cultura que para existir, preservar o generalizarse requieran de atención como parte de lo público*” (BOLÁN, 2006, p. 20). Ou seja, “*no todo fenómeno cultural – en cuanto producción de sentido – debe volverse objeto de política pública sino sólo aquellas prácticas socialmente organizadas que para ejercerse requieran protección, fomento, salvaguardia o reglamentación*” (ibid, p. 21). Aí Bolán faz um recorte do que seja o objeto da política cultural. Não parece uma definição tão clara quanto à de Isaura Botelho, mas da mesma forma que esta, remete a ideia de práticas organizadas, com intenções definidas. Bolán concorda também que não é “*todo fenómeno cultural – en cuanto producción de sentido*”, o que podemos dizer que se refere a fenômenos que estão na dimensão antropológica da cultura, explicitada acima por Botelho.

No que diz respeito ao papel da política cultural, Isaura Botelho, num estudo sobre a política cultural da França (BOTELHO, 2001), traz o conceito de “democracia cultural” (contrapondo a ideia de “democratização da cultura”) que se trata de uma democracia passível de ser atingida quando uma pessoa consegue, através das políticas públicas de cultura, optar por desenvolver ou não, vivenciar ou não os aspectos artísticos e culturais que lhes são apresentados. Ou seja, consegue deter informações e ferramentas que a permita escolher de que forma vai usufruir da cultura e da arte, dando-lhe inclusive o direito de não gostar de algumas linguagens ou expressões culturais, por exemplo. Seria esse, portanto, o papel da política cultural.

Hoje, parece claro que a democratização cultural não é induzir os 100% da população a fazerem determinadas coisas, mas sim oferecer a todos – colocando os meios à disposição – a possibilidade de escolher entre gostar ou não de algumas delas, o que é chamado de democracia cultural (BOTELHO, 2001, p. 82).

Tal entendimento de democracia difere da simples “democratização da cultura”, por exemplo, quando o Estado ou empresas privadas criam centros culturais nas periferias das grandes cidades, tornando-os próximos a população de menor renda. Isso não significa, segundo Isaura Botelho, que eles estarão acessíveis, que serão usufruídos, compreendidos ou significativos para essas pessoas. A função da política cultural é então, segundo a autora, promover a democracia da cultura, fornecer a todos as ferramentas necessárias para usufruir (ou não) de atividades culturais.

Concordando com a autora, entendemos que as ações de formação podem ser um componente central de uma política cultural que almeja promover esta democracia, pois a formação pode favorecer esse entendimento da cultura, seus significados, ferramentas e seus usos, por parte de seu público. Observando a experiência do *Projeto Jardim de Gente* vimos como esse processo formativo pode dar essa contribuição de fazer com que as ações culturais, no seu sentido mais sociológico, possam fazer parte da vida de cada uma das pessoas que passem pelo projeto, enriquecendo assim o repertório cultural destas. Isso é ratificado na fala da Presidente do IACC, Maninha Morais, no ano de 2009.

Com a arte e a cultura, o retorno não é imediato, mas pode ser decisivo. Quem faz aula de teatro, por exemplo, não necessariamente vai “viver do teatro”, mas certamente “viver o teatro” amplia a capacidade de enxergar o mundo de uma forma valiosa (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2009, p. 4).

No aspecto da gestão da política cultural, Albino Rubim levanta essa questão da formação. Ele critica “a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura” (RUBIM, 2007a, p. 32). Aqui ele está se referindo à gestão cultural. Essa é uma crítica que podemos estender à ausência de políticas para qualificação de pessoas para compor o cenário da produção cultural nacional de modo geral, ou como diz Teixeira Coelho (1997), a formação voltada para a produção da obra. Assim como uma formação que vise a “arte pela arte”, que pense num processo que, antes de tudo, leve ao menos às pessoas o entendimento da dimensão simbólica e cultural da vida. Como diz Albino Rubim (2007a, p. 15) citando Mário de Andrade, uma política que encare a cultura como algo “tão vital como o pão”. Olhando para essas possibilidades, podemos pensar no conceito de “capital cultural” de Pierre Bourdieu (1970), entendendo as ações de formação como sendo uma das portas possíveis para a aquisição deste. Esse conceito é hoje impossível de ser deixado de lado quando falamos no lugar da cultura e, principalmente, das políticas culturais e sua função para a sociedade. Por isso, a seguir, aprofundaremos essa discussão.

### 3.2.2 A Cultura como Recurso e o Capital Cultural

O conceito de “capital cultural” ficou amplamente conhecido através das obras do sociólogo francês Pierre Bourdieu, onde se ligava fortemente a variável educacional, principalmente em sua obra “A Reprodução” (1970). Até hoje, é um conceito que continua central para o entendimento das relações de dominação presentes nas estruturas sociais (CUNHA, 2007).

Bourdieu deriva o conceito de capital da noção econômica, em que o capital se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e se reproduz de acordo com a habilidade do seu detentor em investir. Além do capital econômico, que compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações etc. (bens, patrimônios, trabalho), Bourdieu considera:

O capital cultural como sendo conhecimento, as habilidades, as informações, os hábitos, que correspondem ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares, sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos. O capital social, que se refere ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos. E o capital simbólico, conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social) (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 39).

As formas de capital são conversíveis umas nas outras, como por exemplo o capital econômico que pode ser convertido em capital simbólico e vice-versa (Bourdieu, 1984, p. 114).

Teixeira Coelho no seu “Dicionário Crítico de Política Cultural” (1997) sistematizou esse conceito da seguinte forma:

Constituem o capital cultural de um indivíduo ou comunidade a soma de todos esses instrumentos que permitem o consumo e a produção dos bens simbólicos (bem como sua distribuição e troca) e o conjunto dos próprios bens simbólicos produzidos, como as coleções nas bibliotecas, pinacotecas, museus, galerias, cinematecas, videotecas, e assim por diante (COELHO, 1997, p. 84).

O capital cultural é, portanto, um tipo de capital tão necessário para a completude dos indivíduos em sociedade, quanto o capital social ou o capital econômico, e até pode ser confundido com estes. E as políticas culturais, têm por excelência a função de pensar o desenvolvimento desse capital em todas as suas dimensões.

Pensar a pobreza e a cultura, e como ambas se imbricam numa política cultural, foco de nossa investigação, é pensar na relação íntima apontada por Teixeira Coelho, entre o capital econômico e o cultural.

Haveria deste modo, uma íntima relação entre a estrutura de distribuição do capital econômico entre os diversos segmentos de uma sociedade ou país e a estrutura de distribuição (participação) do capital cultural nessa sociedade ou país. Em decorrência desta observação, haverá, por exemplo, desequilíbrio entre o capital cultural dito de produção e o capital cultural de consumo, significando que uma parte da população pode ter acesso ao capital cultural via consumo, mas permanecerá alienada de sua produção (ibid).

O trecho acima nos mostra como o capital cultural pode ser pensado dentro da mesma estrutura do capital econômico e também acaba sendo fator de desequilíbrio na sociedade. Sendo assim, o capital cultural também deve ser colocado na discussão sobre distribuição de bens e equidade social. As políticas culturais devem então promover esse equilíbrio. Só será possível dotar as pessoas de instrumentos para participarem do processo de produção cultural, bem como do seu consumo, ou não, se assim optarem, se voltarmos aqui ao conceito de “democracia cultural”.

Outras questões importantes de serem tratadas são as que relacionam cultura e desenvolvimento e cultura e economia. Segundo Lia Calabre, na década de 1990 no campo da produção cultural “tornam-se mais comuns os estudos e as discussões sobre as relações entre economia e cultura” (CALABRE, 2007, p. 10). Muitos desses estudos vêm como críticas a centralidade dada ao âmbito econômico nas políticas culturais do governo de Fernando Henrique Cardoso que, segundo Castello (2002 in RUBIM, 2007a, p. 109) é um governo onde se “afirma uma quase identidade entre Estado e mercado”; Castello fala das “leis de incentivo como sendo a política cultural (do governo FHC)” e afirma ainda “que as leis de incentivo escamoteiam a ausência de uma política cultural”. A relação entre cultura e mercado era aí entendida então como uma relação perversa que na verdade mascarava a quase ausência de política cultural.

Recentemente é que surgem outros entendimentos da cultura enquanto um recurso ou capital social que promove o desenvolvimento social e econômico como indica Marta Porto a seguir.

[...] podemos considerar que a cultura pensada como capital social é aquela identificada como um ativo originado em todos os pontos desse país onde se possa encontrar um traço singular do fazer produtivo – artesanato, culinária, festas populares, patrimônio tangível e intangível, memória e história – que podem ser tratados como agentes de desenvolvimento social e econômico (PORTO, 2009, p.44).

Aqui, a cultura é entendida como um capital social e por isso torna-se fator primordial para as políticas de desenvolvimento. A cultura de que Marta Porto trata está relacionada com um “fazer produtivo”, com o potencial de produção de bens e serviços simbólicos ou com a produção do próprio patrimônio tangível e intangível, que para ela está tudo imbricado ao desenvolvimento social e econômico de uma comunidade. Nesse sentido,

podemos ver o *Jardim de Gente*, com suas propostas formativas, como um projeto de estímulo a esse “fazer produtivo” e que, portanto, seguindo o conceito de Marta, tem potencial para contribuir para o desenvolvimento do capital social das pessoas que nele estão inseridas.

Outros autores que trazem essa discussão são Loiola e Miguez quando afirmam que dentro das dimensões antropológica e sociológica da cultura “emerge a ideia da cultura como recurso”. Eles entendem a cultura como dois tipos de recurso: “Recurso como valor simbólico, que pode ser agregado aos negócios” e “recurso, também, na forma de bem ou serviço (simbólico-cultural), que pode vir a ser, ele mesmo, negócio” (LOIOLA; MIGUEZ, 2007, p. 11). A cultura, para esses autores, pode se agregar como recurso dessas duas formas e ambas favorecem um ganho econômico através da cultura.

Essa ideia da cultura como recurso não só econômico, mas também para o desenvolvimento social pode servir de fundamentação teórica para compreender a emergência de projetos de formação em arte e cultura como ferramenta de combate à pobreza, pois conforme a citação que faço em seguida, a promoção da cultura pode ser também caminho para a inclusão cultural, social e econômica.

Todavia, o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pela cultura não pode ser separado de uma visão ampliada da cultura, como geradora de riquezas simbólicas. Não se trata, portanto, apenas de perseguir o crescimento econômico por meio do estímulo às atividades ligadas à cultura, mas, também, e principalmente, de criar as condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais, promovendo a inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores (LOIOLA; MIGUEZ, 2007, p. 13).

E essa ideia da inclusão de novos “agentes criadores” nos faz remeter novamente ao conceito de “capital cultural dito de produção” de Teixeira Coelho, no sentido de possibilitar a todos a participação no processo produtivo da cultura e não só no consumo.

Os autores, Loiola e Miguez (2007, p. 7), se recusam a adotar uma “visão meramente instrumental da relação entre cultura e do desenvolvimento, que tende a reforçar e a proteger os interesses dos agentes culturais já estabelecidos”, acrescentam que além dos “ganhos econômicos” é possível que haja “ganhos propriamente culturais” quando se trata do uso da cultura. Para eles, a cultura, enquanto estratégia de ação pública, tem reconhecidamente um grande potencial de geração de riquezas e empregos, porém, ela não deve ser vista apenas com esse fim instrumental. Ao contrário, as atividades ligadas à cultura podem gerar ganhos com a produção e a circulação de repertórios simbólicos de grupos e localidades que estão em situação de menor favorecimento, contribuindo assim para o aumento da diversidade das manifestações culturais. E esses são os “ganhos propriamente culturais”.

As políticas devem, portanto, conciliar essas possibilidades. Dentro do universo pesquisado onde se relaciona o *Projeto Jardim de Gente*, como uma ação de uma política de cultura do Governo do Estado do Ceará, com o FECOP, fundo criado para o combate à pobreza do estado, podemos observar qual a visão de cultura que prevalece ou que é mobilizada nos discursos de legitimação da política.

Se observarmos o Relatório de Desempenho do FECOP do ano de 2011, encontraremos o seguinte texto:

O Projeto Jardim de Gente tem sido nos últimos anos uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região do Grande Bom Jardim, que abrange seis dos dez bairros que possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Com o apoio fundamental do Governo do Estado do Ceará através de suas Secretarias e com recursos advindos do FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza), em convênio com o Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), o projeto tem focado na valorização da educação e da arte como mecanismos erradicadores da pobreza e fortalecedores de uma sociedade mais justa (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ, 2011, p. 2).

São, portanto, diversas dimensões de ganhos que são vistas pelo agente financiador do projeto, o FECOP. Para eles, o desenvolvimento social, cultural e econômico do Grande Bom Jardim é passível de ser alcançado com essa proposta de ação.

Foi George Yúdice (2004), em sua obra “A conveniência da cultura: usos da cultura na era global”, quem mais detidamente sistematizou o conceito de “cultura como recurso”. Sua abordagem relata a expansão do papel da cultura para as esferas política e econômica, em contraposição ao seu esvaziamento em relação as suas noções convencionais, como por exemplo, o seu caráter estético e transcendental. O texto aponta a crescente redução da subvenção estatal direta aos serviços sociais, e o processo da globalização que vem ajudando a problematizar o uso da cultura como expediente nacional, como contexto no qual essa mudança no sentido e uso da cultura vem se dando. O surgimento do chamado “capitalismo cultural”, onde vemos a desmaterialização característica das várias fontes de crescimento econômico e uma produção e distribuição de bens simbólicos cada vez maiores têm possibilitado um maior protagonismo da esfera cultural. Essa esfera cultural se engendra de tal forma com as esferas políticas e econômicas, que se legitima como um instrumento destas.

Sobre esses usos políticos e econômicos que se faz da cultura, Yúdice traz as seguintes questões: há hoje uma instrumentalização da arte e da cultura para melhorar as condições sociais e também para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano (YÚDICE, 2004, p. 27). A cultura é compreendida como



uma esfera importante de investimento e diversas instituições financeiras internacionais têm apostado nela, na medida em que possa gerar retorno indireto como, incentivos fiscais, valor publicitário ou conversão da atividade não comercial em atividade comercial. Nesse processo, segundo completa Yúdice (ibid, p. 32) citando Santana (1999) “a cultura pela cultura” não recebe fomentos, precisa estar como ferramenta de outras esferas.

Os projetos culturais financiados pelos Bancos de Desenvolvimento Multilateral são geralmente financiados atrelados a projetos educacionais ou de renovação urbana, segundo o texto (YÚDICE, 2004, p. 30 e 31). Isso porque as instituições financeiras têm uma dificuldade metodológica no desenvolvimento de indicadores para a cultura. As abordagens para definir os indicadores são geralmente critérios econômicos, profissionais ou em relação à justiça social (comprometimento com os valores e preferências culturais locais). A medida da utilidade é a única legitimação para o investimento. Na perspectiva política, arte e cultura são vistas como fundamentalmente “interessadas” no contexto das disputas culturais, elas estão a serviço dessas disputas como instrumento de poder de um grupo sobre outro (ibid, p. 28 e 29).

Nesse texto George Yúdice faz então uma discussão crítica a respeito da “conveniência da cultura” nas agendas políticas e econômicas; sobre o seu uso cada vez mais instrumentalizado enquanto recurso. Porém, sua posição é a de que é impossível não lançar mão da cultura como recurso. Na análise da cultura ele pensa que se deve pressupor sempre uma tomada de posição, o que nos remete ao conceito de política cultural de Bolán, esboçado no início deste capítulo. Pensaremos então o *Projeto Jardim de Gente* nessa perspectiva da cultura como recurso. Principalmente porque essa é uma ação pública que acontece em parceria com uma instituição privada (o IACC), que tem o seu lugar dentro de uma agenda sociopolítica e um programa econômico mais amplo (o FECOP), o combate às causas da pobreza na região do Grande Bom Jardim.

No Relatório de Desempenho do FECOP (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ, 2011) está dito algo sobre esse lugar instrumental que o projeto ocupa. “O *Projeto Jardim de Gente* vêm democratizando cada vez mais o acesso aos meios de produção artístico-cultural, promovendo geração de renda, autoestima e a criação e circulação de bens culturais.” Aí, cultura e economia se imbricam na perspectiva do desenvolvimento de um setor produtivo que é o cultural e na geração de renda através do mesmo. Porém, na pesquisa identificamos que os resultados que o projeto apresenta, mostram que o mesmo tem ganhos que são tanto econômicos, quanto “ganhos culturais propriamente ditos” (LOIOLA; MIGUEZ, 2007, p. 13), e este mais do que aquele, como poderemos constatar nas entrevistas.

Com esse mesmo objetivo teórico de reconhecer e compreender o nosso objeto

remontaremos a seguir ao conceito de “ação cultural” no sentido agora de pensar sobre a sua forma e metodologia, uma vez que as discussões tratadas até aqui nos permitiram refletir mais sobre o que seriam os objetivos e intenções imbricadas nesse objeto.

### 3.2.3 A Ação Cultural

Para Teixeira Coelho, autor que desenvolveu um dicionário sobre a política cultural, “ação cultural” é basicamente um “conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural” (COELHO, 1997, p. 42). A ação cultural para ele, pode se dar em qualquer uma das fases do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso (ou consumo).

Pensando no conceito de Teixeira, podemos dizer que no *Projeto Jardim de Gente* a ação cultural se dá no âmbito da “produção” que, conforme explica o autor, “tem por objetivo específico concretizar medidas que permitam a geração efetiva de obras de cultura ou arte”. No processo formativo é prioritariamente trabalhado, conforme pudemos observar, em cima do processo criativo e produtivo de produtos e bens culturais.

O projeto também pode ser pensado no âmbito da ação cultural voltada para o “uso” que é quando se “procura promover o pleno desfrute de uma determinada obra, o que envolve o entendimento de seus aspectos formais, de conteúdo, sociais e outros” (ibid). Na medida em que o aluno está desenvolvendo a técnica de produção, ele passa antes por um entendimento daquele objeto ou ação como sendo arte e aprofunda o conhecimento sobre a forma e demais aspectos.

As atividades formativas do projeto circulam entre estes dois objetivos, de estimular a produção e o uso do produto cultural. Isso está explícito até nos objetivos do projeto que, como vimos no capítulo anterior, está entre a profissionalização e geração de renda para o aluno através da detenção do conhecimento das técnicas e a formação cidadã desses indivíduos, no sentido de possibilitar a eles o usufruto da cultura. As demais fases elencadas por Teixeira, a distribuição e a troca, podemos dizer que são comuns à ação cultural do próprio Centro Cultural.

Teixeira Coelho estabelece ainda, uma gradação entre dois tipos básicos de “ação cultural” para melhor compreendermos o conceito. Essa diferenciação ocorre segundo os objetivos da ação. Assim, ela pode ser uma “ação cultural de serviços” ou uma “ação cultural de criação”, também chamada de “ação cultural propriamente dita”. Onde, aquela seria uma ação cultural como forma de “animação cultural”, no sentido de movimentar o campo da

cultura. E esta última, a “ação cultural propriamente dita”, seria aquele tipo de ação que objetiva “fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural [...]”. As ações de formação em arte e cultura podem ser compreendidas dentro desse conceito, na medida em que pretendem formar mediadores, mobilizadores, produtores, consumidores ativos no campo cultural, sem deixar de ser também vista como uma ação de animação cultural, uma vez que mobiliza e mexe com o campo cultural da região, um local com poucos espaços voltados apenas para a arte e cultura.

### 3.2.4 *Pensando outras Ações*

Utilizaremos as últimas páginas deste Capítulo teórico-conceitual para observarmos outras experiências que podem se somar à aqui estudada. Iremos aprofundar o que demos início na introdução, relatando algumas ações que se assemelham ao *Jardim de Gente* em sua proposta formativa, para que assim possamos contextualizar mais ainda as discussões que colocamos até aqui, ampliando um pouco mais para outras políticas culturais existentes em Fortaleza.

Nas políticas de âmbito estadual já houve experiências que se configuravam como um esforço por parte do Governo do Estado do Ceará para promover um processo formativo em áreas técnicas da arte e da cultura, a fim de criar mão de obra especializada no estado para um mercado cultural que se acreditava emergente na época. Estou falando da experiência do Instituto Dragão do Mar (IDM), instituição que existiu entre os anos de 1996 e 2003 em Fortaleza e oferecia cursos técnicos na área da cultura, arte e indústria criativa.

O IDM foi amplamente estudado por Nilbio Thé em sua dissertação intitulada *O dragão devorado - a educação profissionalizante em cultura como fomento à economia criativa: o caso do Instituto Dragão do Mar* (THÉ, 2010). Nesse trabalho o autor faz questionamentos a fim de compreender os motivos que levaram à falência da instituição em poucos anos e faz críticas à ausência de políticas consistentes na área de formação profissionalizante para as áreas de arte e cultura no Estado do Ceará, bem como para a produção e difusão desses bens e serviços culturais. O que o autor diz é que “profissionalizou-se mão de obra, mas não foram dadas condições para que o todo (ou pelo menos a grande maioria) de pessoal qualificado trabalhasse” (THÉ, 2010, p. 110). Não pensar em uma política ampla que de fato contemplasse a dimensão da formação, produção e difusão cultural foi a falha desse empreendimento. Segundo Thé explica,

Foi priorizada uma formação que não teve continuidade nem reconhecimento formal, enquanto que não foram tomadas medidas suficientemente eficazes para incrementar o mercado de forma a absorver, criar e demandar profissionais e quase nada se fez em termos de difusão, além de um birô que divulgava festivais de teatro, dança e cinema no país (THÉ, 2010, p. 111).

Mesmo com essas críticas o autor ressalta a importância dessa política de formação de técnicos no Estado. O IDM foi um empreendimento pensado “grandiosamente” e para Thé foi a ação de maior impacto na formação de um quadro técnico em cultura no Estado. Os “resquícios” do IDM se encontram em outros espaços hoje existentes que tentam potencializar o setor cultural em Fortaleza principalmente.

[...] a política de formação em cultura e arte, de uma forma ampla, também teve no IDM seu zênite. Foi a partir dele que se formalizou de forma intensa a educação profissionalizante para criação de mão-de-obra apta a trabalhar com linguagens artísticas diversas. Tanto que, anos mais tarde, em 2008, a Prefeitura Municipal de Fortaleza cria a Vila das Artes com proposta pedagógica similar à do IDM, tendo ex-alunos do Instituto trabalhando nela (ibid, p. 74).

Na cena atual de equipamentos públicos que atuam também com formação na área da arte e cultura, através de cursos técnicos, cursos livres e oficinas temos, além da Vila das Artes acima citada, os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca Barra, Cuca Mondubim e Cuca Jangurussu), o Museu da Imagem e do Som, a Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) e a recém criada Escola Porto Iracema das Artes, um projeto que objetiva retomar o que foi o antigo IDM. Temos também os cursos técnicos e de graduação existentes na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e no Instituto Federal do Ceará (IFCE) que abrangem cursos na área da Dança, Música, Teatro, Design, Moda, Gastronomia, Cinema e Audiovisual.

Reunindo todos esses espaços assim em um único parágrafo parece muito. Mas se formos levar em consideração a localização destes, grande maioria fica distante das periferias mais pobres da cidade; os processos de acesso a esses equipamentos como seleções, pré-requisitos, valor financeiro; a divulgação da existência desses equipamentos e dos cursos que oferecem que em parte são gratuitos, enfim, todos os aspectos que dizem respeito ao acesso a tais equipamentos, veremos que o público que consegue chegar, utilizar e ser beneficiado por essas ações é muitas vezes um público seletivo que já circula simultaneamente por muitos desses espaços. Salvo as experiências dos Cucas e do CCBJ que estão localizados nas regiões

que apresentam os maiores bolsões de pobreza da cidade e com maiores índices de violência. Todos foram implementados com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento dessas regiões através das atividades culturais e formações oferecidas gratuitamente em seus centros<sup>10</sup>.

A existência desses equipamentos na capital cearense e o crescente debate nacional em torno da chamada “economia criativa” (que se institucionaliza através da criação da Secretaria da Economia Criativa em 2011) estão entre os fatores que vão estimular a visibilidade da questão da profissionalização em arte e cultura como estratégia de geração de emprego, renda e desenvolvimento social. Assim, ações nesse sentido começam a entrar na agenda pública e compor as ações de novos equipamentos culturais como os acima citados. Como relata Marta Porto

Cultura e desenvolvimento, cultura e fortalecimento da democracia, cultura e cidadania são temas que começam a despontar com força na agenda política nacional, em debates, seminários, apresentações de documentos de secretarias e fundações culturais a partir dos anos 2000 (2009, p. 18).

Dedicaremos a seguir um capítulo para tentar compreender como os principais atores desse projeto, os alunos e professores, absorvem essa experiência e como todo esse processo de construção das políticas culturais e suas ações chegam ao público; o que eles captam de tudo isso, o que muda em suas vidas, como a cultura passa a fazer parte de seu cotidiano. Neste sentido, iremos, primeiramente, apresentar um perfil desses alunos, apresentando algumas características que contribuem para a compreensão do projeto como um todo; em seguida, faremos a análise das entrevistas realizadas com um pequeno recorte de jovens e com os professores e técnicos do *Projeto Jardim de Gente*.

---

<sup>10</sup> O Cuca Barra é um espaço criado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2009 para atender demandas das políticas de juventude. O CCBJ foi criado em 2006 para disseminar as ações das políticas culturais do Governo do Estado. Mais dois Cucas foram inaugurados em 2014 e já estão em pleno funcionamento, os Cucas Mondubim e Jangurussu.

## **4. PROJETO JARDIM DE GENTE: COMPREENDENDO SUAS ESTRATÉGIAS**

### **4.1 Ações de formação: analisando resultados**

#### *4.1.1 Os cursos: propostas e práticas*

Da pesquisa documental obtivemos alguns dados sobre o projeto. Dos seus objetivos, dois merecem destaque: 1) Oferecer oportunidades de vivências nas linguagens artísticas em oficinas/cursos. 2) Capacitar profissionais para desenvolverem atividades técnicas atendendo ao mercado da economia criativa. Nesse sentido, no ano de 2012 o projeto ofereceu 5.298 horas-aula distribuídas em 76 cursos e em 2013, foram 5.605 horas-aula em 91 cursos, mantendo-se dessa forma uma regularidade no formato do projeto de um ano para outro. As áreas que os cursos contemplam são Música, Artes Cênicas (Teatro e Dança), Design, Moda, Informática, Audiovisual, Gestão e Produção Cultural, Artesanato, Leitura e Literatura, Artes Visuais e Gastronomia.

Gostaríamos de descrever nesta primeira parte do capítulo um pouco sobre alguns desses segmentos, fazendo uma breve análise sobre os mesmos e sobre os depoimentos de alunos que fizeram parte de cursos nas áreas supracitadas.

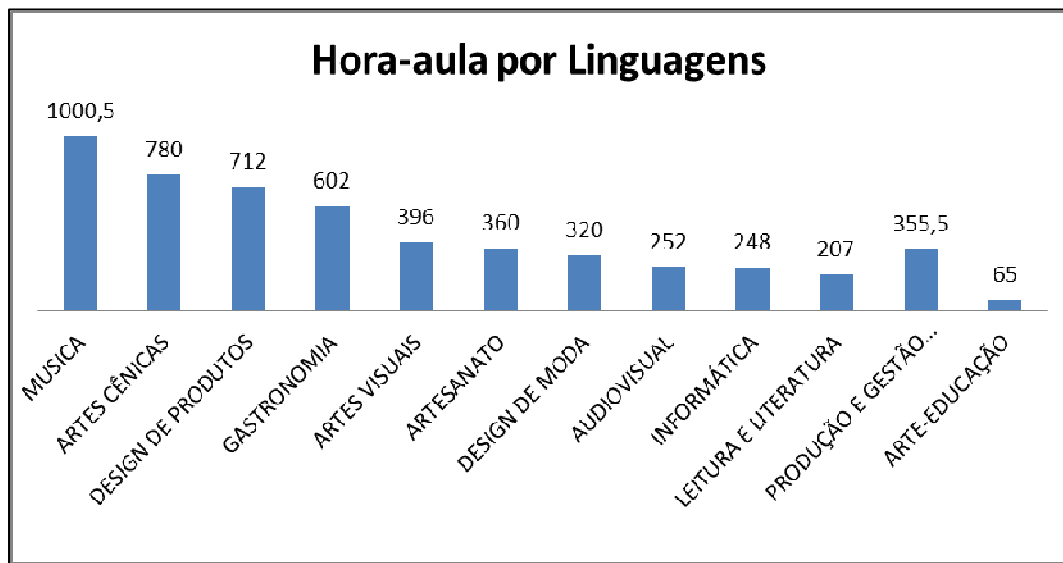
Em cada uma das linguagens ou segmentos elencados pelos gestores, tem-se um leque de cursos com diferentes metodologias, objetivos, tempo de duração e frequência. E, ao que observamos, isso continua a mudar muito de ano para ano. O que queremos dizer é que um curso não é repetido exatamente em todos os seus aspectos ano após ano; um curso que teve duração de 100 horas, em outro momento pode passar a ter duração de 85 horas. Isso acontece porque não há uma estrutura fixa ou proposta de formação desenhada e os cursos são definidos baseados, além da demanda, na carga horária e espaços disponíveis. O que existe é um tempo e espaços aos quais os formatos dos cursos vão se moldando de modo a suprir uma demanda existente. Em termos organizacionais, o único norte que os coordenadores procuram seguir é a meta geral do projeto de atingir as horas totais previstas no orçamento. Dentro dessas horas, tem-se uma liberdade para propor cursos, metodologias, receber proposta de educadores, definir público, tempo e espaço, seguindo sempre a temática do projeto.

Não é difícil, no entanto, achar discussões e discordâncias em torno das definições desses cursos. Se lembrarmos que os próprios conceitos de arte e cultura são fluídos, múltiplos e complexos, podemos imaginar quantos questionamentos são passíveis de serem levantados quando da definição de quais linguagens, técnicas e metodologias utilizar dentro

de um projeto como esse. Observando as Revistas anteriores do *Jardim de Gente*, vemos que muitos cursos deixaram de existir, como por exemplo, capoeira e oficinas de meio ambiente. Segundo os gestores atuais, esses cursos desaparecem dentro dessa discussão de saber realmente quais as linguagens e cursos são de fato a vocação e o objetivo do projeto.

Retomando a descrição das atividades do *Jardim de Gente* 2012 e 2013, apresentamos abaixo a distribuição das horas nas linguagens trabalhadas no primeiro ano do nosso campo.

**Gráfico 1 - Hora-aula por Linguagens (2012)**



Fonte: Relatório anual do Projeto Jardim de Gente - 2012

O último segmento que aparece na extremidade direita no gráfico acima (que seria o “12º segmento”), chamado de arte-educação, contempla 65 horas de atividades de formação que foram oferecidas aos professores do projeto. Sentindo falta de um alinhamento entre os professores de tantos segmentos, com metodologias diversas, oriundos de processos formativos diferenciados, alguns da academia, outros detentores de saber popular, ou seja, artistas locais que se desenvolveram dentro do processo autônomo de construção de grupos artísticos, os coordenadores optaram por usar horas para proporcionar alguns momentos formativos para esses professores. Foram duas atividades, um curso sobre “Estratégias Didáticas para o uso da Memória”, pois “memória” era o tema transversal do projeto naquele ano, e uma “Formação em Educação Empreendedora para Educadores”, ambas em 2012. Esta última foi executada em parceria com a ASHOKA que é uma instituição de referência no trabalho com empreendedorismo social no Brasil e no mundo. Observamos aí uma estratégia dos gestores no sentido de qualificar a atuação do projeto e de tentar tornar mais coeso e direcional os trabalhos desenvolvidos em sala de aula, o que pode favorecer a criação de uma

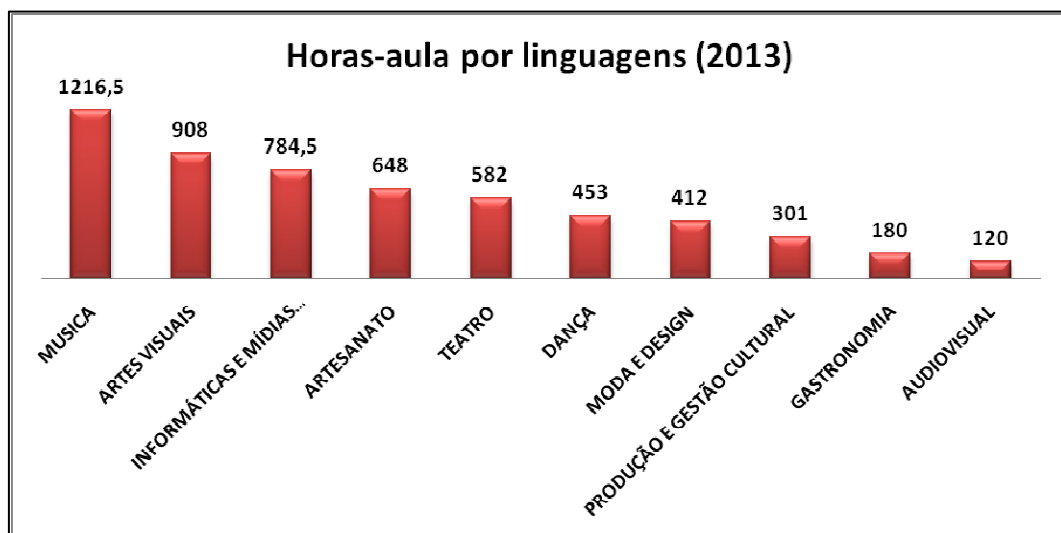
identidade do projeto, assim como a formação de um corpo docente integrado entre si e aos objetivos do *Jardim de Gente*.

Participando dos encontros, pudemos observar a importância desses momentos formativos para os professores; eles reconheciam essas atividades como uma forma de acolhimento do profissional, em contraposição à relação distante mantida com o educador que vem ao projeto algumas horas durante o ano para passar um conteúdo aos alunos. Em ambas as formações, as propostas eram sempre de desenvolvimento de trabalhos em grupo dentro e fora de sala de aula. Em ambas as situações foram construídos projetos que deveriam ser executados pelos professores.

Porém, na prática, as propostas não funcionaram muito bem. Na formação sobre empreendedorismo a rotatividade dos professores foi bastante elevada, chegando a ter em sala apenas 13 dos 68 professores que estavam envolvidos de alguma forma com o projeto em 2012. E das ações sociais que eles planejaram em grupo, nenhuma foi posta em prática.

A formação sobre memória obteve alguns resultados nos trabalhos apresentados durante a Culminância do projeto, onde os professores fizeram algumas montagens dos seus trabalhos de forma coletiva, usando o tema proposto. Mas a participação dos professores na formação também foi baixa. Apesar da pouca frequência, essas formações dadas se mostraram importantes no processo de construção do projeto naquele ano.

**Gráfico 2 - Hora-aula por Linguagens (2013)**



Fonte: Relatório anual do Projeto Jardim de Gente - 2013

O gráfico acima, da mesma forma que o anterior, representa a distribuição da carga horária dos cursos por linguagens, porém no ano de 2013. Podemos observar que alguns aspectos se mantiveram de um ano para o outro.



A linguagem de Música (Figuras 1 e 2) é que a que apresenta maior quantidade de horas nos dois anos. São cursos de percussão, violão, teclado, canto e coral, prática de conjunto e técnico de som, este último mais ligado à área de produção técnica da música. A Música foi o segmento com o maior número de horas dedicadas, correspondendo a quase 19% da meta total em 2012 e 21,7% em 2013. Os cursos de música, em paralelo com os de dança, são de longe, as linguagens mais procuradas e praticadas no Centro Cultural Bom Jardim. Se somarmos as horas dedicadas aos cursos de balé contemporâneo, que não fazem parte do Projeto *Jardim de Gente*, possivelmente a música é até superada. Podemos compreender um pouco mais sobre essa “vocação” do CCBJ na fala do aluno do curso de Prática de Conjunto a seguir.

Faço parte da Prática de Conjunto desde o início do curso. A partir do curso, formei bandas e uma delas está ativa e comemorou um ano de carreira. Por conselho dos professores, hoje faço licenciatura em música na UFC, onde estou lecionando já em escolas públicas do Bom Jardim. Agora os que eram meus professores são meus colegas de trabalho (sic). (18 anos, masculino, Prática de Conjunto - baterista)



Figura 1 – Apresentação da turma de Prática de Conjunto  
Fonte: arquivo do projeto



Figura 2 – Apresentação da turma de Percussão  
Fonte: arquivo do projeto

Esse trecho é um dos dez depoimentos selecionados a partir de uma coleta de depoimentos feita no fórum de discussões do projeto em 2013. Ele mostra um resultado das atividades de música, de um aluno que visualizou a partir do projeto, a música como campo de estudo e profissional. Durante nossas entrevistas, outro aluno do curso de Prática de Conjunto, também de 18 anos, vocalista da turma, nos responde: “O projeto contribui para o desenvolvimento de muitas áreas da minha vida. Sou uma pessoa mais responsável e focada

naquilo que quero, hoje sei e gosto muito de trabalhar em equipe, realizei meu objetivo de participar de um grupo musical” (sic).

Nesse caso, a fala do aluno nos reporta mais para pensar a motivação na formação de grupos locais, que é também uma possibilidade gerada pelo projeto, e em 2013 assumidamente foi um dos seus objetivos. Em uma das entrevistas feitas com uma aluna de 22 anos do curso de Música, ela afirma: “O projeto me fez abrir os olhos para algo que eu não sabia que queria pra mim, a música. Hoje eu não ouço ou canto música como antes, já é com um olhar bem mais crítico”.

Nos cursos do segmento de Artes Cênicas estão inclusas as turmas de dança e teatro, são elas: Prática de atuação, Teatro para crianças, Danças de rua (Figura 3), Residência de composição coreográfica, Composição coreográfica e Dança de salão. Em 2012 este segmento representou quase 15% do total e no ano seguinte, 18,4%. Observa-se a predominância dos cursos de dança e alguns fatores justificam esse fato: já existem turmas dos cursos de dança se consolidando no espaço e se tornando grupo, o que aumentou o interesse dos gestores do projeto em buscar parcerias para fortalecer a formação em dança; a vinda do Colégio Técnico de Dança como parceiro em 2012 trouxe cinco novas oficinas de dança tendo como público alvo os jovens que já compunham os grupos de dança de rua e balé contemporâneo; e o próprio interesse dos jovens ao demandarem em suas avaliações trimestrais por mais formações, com novos profissionais. Dos oito professores que o CTD enviou para dar aula no projeto, dois eram de outros estados e todos eles nunca haviam dado aula no CCBJ.



Figura 3 – Apresentação do curso de Danças Urbanas  
Fonte: arquivo do projeto

O Projeto *Jardim de Gente* na verdade foi uma base, onde pude dar os primeiros passos em busca de uma formação, ainda em processo. Tive oportunidades dentro e também fora do projeto, pois, com os conhecimentos que obtive, não suficientes, acabou instigando a buscar mais. E com isso comecei a trabalhar com as artes em minha comunidade, em projetos sociais, ONGs e escolas (sic). (19 anos, masculino, Dança de Rua)

Assim como no segmento da Música, a dança também tem proporcionado em alguns alunos uma reflexão sobre o futuro profissional. Alunos que já praticam a mesma arte há dois anos ou mais no projeto, já começam a demonstrar em seus depoimentos essa visão mais profissional e o interesse em trabalhar nas áreas.

O segmento denominado de Design envolve um leque de atividades na área de criação de produtos, desde a criação gráfica até a criação manual. Nesse segmento houve cursos de Reciclagem de computadores, Design Gráfico, Web Design (básico e avançado), Animação, Ecodesign, Criação de jogos digitais 3D e Desenvolvimento de jogos para internet. Observamos que são mais horas dedicadas a um menor número de cursos, possivelmente porque seja exigido um pouco mais de tempo para introduzir essas linguagens, conceitos e programas de computadores no plano de estudo dos alunos.

A tecnologia, principalmente na área da informação e comunicação, ainda é algo que chega lentamente, através de pequenas iniciativas de projetos sociais, nas periferias dos grandes centros urbanos, o que torna algumas linguagens ainda pouco compreendidas. Os coordenadores do projeto concordam em continuar investindo nessa área; o fato de um dos coordenadores ser também um profissional da tecnologia da informação contribui para a divulgação do segmento de Informática dentro do projeto, já que boa parte dos cursos e dos profissionais desses cursos foi apresentada por ele, ainda quando era também professor de Web Design do projeto.

O mesmo se deu com a Gastronomia, outro segmento que teve destaque em 2012 com 12 cursos que consumiram 11,36% das horas totais. Outra gestora do projeto, que assumiu sua coordenação no final do ano de 2010, introduziu os cursos de Gastronomia através da parceria com a UFC. Por ser gastrônoma de formação, chegando ao CCBJ, foi esta uma das primeiras providências tomadas: buscar fechar essa parceria. As técnicas abordadas nos cursos de Gastronomia foram: Gastronomia para festas de casamento, festas juninas e festas infantis; Arte e técnicas na gastronomia; Cozinha de carnes e pescados; Gastronomia cearense; Gastronomia mais saudável; Comida de rua; Ceará mais doce; além de um curso de Auxiliar de produção de alimentos e de Eventos gastronômicos. Em 2013 a quantidade decaiu e só foram executados 4 cursos da Gastronomia, mais pela questão do pouco tempo para execução dos cursos do que propriamente por falta de demanda, pois é um segmento onde há

maior procura por vagas.

Todas as atividades de Gastronomia (Figura 4) aconteceram nas dependências da Universidade Federal do Ceará. Os professores, bem como a grade dos cursos, são definidos pela equipe de projeto de extensão e pela coordenação do curso de Gastronomia da Universidade que fazem um acompanhamento pedagógico dos cursos. São cursos com alta demanda de alunos, apesar de os mesmos precisarem se deslocar por conta própria até a UFC para fazer o curso. É comum um mesmo aluno fazer várias oficinas ao longo do ano. Os gestores reconhecem que o investimento financeiro nesse segmento é muito elevado, mas essencial, tanto pela importância que os alunos dão aos cursos, quanto pelo retorno financeiro que ele possibilidade dar em curto prazo aos alunos. É o que poderemos observar no depoimento abaixo de uma aluna de 19 anos.

Já comecei a exercer os trabalhos que aprendi no curso, já comecei a ganhar algo bom com esse aprendizado, como reconhecimento do meu trabalho e algum dinheiro extra. Isso é muito bom pra mim, pois quero trabalhar e me formar na faculdade de gastronomia (sic). (19 anos, feminino, Gastronomia)

Vale ressaltar que grande parte dos alunos de Gastronomia são adultos acima de 25 anos que inclusive já trabalham ou têm interesse em trabalhar com o preparo de comidas. Isso ajuda com que o resultado alcançado pelo projeto seja mais imediato, porém por mérito dos alunos que já buscam os cursos como uma complementação de conhecimentos e possuem mais maturidade e experiência para entrar no mercado de trabalho.



Figura 4 – Aula de Gastronomia na UFC  
Fonte: arquivo do projeto



Figura 5 – Produtos do curso de Design de Moda  
Fonte: arquivo do projeto

As horas restantes do projeto são distribuídas de modo semelhante entre as demais linguagens: Artes Visuais, Artesanato, Moda (Figura 5), Audiovisual, Informática, Leitura e Literatura e Gestão e Produção Cultural. Nos cursos de Artes Visuais, há cursos de Fotografia, Pintura em Tela, História em Quadrinhos e Intervenções Urbanas.

No ano de 2013 foi proposto um curso de Fotografia mais longo (Figura 6), assim como tem sido nos últimos anos os cursos de Pintura em Tela. Cerca de 15 alunos acompanharam por 5 meses o curso, abordando a técnica a partir de diversos enfoques.

Entrei no curso de Fotografia por paixão pela mesma e vontade de aprender o tal “curso básico” de fotografia. Acabei aprendendo muito além do básico e me apaixonei ainda mais pela fotografia. Me envolvi tanto que cheguei a fazer trabalhos de fotografia para catálogo de produto. Quando me vi já estava afogado dentro disso. Com o curso fui capaz de me sentir seguro e suficiente para assumir trabalhos na área. É um pouco estranho, mas já me sinto um fotógrafo (sic). (21 anos, masculino, Fotografia)

Esse é o depoimento coletado de um dos alunos da turma de Fotografia. Mais uma vez relatando o interesse profissional nos cursos ofertados pelo projeto. O caráter de maior duração desse curso facilitou essa identificação. E o foco na construção de produtos finais, resultou em uma exposição de fotografias na Culminância do projeto.



Figura 6 – Exposição do curso de Fotografia  
Fonte: arquivo do projeto



Figura 7 – Produto do curso de Metarreclagem  
Fonte: arquivo do projeto

As atividades de artesanato eram dadas em pequenas oficinas, entre 15 e 30 horas, com duração de uma a duas semanas apenas. No geral, foram oficinas de confecção de instrumentos musicais, fabricação de caixas (Figura 8), cadernos (Figura 9), carteiras, bolsas, brinquedos, metarreclagem (Figura 7) e jóias. Essas atividades tinham por objetivo promover

a reutilização de matérias que antes seriam descartados e produzir objetos fáceis de serem vendidos.

Uma função importante desses cursos de artesanato era atrair mulheres adultas e idosas, em geral mães de família, para as ações do projeto. Não que esse perfil fosse exigido na inscrição, mas era de fato o público atraído. No geral, essas mulheres têm filhos e netos que também são alunos de outros cursos; isso é um fato importante, pois, as famílias passam a ter uma vivência mais intensa dentro do Centro Cultural. Esse perfil acabava sendo traçado até mesmo pelas instituições parceiras que recebiam os cursos, por ser uma atividade de fácil execução que não exigia muitos aparatos para acontecer, geralmente eram as oficinas mais levadas para as entidades do bairro que dispunham de pouca estrutura. É perfil de essas entidades atuarem com ações sociais no bairro, oferecendo serviços, cursos profissionalizantes, atividades esportivas e culturais, bem como funcionarem como cooperativas de produção artesanal.



Figura 8 – Produtos do curso de Artesanato em Papel  
Fonte: arquivo do projeto



Figura 9 – Produtos do curso de Cadernos Artesanais  
Fonte: arquivo do projeto

Os cursos da área de Moda, por exemplo, ambos aconteceram em duas instituições do bairro intituladas como grupos produtivos de mulheres, a SOLIDU - Organização Granja Portugal Solidária e o CEGIS - Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social. Aconteceu um curso de Design de Moda em cada uma dessas instituições em 2012 e no ano seguinte, novos cursos na mesma linguagem.

As formações em Audiovisual no ano de 2012 foram feitas também em parceria com o curso de Audiovisual da UFC, sendo, portanto, um curso longo e com muitas disciplinas. 10 graduandos da UFC se envolveram como monitores e deram desde oficinas de

câmera, elaboração de roteiro, até a parte de edição e exibição. No entanto, foi um curso com muita evasão e poucos resultados. Por isso, em 2013 a parceria não continuou e foi convidado apenas um profissional de renome da cidade para trabalhar um curso de câmera e outro de edição de vídeo. Uma aluna desse curso relata: “A edição de vídeo veio para mim como um norte, pois sempre gostei de audiovisual, mas vi na edição uma possibilidade real, uma gama de possibilidades (sic). (24 anos, feminino, Introdução a Edição de Vídeo)”.

Os cursos de Informática e Leitura e Literatura também foram ofertados em formato de pequenos cursos. Para os gestores, eles funcionam mais como oficinas para atrair o público para as demais atividades do projeto. Geralmente acontecem também nas instituições parceiras do bairro, principalmente nas escolas públicas que gostam das atividades voltadas para a leitura e para a literatura como uma forma de envolver os alunos com tais linguagens de uma forma lúdica e interativa, já que as oficinas se apresentam de maneira distinta às aulas da escola. Nas escolas aconteceram oficinas de Fanzine, Leitura e Literatura, Literatura e Cinema, e Literatura Brasileira.

A última área aqui abordada é a de Gestão e Produção Cultural, que engloba cursos e *workshops* executados para o público formado por artistas, gestores, produtores e animadores culturais do bairro, e alunos de outros segmentos que tivessem interesse em entender da parte de produção e gestão da cultura. Os cursos oferecidos nos dois anos foram: Produção de eventos de Moda, Produção Cultural e organização de eventos, *workshops* sobre Empreendedorismos e Gestão Cultural, Captação de Recurso e Elaboração de Projetos Culturais.

Esse conjunto de atividades apresentadas pelo *Jardim de Gente* à comunidade na área de gestão e produção cultural, do ponto de vista da política cultural, tem um importante papel, pois são formações que podem contribuir diretamente para o entendimento do que são as políticas culturais, quais são suas ferramentas e como elas podem ser acessadas ou sofrerem interferência por parte do cidadão. Cursos na área de produção também podem colaborar para que o aluno possa deixar de ser apenas beneficiário e passe a participar de forma ativa como proponente de ações e eventos culturais, o que é importante também para o setor cultural local e da cidade, na medida em que novos agentes de cultura podem surgir. Porém, do ponto de vista prático, esse é o segmento do projeto que os gestores mais se preocupam com a quantidade de evasões. Desde o momento da matrícula no curso, a procura é considerada baixa, muitos dos que se matriculam não comparecem e grande parte não conclui. Muito diferente do que acontece nos cursos de Música, Artes Cênicas e Gastronomia, por exemplo, onde a procura é bem maior do que a oferta de vagas.

São esses os segmentos e cursos trabalhados ao longo dos anos no CCBJ através do *Projeto Jardim de Gente*. Como já começamos pontuando acima, há muitas questões envolvidas na definição desses cursos e em suas execuções. Abaixo elencamos algumas questões práticas fazendo uma reflexão a partir do nosso arcabouço teórico.

#### *4.1.2 Compreendendo algumas questões práticas*

Um dos pontos que observamos na prática, e que na fala dos gestores é uma problemática em relação à prestação de contas, é que esses mais de 4 mil alunos não significam 4 mil pessoas diferentes atendidas, pois boa parte dos alunos fazem 2 ou mais cursos ao longo de um ano; além dos que fazem cursos todos os anos. Para a fonte financiadora, o ideal é que um montante cada vez maior de pessoas passe pelo projeto e saiam da condição de pobreza dali a algum tempo, através das ferramentas adquiridas (habilidades e competências).

Porém, para os gestores, o entendimento do tempo que os jovens devem estar ligados às atividades é diferente. Eles entendem que o *Jardim de Gente* deve fazer parte de uma fase da vida daqueles jovens, que eles possam apreender as diversas linguagens, que possam experimentar as sensações e com o tempo aguçar os sentidos para a arte e para a cultura, pois assim, poderão ser verdadeiros consumidores ou produtores de arte, mobilizadores de cultura dentro das suas comunidades. Ou, como disse Isaura Botelho (2001), que eles possam optar por vivenciarem ou não, consumirem ou não, a arte, os bens e os serviços culturais oferecidos.

Esse é um grande embate que se dá no interior da concepção desse projeto: formar e lançar no mercado diversos profissionais do campo da cultura ou promover a “democracia da cultura” para a população de baixa renda do Grande Bom Jardim, dando a ela a oportunidade de formação em arte como fator também de cidadania? Ou será que essas duas propostas estão imbricadas de modo que uma é simultaneamente consequência da outra? Observar esses caminhos na prática cotidiana tem sido nosso objeto de análise aqui.

Sobre o formato dos cursos, observamos algumas outras questões. As horas totais do projeto eram distribuídas em formatos diversos de cursos e oficinas, alguns de uma semana, outros com duração de meses. De modo geral, eram cursos de conteúdo mais prático que visavam fazer o aluno aprender a manejar um instrumento musical, um equipamento, ou dominar uma técnica de canto, de atuação, de fotografia, de produção de alimentos, etc. Parte das horas era gasta com cursos rápidos que trabalhavam aspectos mais práticos (confeção de



artesanatos, fanzines, brinquedos), porque esses cursos tinham uma capacidade maior de prender a atenção dos alunos e ter boa parte da turma finalizando as aulas, caindo assim, as evasões. Mas o que se avalia é que esses cursos não possuem um padrão de carga horária e conteúdo que possibilite ao aluno se tornar um profissional da área, salvo aqueles que já entram nos cursos sendo um “amador” na área, como os alunos de pintura em tela, violão e canto.

Os cursos mais longos, que envolvem teoria e exigem mais dedicação de estudo, eram mais difíceis de evitar as evasões. Parte deles acabava com menos da metade da turma, como foi o caso, por exemplo, de um curso de Audiovisual em 2012, com mais de 200 horas-aula, que terminou com menos de cinco alunos, quando deveria ter concluído, pelo menos, com quinze. Para os coordenadores, cursos como esse acabavam tendo um custo-benefício muito elevado e precisaria ser repensada, ou a estratégia de mobilização dos alunos ou a real demanda por ele. Não temos dados precisos sobre as evasões, mas o que se pôde acompanhar na observação de algumas oficinas e diários de classe é que a evasão era um problema grande do projeto. Os cursos que tinham menos esse problema eram os das áreas de Informática e Música (instrumentos musicais). Essa preferência dos alunos por essas duas áreas se afirma no resultado dos questionários, onde ambas as áreas foram as mais citadas como “cursos que ainda pretendo fazer no projeto”.

Parte dos cursos acaba tendo então um caráter mais lúdico. Muitos professores relatam esse aspecto “assistencial” que algumas turmas acabam tomando, por serem formadas por alunos que na maioria das vezes apenas buscam “passar o tempo”. Muitos alunos também procuram o projeto mais para ocupar o tempo disponível e mesmo entre os que já têm alguma experiência com alguma das linguagens, muitas vezes procuram apenas para se aperfeiçoar e fazer o que gostam, mas não conseguem visualizar aquilo como um campo de atuação profissional. Porém, fazendo uma análise sobre estes, questionamos: até que ponto isso pode ser ruim para os jovens? Por que um projeto voltado para a população de baixa renda precisa necessariamente promover a profissionalização e inserção econômica? Por que as dimensões do lúdico, do cultural, da arte e do social são colocadas em alguns discursos em segundo plano?

Abaixo trazemos como contraponto alguns dos depoimentos que pegamos emprestados dos jovens durante uma atividade de avaliação.

Através do curso de Dança pude aprender a lidar com as pessoas, trabalhar em equipe, ter mais paciência. Tive melhoras na escola, na família em geral, mudanças em casa para melhor. Com a dança mudei minha forma de pensar, de agir, pela dança foi toda a mudança da minha vida (sic). (22 anos, feminino, Dança de Rua)

Eu faço parte do teatro do Jardim de Gente e os conhecimentos que adquiri foi uma boa formação de corpo cênico, e descobri novos pensamentos com relação ao teatro político. Eu tive uma nova visão de mundo e fará muita importância pra minha vida. É muito bom participar desses grupos porque você conhece pessoas novas e o Jardim de Gente tem muita cultura e é bom que pessoas interajam com a cultura (sic). (18 anos, feminino, Formação de Corpo Cênico)

Nesses depoimentos, podemos tomar nota sobre como essas duas alunas entendem a função social do *Jardim de Gente*. Ambos trazem um aspecto peculiar da “mudança sobre a forma de pensar e agir”, o que nos remete à construção do “mundo de sentidos” apontado por Isaura Botelho.



Figura 10 – Apresentação de Teatro (2013)  
Fonte: arquivo do projeto



Figura 11 – Apresentação de Teatro (2012)  
Fonte: arquivo do projeto

Nas entrevistas aparece na maioria das falas o projeto como uma intervenção importante para mudar a vida das pessoas e, mais precisamente, evitar que os jovens entrem no mundo das drogas, a problemática mais grave hoje, quando se fala da juventude do Grande Bom Jardim. Um aluno de teatro de 25 anos coloca: “Para o Grande Bom Jardim foi uma inovação, tirando os jovens das ruas e ensinando algo produtivo (sic)”. Outra aluna, de música, 22 anos, faz a mesma relação: “Como o nosso bairro é mal visto lá fora o projeto veio para ajudar a tirar a galera da marginalidade e para valorizar a cultura existente na comunidade na qual é pouco conhecida (sic)”. Outro ainda, aluno de música, 18 anos, complementa: “O *Projeto Jardim de Gente* é de suma importância para o Grande Bom Jardim, pois através dele muitos jovens deixam de buscar uma vida errada com a criminalidade e as drogas e escolhem a cultura a arte (sic)”. Nesse sentido, a arte e a cultura aparecem como entidades libertadoras dos indivíduos, capazes de provocar mudanças profundas: “O *Jardim de Gente* tem a capacidade de mudar a vida das pessoas, de mostrar pra

elas que elas podem ir além do que a realidade impõe (sic)” (aluna de dança, 20 anos). Em relação à comunidade apontam: “O projeto é muito importante para a comunidade por fazer com que a população conheça um mundo novo, novas possibilidades, novos caminhos e uma nova visão (sic)” (aluna da Fotografia, 18 anos).

Os usos que os alunos fazem do projeto nos parece muito mais próximo de um conceito de cultura em seu “sentido amplo”, aquele que Botelho (2001, p. 74) denomina de “dimensão antropológica” da cultura. Uma dimensão que “se produz através da interação social dos indivíduos” e que contribui para que os indivíduos construam em sua volta “pequenos mundo de sentido que lhes permitem uma relativa estabilidade. São esses pequenos mundos de sentido que a experiência do projeto traz se observarmos as falas dos jovens, pois cada um tem uma vivência singular que se diferencia da dos demais desde o momento da entrada nos cursos, quando as motivações e expectativas deles já são distintas.

Outro problema a ser enfrentado é que os cursos não possuem uma ementa definida, que seja construída por um corpo técnico ou que passe pela análise de uma coordenação pedagógica. Geralmente os planos dos cursos são construídos pelos professores, assim a qualidade dos cursos é garantida apenas pela experiência dos mesmos e da equipe que coordena as formações, que avalia a construção dos planos. Assim, essa capacitação acaba ficando de certo modo comprometida, por não ter um corpo de conteúdo definido ou baseado em outros padrões de cursos de formação. Os professores percebem essas deficiências também. Na avaliação feita por eles, o mais recorrente foi o fato de acharem ser necessário um “acompanhamento pedagógico continuado”, “um maior alinhamento pedagógico entre os cursos” e que pudessem ser promovidos mais “encontros e diálogos com outros professores das mesmas e outras áreas” de modo que possam “elaborar propostas mais transversais, que perpassem pelas linguagens”<sup>11</sup>.

Nas reuniões do PPP (Figura 12) observamos que o desejo dos que fazem o projeto é de avançar nesse sentido, e construir além do PPP, as ementas dos cursos ministrados, dando, assim, uma estrutura mais fixa e com maior embasamento teórico-metodológico para essas formações. A construção do PPP em 2012 já caminhou no sentido de colocar os professores em diálogo, pois foi um momento para pensar o projeto como um todo junto aos diversos atores: professores, gestores, alunos e comunidade.

---

<sup>11</sup> Relatório final dos professores, referente ao ano de 2012, aplicado pela coordenação do projeto através de formulário eletrônico.



Figura 12: Encontro do PPP

Um ponto diferente que é levantado é a possibilidade de se pensar numa carga horária mínima para os cursos que garanta de fato uma formação profissionalizante dos jovens. Porém, os atores envolvidos estão cientes de que isso pode demandar uma queda no número de beneficiários. O que é interessante observar é que pelas falas nas reuniões, as necessidades apontadas pelos atores (de geração de emprego e renda, de formação para o mercado cultural) não fogem dos objetivos do FECOP. De certo modo, para essa população, parece ser mais urgente esse tipo de formação. Mas ressaltamos que as pessoas presentes nessas reuniões abertas tinham um significativo entendimento sobre todo esse processo de problemas sociais e políticas públicas e não necessariamente representam a fala de todos os beneficiários do projeto.

#### 4.2 Experiências dos jovens: análise dos questionários e das entrevistas

Para enriquecer este estudo sobre o *Projeto Jardim de Gente*, utilizamos da técnica de aplicação de questionários para fazer um breve levantamento da experiência dos jovens nos cursos. Esse procedimento foi utilizado devido a sua facilidade de manejo no momento da aplicação e análise dos dados, e também para que pudéssemos ter um panorama mais abrangente na coleta de dados do que o que conseguiríamos fazendo apenas entrevistas com um pequeno número de pessoas. Assim, o questionário foi aplicado a 23 alunos que concluíram algum curso no ano de 2012 e que tinham idade entre 18 e 25 anos.

Esse público interessou-nos especialmente devido ao fato de os alunos estarem em um período da vida onde a temática da formação, trabalho e geração de renda, se tornam mais presentes. Como o *Jardim de Gente* praticamente não faz recorte de idades em seu público para participar das atividades, se fez necessário que aqui tomássemos essa atitude para se chegar a um recorte interessante de respostas e discussões sobre os assuntos citadas.

Pensamos que sem esse recorte haveria uma enorme divagação de opiniões e diversidade de experiência que atrapalhariam o caminho até as considerações finais desta pesquisa, pois a vivência de um jovem de 12 anos num curso de música, por exemplo, pode ter significado completamente distinto da de um adulto com 55 anos. Então optamos por uma faixa etária que está dentro do público jovem (de 15 a 25 anos), público este que correspondeu a 47% dos alunos que passaram pelo projeto no ano de 2012, segundo o balanço feito pelos gestores no final do ano.

Para aprofundar as reflexões sobre o *Projeto Jardim de Gente*, foram feitas também entrevistas semi-estruturadas com 6 alunos entre 18 e 25 anos de idade. Todos os entrevistados são moradores do Grande Bom Jardim e participaram dos cursos por mais de um ano. No momento das entrevistas o *Jardim de Gente* encontrava-se com sua execução paralisada, aguardando o processo de aprovação e liberação de recursos, por isso dizemos que são alunos que participaram, no passado. Achamos importante também identificar para esta fase da pesquisa, jovens que já estiveram mais tempo envolvidos com o CCBJ e que participaram de cursos de longa duração, pois acreditamos que eles possam ter uma visão mais ampla, crítica e aprofundada sobre os resultados e os limites do projeto.

Os jovens que participam dos cursos de dança, música e teatro, vivenciam de maneira muito intensa o período dos cursos, até a chegada da Culminância, evento de término das formações. Durante o acompanhamento em campo, pudemos observar que esses alunos passam a fazer parte da rotina do projeto e vice-versa. Eles participam não só das aulas nas quais estão matriculados, mas marcam ensaios com as turmas em outros horários, usam os espaços alternativos do CCBJ para se encontrarem e produzirem, assistem aulas de outras turmas da mesma linguagem, participam da organização de eventos e outras atividades no CCBJ e mantêm uma relação de proximidade com os funcionários e professores. Em resumo, são jovens que exercem um protagonismo e por isso é primordial termos suas vozes ouvidas.

#### *4.2.1 Os jovens: perfil, formação, aprendizagem*

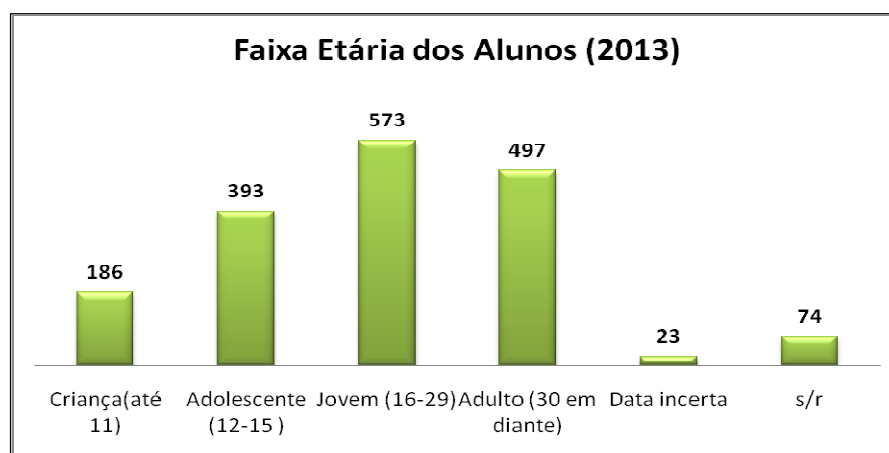
##### **Perfil dos alunos**

Dando início à observação dos nossos dados levantados com a aplicação dos 23 questionários, verificamos o seguinte perfil dos alunos: 39% eram do sexo masculino, contra 61% do sexo feminino, o que demonstra que as mulheres estão em maioria nas atividades do

projeto.

Esse dado é corroborado, mesmo sendo baseado em um recorte de idade, pelo levantamento que aparece nos relatórios do projeto que diz que 38% do público geral foram do sexo masculino, enquanto o sexo feminino representou 62% dos alunos. Observamos então que os dois levantamentos estão de acordo. Porém, como já foi dito, o projeto tem cursos para pessoas de todas as idades. No ano de 2013, por exemplo, a faixa etária dos participantes pode ser representada no gráfico abaixo, indo desde crianças até a terceira idade:

**Gráfico 3 – Faixa etária dos alunos (2013)**



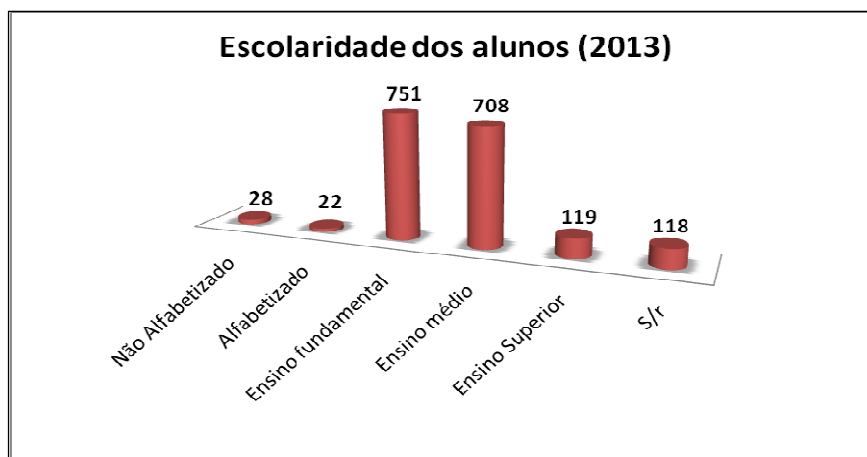
Fonte: Relatório Final Jardim de Gente - 2013

Os jovens são de fato maioria segundo esse relatório, 32,8%, e os adultos ficam em segundo lugar, com 28,4% dos participantes em 2013, mais do que os adolescentes que só somam 22%. Grande parte dos cursos desenvolvidos de fato não têm a criança como foco.

Em relação à escolaridade, 52% dos jovens que responderam ao questionário já possuíam ensino médio concluído; apenas 17% ainda estavam concluindo e 30% deles estavam no nível superior.

Fazendo um paralelo com os dados do relatório do projeto em 2013, que fazem referência ao universo dos 1746 alunos (vale lembrar que envolve desde crianças até adultos), 43% possuíam apenas o ensino fundamental e 40,5% o ensino médio. Dessa forma, observamos que o público do *Jardim de Gente* é escolarizado, em sua quase totalidade possuem algum grau de instrução.

Gráfico 4 – Escolaridade dos alunos (2013)



Fonte: Relatório Final Jardim de Gente - 2013

Este dado revela que boa parte dos jovens que participa das atividades formativas do *Jardim de Gente* está em idade escolar adequada, se lembrarmos da faixa etária pesquisada, com ensino médio concluído ou já inserido no ensino superior. Esse resultado nos remete a uma conclusão presente num estudo sobre o público do Centro Cultural Dragão do Mar (LEOCÁDIO; PARENTE; PRADO, 2007) que, citando o conceito de capital cultural de Bourdieu, afirma que o nível de escolaridade das pessoas é, de fato, uma variável fundamental para a explicação do consumo da cultura.

É interessante pensar nisso como uma característica dos jovens que buscam uma formação na área de arte e cultura. Será que os jovens com problemas na educação formal, que estão atrasados ou que pararam os estudos, buscam outros tipos de formação, para além do ensino formal? Eles se interessam por arte e cultura como alternativas de formação? Ou será que em grande parte é o público escolarizado que vai acessar essas ferramentas? Pensando esses questionamentos, podemos incorrer a uma questão central: será que o *Jardim de Gente*, enquanto projeto de formação em arte e cultura, é visto como uma alternativa de desenvolvimento econômico e social por um público que talvez mais necessite dele (se levarmos em conta que grande parte das pessoas com baixa escolaridade, também possui baixa renda)? Se o projeto não consegue ser essa alternativa, visualizada e acessada pelos que possuem maiores necessidades econômicas e sociais, como ele pretende então combater à pobreza na região?

Sobre o local onde moravam, apenas um jovem morava na Granja Portugal e outro no Siqueira, e nenhum dos que responderam moravam no Canindezinho. Esses três bairros são os mais distantes do Centro Cultural, dentro da região do Grande Bom Jardim. Nos bairros Granja Lisboa e Bom Jardim, moravam respectivamente, 4 e 10 dos

entrevistados. O CCBJ encontrasse geograficamente dentro da Granja Lisboa, mas por ser vizinho ao bairro Bom Jardim propriamente dito, muitos moradores não sabem com exatidão dentro de qual vive. Como o Bom Jardim é o que tem formação mais antiga e é mais conhecido, a grande maioria dos alunos diz morar mesmo no Bom Jardim. Mas um dado que chamou atenção foi que 7 dos entrevistados, viviam em outros bairros de Fortaleza que não os cinco anteriormente citados. Isso corresponde a 30% dentro desse universo.

Mas, segundo os gestores, isso é problemático, pois se limitassem as inscrições apenas para o público do Grande Bom Jardim, muitos cursos não teriam a quantidade suficiente de alunos para dar continuidade e de alguma forma o recurso do projeto estaria sendo subutilizado. Por outro lado, o recurso vem de um fundo específico que visa priorizar ações para aquela comunidade. O desafio parece ser equilibrar a demanda desse público que vive em região de baixo IDH, com as propostas do *Jardim de Gente*.

Porém, o levantamento sobre a renda dos alunos nos questionários mostra que 70% deles têm renda bruta mensal familiar de 1 a 3 salários mínimos, ou seja, encontram-se num faixa de renda que condiz com o público desejado para as ações do projeto. Apenas 9% relatou ter renda abaixo de 1 salário mínimo e 17% possui renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos. Se levarmos em conta que 30% deles têm alguma atividade remunerada, como emprego, estágio ou atividades autônomas, podemos compreender que uma parte significativa desses jovens já contribui com a renda familiar.

Por último, quanto ao perfil profissional dos jovens, podemos observar a tabela abaixo.

**Tabela 2 - Perfil profissional dos alunos (questionários)**

<b>Perfil Profissional</b>	
Busca 1º emprego	22%
Desempregado	22%
Empregado com carteira assinada	13%
Empregado sem carteira assinada	4%
Estagiário/Menor Aprendiz	4%
Estudante	17%
Trabalhador temporário	0%
Autogestionado	0%
Autônomo	9%
Outros	9%

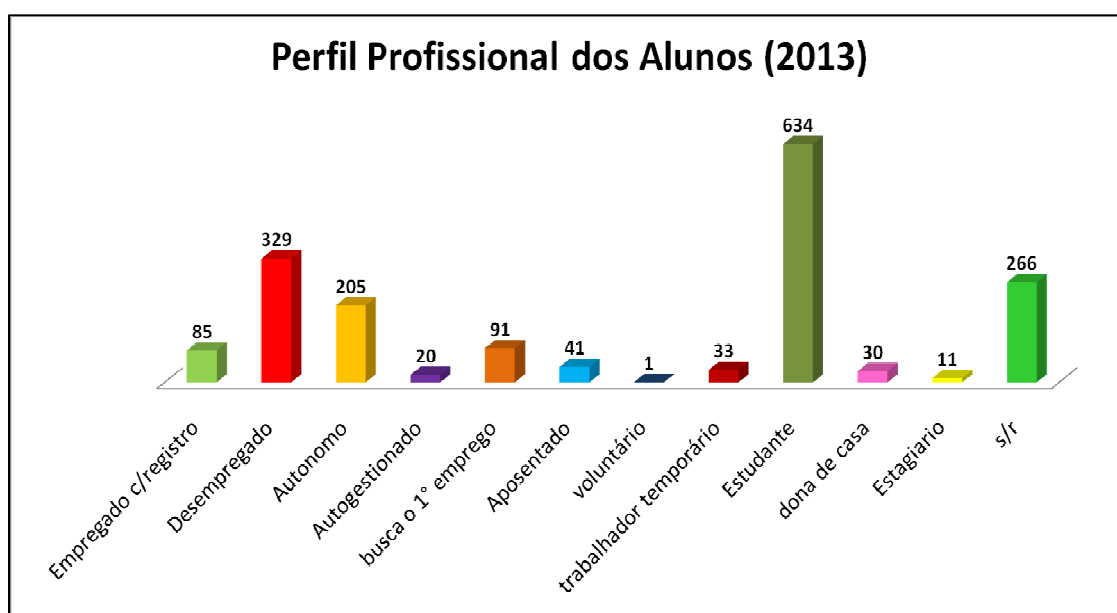
Fonte: Própria autora

Como citamos acima, somando todos os que têm alguma renda, temos 30% dos jovens, contra 44% que se consideraram desempregados ou em busca do primeiro emprego e



17% que apenas se dedicam aos estudos. Como na questão era possível marcar apenas uma opção, nada impede que, por exemplo, dentre os que buscam o 1º emprego, muitos sejam estudantes ainda ou vice-versa. Mas o que é interessante notar é que grande parte está buscando uma inserção no mercado (44%), com isso, podemos investigar nas entrevistas se a participação deles nas formações está relacionada com essa perspectiva de se inserir no mercado de trabalho. Mais na frente poderemos verificar isso.

**Gráfico 5 – Perfil profissional dos alunos dos cursos (2013)**



Fonte: Relatório Final Jardim de Gente - 2013

A partir dos dados acima levantados, podemos ter um panorama melhor do perfil dos jovens que participam das ações de formação do *Jardim de Gente*. A partir desse contexto, na sequência nos deteremos mais aos aspectos ligados à formação e à questão profissional, relacionando-os com as propostas do *Jardim de Gente*, nosso objeto em investigação.

### **Aspectos da formação**

A partir do questionário, foi feito um levantamento dos aspectos da formação desses jovens dentro do *Jardim de Gente*. Pudemos analisar quais os cursos mais procurados por este público, como eles avaliam a sua aprendizagem nesse processo e quais os benefícios ou dificuldades encontradas na experiência com o projeto.

Ao todo, os 23 jovens que responderam ao questionário citaram 34 cursos que concluíram no ano de 2012. Por ser formado em grande parte por cursos de curta duração, o

projeto costuma ter os mesmos alunos transitando por diversos cursos ao longo do ano. E se fôssemos fazer uma análise ao longo dos anos, com certeza identificaríamos que é significativa a quantidade de alunos que permanecem por vários anos participando de diversos cursos dentro do Centro Cultural, sendo muitos alunos bastante conhecidos no espaço. Essa vivência intensa que alguns alunos têm dentro do CCBJ é interessante, pois aquele jovem constrói uma história nesse lugar e mais facilmente pode vir a ser um adulto que tenha sua vida pessoal e profissional ligada às atividades de arte e cultura.

Por outro lado, a permanência e o acesso dos jovens em diversos cursos, influencia no número de desistências, pois os alunos entram e saem com muita facilidade de um curso para o outro, como veremos a seguir. A evasão e excesso de faltas nas aulas é um problema enfrentado pelo projeto.

Dos cursos concluídos pelos jovens entrevistados em 2012, vejamos: oito (8) eram na área de dança, oito (8) cursos sobre Moda e Maquiagem, oito (8) nas áreas da Produção Cultural e Elaboração de Projetos (cursos de curta duração), 5 no campo da Música e apenas 3 cursos de artesanato e 1 curso de Teatro. Os números condizem com a oferta de cursos que em sua maioria (ou em maior quantidade de horas) são na área da Dança e Música. Os cursos do campo da Moda são pouco ofertados, mas a procura é enorme; e os cursos da área de Produção Cultural, por serem ofertados em oficinas de poucas horas, acabam tendo um grande número de alunos que passam por elas.

Os cursos de Música, na área do Canto, e o curso de Teatro, foram os mais apontados pelos entrevistados como cursos que eles já abandonaram durante ou mesmo antes de darem início às aulas. Cursos na área de Produção Cultural e Elaboração de Projetos, também aparecem nessa lista. Cursos das demais áreas foram citados apenas uma vez. O motivo que citam por estas desistências é indiscutivelmente a questão do horário, a incompatibilidade com outras atividades dos jovens, tais como, faculdade, trabalho, estágio e outros cursos que já fazem. Das 14 respostas, apenas três fugia desse perfil e estavam relacionadas à falta de recurso para passagem de ônibus e necessidade de estar em casa cuidando do lar.

Apenas um entrevistado apontou a problemática do tamanho do curso que, por ser longo, se tornou incompatível com o seu horário. Mas de modo geral, observamos que os alunos têm pouca organização na hora de definir que curso vão fazer, pois alguns alegam começar cursos que depois coincidem com horários da escola e faculdade. Vemos também que às vezes esses cursos não são priorizados ou são facilmente trocados por outros cursos. Se mostra então um desafio para os gestores pensar esse modo como o público tem acessado os

cursos, quais os interesses deles, quais critérios usam para escolher um curso e qual critério o projeto usa para inscrever esses alunos.

Na nossa pesquisa, foi perguntado sobre essas motivações na escolha dos cursos. Nessa questão, eles podiam escolher até três opções. A resposta mais escolhida foi “interesse de estudar na área do curso”, 30% das respostas. E em segundo, o “interesse em se profissionalizar na área do curso”, 26% das respostas. Pelo menos nessa questão, parte significativa dos alunos envolveu interesses profissionais e educacionais na hora de definir um curso a fazer no *Projeto Jardim de Gente*.

O curso de Dança de Rua contribuiu bastante no meu desenvolvimento pessoal e profissional. Praticamente todo o meu conhecimento sobre dança obtive dentro do projeto, e graças a esse conhecimento, hoje tenho capacidade de compartilhar o que eu sei com outras pessoas, de pensar enquanto artista. (19 anos, feminino, Dança de Rua – Formação de Grupo)

O curso já me proporcionou até mesmo oportunidade de emprego. Vale ressaltar que essa formação acaba formando novos profissionais que irão enriquecer a própria localidade onde estão habitando. (18 anos, feminino, Dança de Rua – Formação de Grupo)

Aqui também, 18% das afirmações corresponderam ao “horário compatível do curso” com a disponibilidade do aluno, apesar de acima eles afirmarem que parte das desistências se relaciona à incompatibilidade de horários. E a opção “curso que pode dar mais dinheiro no futuro” ficou com 9% de escolhas. Outras respostas como, “curso que ainda tiver vaga” ou “cursos que os amigos também se inscrevem” apareceram com apenas 4% de respostas.

Os dados acima, bem como as entrevistas e depoimentos até aqui citados, demonstram que as expectativas dos jovens ao procurarem um curso de arte e cultura, estão relacionadas com a intenção de obter formação, se profissionalizar e se inserir no mercado de trabalho. Essa demanda condiz com o que é proposto pelo FECOP e com o que é pensado nas estratégias do projeto, o grande nó não parece estar, portanto, nos objetivos dos atores envolvidos, mas na metodologia proposta e adotada por cada um. O *Jardim de Gente* promove cursos que não oferecem uma plena formação para o jovem, mas que funcionam mais como estratégia de sensibilização para o mundo e o mercado da arte e cultura. Entendemos assim, pelo fato de os cursos serem em sua maioria curtos e sem um conteúdo rigidamente definido. Os jovens por sua vez, os que vêm até aos cursos, por diversos motivos se evadem, perdem interesse pela formação e propõem outros tipos de cursos, alguns que até fogem do âmbito de um centro cultural.

Concluimos aí que o diálogo precisa ser constante para que se possa atender as demandas surgidas e se chegar a um maior aproveitamento do projeto, pois, conforme o

conceito de Coelho (1997), uma ação cultural se caracteriza por ser um processo que se inicia inacabado e que é construído coletivamente, de modo que seus atores em movimento dão forma às ações e resignificam seus objetivos.

Neste sentido, por depender daquilo que as pessoas e grupos aos quais se destina entendam dela fazer, a ação cultural, apresentando-se como o contrário da fabricação cultural, não é um Programa de materialização de objetivos previamente determinados em todos os seus aspectos por uma política cultural anterior, mas um processo que, tendo um início claro, não tem um fim determinado nem etapas intermediárias previamente estabelecidas. (COELHO, 1997, p. 32)

O *Jardim de Gente*, por todas as características já apontadas e por almejar formar além de profissionais para o campo cultural, preparar também cidadãos, pode ser compreendido como uma ação que não tem um fim determinado e que inclusive, se estabelece a partir de contradições. Por exemplo, na aplicação do questionário, quando se pergunta sobre as expectativas dos alunos em relação ao projeto, eles apresentam um discurso mais aproximado da necessidade de formação e profissionalização, como já foi citado. Contudo, nas entrevistas semi-abertas com alunos, professores e colaboradores, bem como nos depoimentos, quando estão se remetendo aos resultados do *Jardim de Gente*, estes parecem girar em torno mais dos ganhos sociais, nas mudanças de percepção sobre o bairro e a juventude, a mudança de atitude sobre a própria vida, melhores relações interpessoais e maior capacidade de comunicação, dentre outras.

Observamos a partir disso que as demandas, os atores e os recursos em jogo, são muitos e são diversos. Assim, atender a orientação de Coelho (ibid) parece importante, tendo em conta aquilo “que as pessoas e grupos aos quais se destina entendam dela fazer”, pois não se trata de um processo de “fabricação cultural”.

### **Avaliação da aprendizagem**

Conforme dito acima, ao procurarem os cursos do *Jardim de Gente*, os jovens do Grande Bom Jardim têm diversas expectativas, todas elas positivas de alguma forma. O que falam é que esperam poder “ampliar, adquirir, abranger mais os conhecimentos e obter qualificação”. Para além disso, pensam em “agregar conhecimentos aos estudos da faculdade” e almejam “aprender novas técnicas e desenvolver habilidades”. Muitos falam ainda em “aperfeiçoamento profissional” e “exercer na área profissional o que aprendeu durante os cursos”. Mas alguns também comentam que têm expectativas de “se divertir”, ter um “lazer” e “melhorar o seu autoconhecimento por meio das artes”. Esses aspectos também são importantes quando se fala em atividades artísticas e culturais, não podendo serem relegados a

segundo plano simplesmente. Na arte e na cultura, a diversão e o lazer, são, além de objetivos, técnicas que ajudam os alunos a se conectarem com as diferentes manifestações artísticas e culturais.

Ainda citando Teixeira Coelho:

[...] a ação cultural não atinge seus objetivos quando se propõe apenas a criar relações entre as pessoas e a obra de cultura ou mesmo quando se propõe a promover a criação cultural em seu sentido amplo (ação cultural propriamente dita); estas relações devem ser tais que possibilitem às pessoas, compreendendo e dominando os procedimentos da expressão cultural, por sua vez expressarem-se elas mesmas de modo autônomo e nos mais diferentes domínios da vida social. A ação sociocultural propõe às pessoas, considerando seu momento o seu espaço próprio, bem como os meios à sua disposição, uma reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade [...] (COELHO 1997, p. 33).

A ação cultural, portanto, tem relação e resultado direto em “outros domínios da vida social”, nos quais os indivíduos irão expressar-se, refletir e até criar, de forma autônoma, a partir dos meios que se encontram a sua disposição. Entendemos que a autora não se refere apenas a meios técnicos, mas também a capacidades cognitivas, relacionais e outras habilidades pessoais, bem como aos meios fornecidos a partir do contexto em que o indivíduo se encontra, sua identidade social, seu status, os grupos que representam, as funções que acumula na sociedade, sua autoestima e muitos outros meios.

Também perguntamos se essas expectativas deles foram atingidas nos cursos de 2012 e o resultado foi que 74% responderam que “sim”, contra 4% que disse “não” e 22% optou por “em parte”. Os que afirmaram que sim, relacionaram muito esse êxito aos professores que foram bons mediadores do conhecimento e às atividades práticas dos cursos que ajudaram na compreensão das teorias. Os jovens que optaram por “em parte”, alegaram que os cursos deveriam ter mais horas, a organização dos mesmos deixa a desejar e que faltam materiais para os cursos.

Em relação à aprendizagem, 83% se dizem satisfeitos, apenas 4% não estão e 13% estão satisfeitos em parte. Os que se dizem satisfeitos afirmam que aprenderam os conteúdos teóricos e práticos propostos pelos cursos. Alguns citam que os cursos os prepararam para o mercado de trabalho que pretendem atuar ou serviram de base para buscar novas formações. Três dos entrevistados falaram sobre a questão do desenvolvimento pessoal, da disciplina e do bem-estar pessoal como consequências dos cursos.

Apesar de 83% assegurarem estarem satisfeitos com a aprendizagem, quando perguntamos quem se sentia apto para exercer as atividades que aprendeu nos cursos, o número cai para 74% dos que afirmam que sim.

Uma última pergunta que remete ao impacto do *Jardim de Gente* na vida dos

jovens levantou os aspectos que eles acreditam terem melhorado em suas vidas com a participação deles no projeto. 87% dos entrevistados afirmam terem vivido uma mudança em algum aspecto. Os outros 13% preferiram responder “em parte”.

Os aspectos que estamos classificando aqui como “pessoais” foram, de longe, os mais citados. Desenvolvimento das relações pessoais, do autoconhecimento, da autoestima e projeto de vida, ficaram entre os aspectos mais citados pelos alunos. Na entrevista, um aluno de teatro, 25 anos, afirmou que: “o projeto contribuiu bastante para todos os aspectos, aprendi a me impor mais, confiar em mim, perder a timidez, saber colocar melhor as palavras (sic)”.

Num sentido mais pessoal ainda, uma aluna fala sobre o projeto como um espaço de refúgio de problemas pessoais.

O projeto pra mim foi muito importante por ter me ajudado num momento muito difícil. Passei por uma situação que me deixou muito abalada e fui atrás de novas coisas pra ocupar o tempo e a mente, e foi no Jardim de gente que eu encontrei um "refúgio". Também me deu criatividade, sensibilidade e uma nova visão de mundo. (sic) (aluna de Fotografia, 18 anos)

Em seguida, os aspectos ligados à “sociabilidade”, tais como: melhor convívio em grupo, aprender a trabalhar em grupo, desenvolver ações voluntárias e aproximar-se da comunidade, foram os segundos mais citados. Foi uma surpresa para a pesquisa observar essas respostas, pois esperávamos que o público se detivesse aos aspectos mais práticos da aprendizagem e profissionalização, mas ao contrário, a maioria das falas levantou aspectos subjetivos das experiências dos alunos nos cursos do *Projeto Jardim de Gente*. Quando eles explicam essas “relações pessoais”, geralmente falam em desenvolvimento da comunicação, diminuição da timidez e o fato de terem conhecido mais pessoas e pessoas que consideram importantes na trajetória pessoal, profissional e artística deles.

Na entrevista feita com um aluno da dança de rua de 21 anos, ele comenta:

Aprendi a me relacionar melhor com as pessoas, adquiri muita experiência em relacionamento e convivência em grupo, descobri na dança minha forma de viver, desenvolvi meu lado artístico. Hoje estou cursando ed. física e tudo por causa da dança (sic).

A cultura mexe com subjetividades, com as trajetórias, com o jeito de ser. Ela é importante demais para ser colocada mais como profissionalização. E não pode ser medida como se quer medir a pobreza. É subjetivo, está no “campo dos sentidos”.

Seguido dessas reflexões, pudemos classificar aspectos de aprendizagem e formação. Alguns jovens citam terem melhorado a sua aprendizagem, terem adquirido conteúdos teóricos e práticos e terem desenvolvido ideias e pensamentos. E, por último, e em igual teor, eles mencionam terem observado melhoras em aspectos profissionais e culturais.

## **Perfil profissional**

Para complementar a pesquisa, também foram levantados dados sobre o perfil profissional desses jovens, a fim de compreender como os cursos ofertados pelo projeto influenciavam esse aspecto. Dos nossos 23 entrevistados, 17 já haviam trabalhado ou trabalhavam no momento da aplicação do questionário. 14 deles responderam que atividades exerciam e observamos que apenas 5 estavam envolvidos com as áreas que são desenvolvidas no projeto: aula de dança, produção de moda, operador de sistema de computadores, desenvolvimento de produtos artesanais e monitoria em outro projeto de arte e cultura do CCBJ. Observamos então, que é pequeno ainda o número de jovens que conseguem desenvolver atividade remunerada nessas áreas.

Sobre o perfil desses trabalhos obtidos por esses 17 jovens, 10 responderam que tinham atividades de meio período e 5 de tempo integral (2 responderam “outros”). 9 deles tiveram trabalhos fixos e 7 eram temporários. Dos 17, apenas 1 afirmou ter sido um trabalho não remunerado, os demais receberam remuneração pelas atividades. É importante informar que 53% dos jovens tiveram essas experiências de trabalho antes de fazerem os cursos no Bom Jardim. Dos 5 que tiveram atividades na área cultural, 2 já trabalhavam antes de participar do projeto. Com isso, podemos concluir que, dos nossos 23 entrevistados que fizeram cursos em 2012 e que têm mais de 18 anos, apenas 3 pessoas tiveram trabalhos remunerados ligados a área de arte e cultura. Mas quando observamos bem os questionários respondidos, na verdade apenas 2 jovens conseguiram trabalho de fato na área de seu curso que é o jovem que dá aulas de dança e a que trabalha com produção de moda. Os demais não trabalham com arte e cultura, ou não estão em áreas relacionadas aos cursos feitos.

Essa é a realidade dos alunos que encontram bastante dificuldade na hora de se inserir no mercado cultural, e como já dito em outros capítulos, o projeto não tem uma metodologia estruturada para facilitar esse processo, apesar de ser algo reivindicado pelos alunos. De fato, concordamos que não se trate de uma tarefa fácil e que muitas vezes pode extrapolar as possibilidades e objetivos do projeto em si. Sabemos que a questão do desemprego e do trabalho precário é algo macro que apenas se reflete no campo cultural. Mas todas as informações até aqui levantadas, levam a crer que é um problema a ser posto e buscadas soluções coletivas.

### **4.3 Um olhar sobre o *Jardim de Gente*: experiência dos professores e dos colaboradores**

Foram realizadas oito entrevistas com pessoas que eram do quadro de professores, colaboradores e parceiros do projeto no bairro. Ao todo, quatro professores responderam à entrevista, três ex-colaboradoras e um representante de entidade parceira. Dentre as três colaboradoras, uma foi Coordenadora Geral do projeto durante dois anos.

As entrevistas aconteceram durante um período que o *Jardim de Gente* se encontrava com suas atividades paralisadas, por isso foi colocada uma questão específica sobre essa descontinuidade da ação, pois já era previsto que eles sentiriam necessidade de falar detidamente desse ponto durante a entrevista. Essa questão faz, por sua vez, a ponte para chegar à pergunta final sobre o que se espera do futuro do projeto. Sobre isso, a primeira observação que se faz sobre as falas de um modo geral é que, mesmo com o *Projeto Jardim de Gente* estando parado há seis meses, desde a sua última execução no ano de 2013, os entrevistados se mostraram ainda acreditando na continuidade, de modo que, em quase todas as perguntas, eles respondiam sempre citando uma sugestão para a melhoria do *Jardim de Gente*, como veremos nas próximas páginas.

De modo geral, as perguntas giraram em torno da percepção dos entrevistados sobre o projeto, seus resultados, suas dificuldades e suas perspectivas de futuro, pensando em atores centrais como a comunidade como um todo, equipe técnica, professores e os próprios alunos. Muitos pontos positivos e negativos foram apontados, mas como citei acima, são muitas as sugestões trazidas pelos entrevistados. Importante ressaltar que todos os que responderam à entrevista já têm dois anos ou mais de ligação com o *Jardim de Gente* e isso justifica em parte o fato deles se apresentarem tão otimistas e propositivos em relação ao projeto.

Em uma das perguntas eles puderam falar sobre o *Jardim de Gente*, suas relações, importância, função, a partir de quatro perspectivas: a da região, Grande Bom Jardim, com todas as suas características e peculiaridades; do Centro Cultura Bom Jardim, instituição que abriga as ações; dos principais atores envolvidos (alunos, professores, parceiros e comunidade); e por último, na perspectiva da política pública. Detalharemos cada um a seguir.

#### **Relação com o Grande Bom Jardim**

Na perspectiva relacionada ao Grande Bom Jardim, lugar que marca a presença do projeto, não estando este lá por acaso, mas por ser essa região da cidade que agrega 5 bairros,



considerada uma das mais pobres e violentas de Fortaleza. Nesse sentido, o Grande Bom Jardim é uma região apta a receber os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

Na relação do projeto com os bairros, conforme sublinhado nas entrevistas, podemos dividir três categorias principais: a mudança de percepção, a crítica e as oportunidades e acessos.

Para mais da metade dos entrevistados o grande impacto do projeto na região é essa “mudança de percepção” sobre os estigmas colocados sobre o bairro e as pessoas que lá vivem. Quem estuda políticas sociais ou violência, ou simplesmente vive em Fortaleza, sabe da fama do bairro Bom Jardim e seu entorno que são conhecidos como “vixe”. Essa expressão era dita quando alguém afirmava que morava no Bom Jardim, e com espanto e ao mesmo tempo sarcasmo, o interlocutor respondia “vixe”. O bairro do “vixe” ficou com essa fama e tal expressão já apareceu em pesquisas acadêmicas, matérias de jornal e está inclusive grafitada em um dos muros do próprio Centro Cultural. O fato é que o “vixe” simbolizava e ainda simboliza todo o estigma de bairro violento, ruim de se morar, com muita pobreza e muitas pessoas perigosas.

O que os entrevistados apontam, no entanto, é que as ações do *Jardim de Gente* contribuem na “desmistificação sobre a periferia”, “desmistificação sobre a juventude”, ajudando a dar uma “nova cara para Grande Bom Jardim”, a partir do momento que ajuda no “reconhecimento dos talentos e belezas das comunidades” e que pode “gerar uma outra imagem, a de celeiro de artistas e produtores culturais”. Para os professores e funcionários da pesquisa, o projeto tem potencial para provocar essa mudança no olhar sobre o bairro e sobre as pessoas que lá vivem e de também divulgar, através dos cursos e eventos, as expressões e talentos artísticos.

Essa região da cidade, através de iniciativas como essa, pode reverter a imagem de violência e, considerando o enorme potencial artístico dessa população, pode gerar uma outra imagem, a de celeiro de artistas e produtores culturais. (ex-coordenadora geral do projeto)

E como veremos na discussão sobre o combate à pobreza, alguns professores pensam que esse reconhecimento, essa mudança de percepção sobre o bairro está diretamente relacionada ao intento de amenizar as causas da pobreza. Na concepção do teórico Amartya Sen, como já citamos anteriormente, a pobreza perpassa fatores de ordem subjetiva, como ser feliz ou ter respeito por si próprio.

Na fala de um professor de dança

A verdadeira função do Jardim de Gente é intervir na educação, tirando todo o Grande Bom Jardim da sua zona de conforto. E isso não reflete simplesmente em um momento, isso deixa um reflexo de gerações, pois muda a forma que alunos ou

ex-alunos educarão seus filhos e assim sucessivamente. (Professor de Dança)

Para ele, o projeto tem uma importante função de educar, não no sentido formal ou de qualificação, mas de mexer com o que está posto na comunidade, por em questionamento algumas situações vividas pelos moradores e assim, aos poucos, transformar os pensamentos, os modos de agir, repassando isso para as gerações futuras.

Houve uma crítica sobre o bairro citada nessa discussão que diz que “os processos formativos (mesmo o *Jardim de Gente*) acabam cedendo a uma perspectiva colonizadora, tendo o que é de fora como mais importante e relevante do que o que é de dentro”. Nesse trecho o professor fala de processos formativos de modo geral, mas afirmando que no *Jardim de Gente* isso também acontece. Assim como outra entrevistada cita: “precisávamos valorizar mais os educadores que existem no bairro”. Essas duas falas apontam uma preocupação em promover o desenvolvimento do bairro, de olhar para dentro da comunidade e valorizar as riquezas que lá já existem. Importante citar que essa preocupação parte de um professor de teatro ex-morador do bairro que tem uma companhia de teatro constituída na comunidade e de uma coordenadora de uma instituição parceira. Então, de certa forma, eles estão falando de seus pares, que estes precisam ser olhados e que eles têm uma contribuição importante a dar ao projeto.

Uma última categoria trazida fortemente por todos os entrevistados, ao tratar da relação do projeto com o bairro, é o que chamamos aqui de “Oportunidades e Acessos”. Tivemos que categorizar desta forma porque são muitos os aspectos apontados pelos professores e colaboradores, tanto no sentido objetivo de conquista espaços, recursos ou acessos, como no sentido subjetivo de conquista de condições subjetivas distintas. Chamamos de “oportunidade subjetividade” o que os entrevistados apontam como possibilidade de “empoderamento dos jovens” e “empoderamento das mulheres”, através das ações do *Jardim de Gente*.

Por sua vez, as “oportunidades objetivas” geradas para a comunidade a partir do projeto podem ser organizadas entre: oportunidades para o bairro, para as pessoas que vivem no bairro e para o projeto, que na verdade tudo pode ser entendido também como sendo a mesma coisa. Para o bairro, os entrevistados citam a “diminuição da violência” e a existência de um “espaço de compartilhamento de arte e cultura”.

Para o projeto, é apontado uma via de mão dupla onde há o “crescimento do projeto pela riqueza cultural do bairro”, na mesma medida em que o projeto enriquece culturalmente o bairro. O entrevistado que cita isso considera o Grande Bom Jardim um lugar que abriga muitos talentos e expressões culturais; por ser uma das regiões mais populosas de

Fortaleza e com grande parte de sua população formada por jovens, não é difícil pensar no potencial criativo dessa região. Porém, pensamos que, para que esse potencial se exponha, são necessárias ações de incentivo, com formação e produção, como as que o projeto propõe. E não somente o *Jardim de Gente*, mas outras instituições presentes a mais de 20 anos no bairro como o ABC Bom Jardim e o Circo Escola, dentre outros projetos socioculturais.

Para tratar do terceiro tópico que surge com força quando perguntamos sobre a relação do *Jardim de Gente* com o bairro: os benefícios para os alunos que participam das ações, vamos direto ao ponto que trata exclusivamente da percepção dos entrevistados sobre a importância do projeto para os atores envolvidos, principalmente: alunos, professores e organizações parceiras, pois as respostas às duas questões podem ser agregadas nas mesmas categorias e unidades de sentido.

### **Relação com os atores do Projeto**

Para as pessoas que vivem no bairro e vivenciam a experiência do projeto, principalmente os seus alunos, são apontadas as seguintes questões que, para facilitar o exercício de análise, organizaremos a partir de categorias de benefícios apontados pelos entrevistados:

**Quadro 4 - Benefícios do Projeto *Jardim de Gente* para os alunos apontados pelos professores e colaboradores**

<b>CATEGORIA</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
Benefício Cultural	Aproximação com a arte e outras realidades Oportunidade de consumir e produzir arte e cultura Fruição cultural Acesso a informação, cultura e tecnologia Formação de capital cultural Oportunidade de formação Alternativa a ociosidade Oportunidade de lazer Atividades gratuitas
Benefício Social e Pessoal	Novas possibilidades de futuro para juventude Novas possibilidades para grupos artísticos Socialização e formação de vínculos Contribuição para o plano de vida Geração de conhecimento
Benefício Profissional	Profissionalização Inserção no mercado de trabalho em arte Possibilita/motiva a relação com o mercado de trabalho da cultura Capacitação

Fonte: Própria autora.

Esses registros retirados das entrevistas dos professores e colaboradores apontam para ganhos que estão relacionados à mudança de vida das pessoas, principalmente os jovens da periferia e grupos artísticos locais. Os participantes da pesquisa acreditam que, com as aprendizagens e perspectivas trazidas pelo projeto, o futuro dos alunos pode melhorar. Porém, vale ressaltar, que essas falas não estão voltadas diretamente para a questão da profissionalização. Observamos que os entrevistados não se referem ao projeto como um conjunto de formações profissionalizantes. Uma entrevistada inclusive cita que esse não é o foco do projeto: “Acho que através dos cursos a comunidade pode expandir as possibilidades não apenas relacionadas ao conhecimento artístico, mas também a profissionalização desse conhecimento, mesmo não sendo o foco do projeto (sic)”.

Nas entrevistas semi-estruturadas feitas com alguns alunos poderemos comparar essas percepções e perceber quais são as expectativas e opiniões deles sobre o *Jardim de Gente*. Mas o fato é que, em termos de profissionalização e geração de renda, os entrevistados não veem isso como foco ou resultado da ação, mesmo sendo uma ação já executada há 7 anos, com toda uma geração de jovens que já passaram por diversos cursos através do projeto.

Contudo, os benefícios mais apontados pelos professores e colaboradores estão relacionados a ganhos relativos à vida cultural dos indivíduos, bem como ao acesso à tecnologia e à comunicação. Podemos dizer que eles apontam mais no sentido dos direitos culturais, que compõe o quadro geral dos direitos humanos. Vale contextualizar um pouco sobre o que são esses direitos culturais.

Os direitos culturais estão indicados no artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e nos artigos XIII e XV do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Esse conjunto de direitos assegura, segundo José Estênio R. Cavalcante (2011, p. 3) que

Todas as pessoas devem poder se exprimir, criar e difundir seus trabalhos no idioma de sua preferência e, em particular, na língua materna; todas as pessoas têm o direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; todas as pessoas devem poder participar da vida cultural de sua escolha e exercer suas próprias práticas culturais, desfrutar o progresso científico e suas aplicações, beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que sejam autoras.

O primeiro direito cultural internacional estabelecido foi o direito autoral, sendo a *Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (1886)*, o primeiro documento a consagrar universalmente os direitos dos autores sobre as suas obras. Já o segundo direito cultural estabelecido foi o direito à livre participação na vida cultural que diz

respeito, conforme citamos acima, ao direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, gozar das artes, dentre outros direitos. O artigo XV do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) detalha esse direito e aponta para adoção de medidas “necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão da cultura” (CAVALCANTE, 2011, p. 6).

Os benefícios apontados pelos entrevistados nos levam a relacionar os possíveis resultados do *Projeto Jardim de Gente* ao atendimento aos direitos culturais, conforme as definições acima, na medida em que é citada a “aproximação dos alunos com a arte”, o “acesso a informação, tecnologia e comunicação”, a “oportunidade de consumir e produzir arte e cultura”, a “fruição cultural”, além de oportunizar “formação e lazer”. Com esse novo campo de vivência e atuação, os alunos podem exercer de modo mais efetivo o seu direito à participação na vida cultural, apesar de compreendermos que o exercício desse direito pressupõe ações muito mais generalizadas e amplas, no âmbito de toda a sociedade. Conforme Estênio Cavalcante aponta em seu artigo, “O efetivo exercício do direito à participação na vida cultural pressupõe a generalização da educação artística e científica, bem como o apoio aos indivíduos, grupos e instituições dedicados ao fazer artístico e intelectual” (ibid).

Outro tema que os posicionamentos das entrevistas nos colocam em sintonia é o conceito de “democracia cultural” de Isaura Botelho (2001) que trouxemos no capítulo anterior. É entendida como uma democracia passível de ser atingida quando uma pessoa pode, através dos acessos e oportunidades que lhes foi dada, optar por desenvolver ou não, vivenciar ou não os aspectos artísticos e culturais que lhes são apresentados. Oferecer todas essas oportunidades para os moradores de bairros de periferia, que estão distantes dos centros ou circuitos de efervescência e grande produção cultural, é possibilitar que haja o contato, e talvez a sensibilização para as artes e para a cultura, que é o que a educação formal tenta fazer também, ao menos de forma teórica ou superficial, com o ensino da arte na educação primária e fundamental.

Em relação aos próprios professores, os entrevistados apontam algumas questões que também entendemos como benefícios. O que eles citam, em resumo, são: a oportunidade de aprendizagem, conhecimento, formação do docente, contato com novas realidades, socialização, valorização de educadores locais, mistura de saberes e geração de emprego e renda para professores/artistas. Essas falas remetem a dois processos, a vinda de professores que são externos ao bairro, parte vindos também do universo acadêmico (realidade ainda distante da maioria dos jovens da periferia); e a participação de professores que também são artistas locais, frutos do próprio Grande Bom Jardim, alguns até ex-alunos do CCBJ. O

projeto envolve profissionais de diversos níveis acadêmicos, experiências profissionais e reconhecimento artísticos. Artistas do bairro que trabalham com artesanato, música, teatro, que estão à frente de outros projetos socioculturais que ocupam o Grande Bom Jardim; professores que são artistas em outros espaços e também pessoas com formação acadêmica em artes ou da área da tecnologia e comunicação.

Em relação às parceiras, o que as entrevistas trazem como importante é a possibilidade de disseminação do projeto em outros locais da região. A cada ano que acompanhamos, mais instituições foram sendo envolvidas. As formações do *Jardim de Gente* puderam chegar a públicos que vivem bem distantes do CCBJ, o que contribuiu também para a divulgação do equipamento.

### **Relação com o Centro Cultural Bom Jardim**

Apesar de o *Jardim de Gente* ser um projeto de formação dentro do CCBJ e acontecer durante alguns meses do ano, o seu caráter formativo e a quantidade de pessoas que atrai para o equipamento o torna uma ação central. À exceção do projeto, o que acontece no espaço são apresentações culturais que fazem parte da programação de difusão cultural e outros eventos organizados por grupos artísticos ou demais tipos de organizações sociais do bairro, eventos esses que não geram custos diretos ao CCBJ, como pagamento de cachê, por exemplo.

Essa ausência de atividades culturais de difusão e formação (quando o *Jardim de Gente* está parado) provoca na comunidade uma idéia de que o próprio CCBJ encontra-se de portas fechadas. E esse fato torna mais marcante ainda para alunos, professores e comunidade, as interrupções constantes. Isso justifica o fato de a grande maioria das sugestões e problemáticas apontadas nas entrevistas está relacionada a essas descontinuidades.

Para os professores e colaboradores entrevistados o *Jardim de Gente* exerce em relação ao CCBJ o papel de divulgação e ocupação do espaço e de fomentador de parcerias com instituições do bairro. Na fala de um professor de dança, ele exemplifica: “As pessoas não perguntam mais quais os cursos que o CCBJ oferece, perguntam se o *Jardim de Gente* começou, pois sabem que é o coração que bombeia todos os cursos para o público”.

Porém, ele não considera que as atividades desse projeto bastam, mas fala de uma função maior do CCBJ, a de ser um centro de difusão artística e cultural.

Porém, as pessoas estão sentindo falta de fato do Centro Cultural Bom Jardim, não do prédio, mas da provocação direta e para mostrar pras comunidades do entorno que é sim possível ter arte/cultura na favela, é possível ter cursos de qualidade ali, à

alguns passos deles. E [...] é possível sim ter professores de alta capacidade e de alto nível de estudo, saindo daquele lugar, da favela (sic). (Professor de Dança)

Para a ex-coordenadora do projeto, ele “propicia que o CCBJ cumpra sua função, cooperando no cumprimento de seu objetivo”.

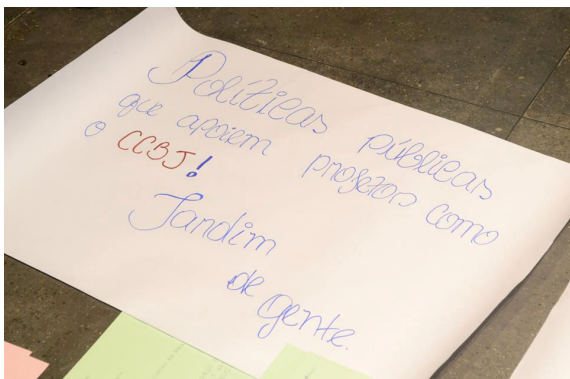


Figura 13 – Cartaz feito no I Fórum CCBJ  
Fonte: arquivo do projeto



Figura 14 – Grupos no I Fórum CCBJ  
Fonte: arquivo do projeto

### **Relação com as políticas públicas de cultura**

Em relação às políticas públicas, os entrevistados foram mais retraídos nas respostas, pouco conseguindo relacionar o *Jardim de Gente* dentro do contexto das políticas públicas do Estado. Um entrevistado falou sobre esse contexto.

A descentralização dos recursos de cultura no estado tem sido pautada de forma mais presente nos últimos doze anos, em virtude do avanço na reflexão sobre a democratização dos recursos públicos nos governos democráticos da América Latina. A criação do Projeto Jardim de Gente, e a própria implementação do Centro Cultural Bom Jardim, são reflexos desse cenário e é necessário fortalecer a militância para que ações e projetos como esses não sejam levados pelo sentimento e a força fundamentalista, em vias de se instalar novamente no poder, retrocedendo na política de cultura para uma base realmente eurocêntrica. (Professor de Teatro)

Além de falar sobre esse contexto, o professor aponta para um risco, em termos políticos, de haver um retrocesso, no sentido de uma centralização dos interesses e ações, afastando novamente estas do contexto da periferia. Para que isso não ocorra, ele indica ser necessária uma militância, que entendemos como sendo uma maior participação da comunidade de um modo geral, alunos e classe artística, na definição e acompanhamento de um projeto como esse.

Em outra discussão sobre políticas públicas, um professor de música aponta o *Jardim de Gente* como tendo um papel importante no ensino da arte nas escolas públicas do bairro, suprimindo uma pequena parte de uma necessidade que a política educacional não contempla: o ensino das linguagens artísticas, de uma forma que seja prática e insira os alunos efetivamente no campo da produção artística.

Vejo o Projeto Jardim de Gente como um espaço que propicia o que a escola não consegue ofertar de maneira adequada ou satisfatória: ensino de Arte. O ensino de Arte, curricularmente estabelecido na instituição escolar, historicamente já é complicado tendo em vista que é contratado apenas um profissional para o ensino de todas as artes. Assim, o Projeto acaba assumindo muitas vezes esse papel formador fazendo parcerias com escolas para ofertar a seus estudantes alguns cursos. (Professor de Música)

Obviamente o *Jardim de Gente* não atinge todas as escolas públicas do Grande Bom Jardim, nem tem isso como meta. E não surge como alternativa para as deficiências do sistema de ensino formal. Mas a fala serve para situar-nos sobre a importância do projeto no bairro e as perspectivas e expectativas dos atores envolvidos.

Uma terceira fala, da antiga coordenadora, pontua mais diretamente o projeto enquanto política cultural afirmando que ele “deveria ter a importância/reconhecimento de tecnologia social a ser replicada e inclusive deveria ser replicado com objetivo de combater a pobreza”. O que ela sugere é que os órgãos municipais e estaduais de cultura deveriam replicar a experiência do *Jardim de Gente* em outros espaços, assim como o professor de música fala do contexto da escola pública, inclusive, como tecnologia social de combate à pobreza. Como alguém que já esteve à frente do projeto, sua fala é a que mais se aproxima do discurso institucional, que criou o projeto exatamente nessa perspectiva.

Os problemas que os participantes das entrevistas apontam de modo geral, quando se fala do projeto enquanto política pública, é a “falta de incentivo/recursos”, a “incerteza na sua execução” e que se trata ainda de uma ação tímida.

#### **4.4 É possível combater a pobreza com políticas culturais?**

Esse é um dos questionamentos centrais trazidos nesta investigação. Além de conhecer o *Projeto Jardim de Gente* através de suas ações, atores, estratégias, resultados, entendendo qual a função, os problemas e os significados dele dentro daquela comunidade, queremos investigar aqui de que forma ou quais as possibilidades desse projeto de arte e cultura de amenizar as questões da pobreza em uma das regiões mais pobres e violentas de Fortaleza.

No segundo capítulo e início deste já apresentamos quais atividades e estratégias são essas, pensando, a partir das falas dos alunos, professores e demais envolvidos, qual o real alcance dessas estratégias. Neste tópico trazemos mais diretamente, qual a opinião dos participantes sobre a questão do combate à pobreza, numa tentativa de fechar aqui essa discussão.



Como já dito desde a introdução do presente trabalho, o *Jardim de Gente* é financiado por um Fundo Estadual de Combate à Pobreza e essa é a causa de querermos investigar junto aos entrevistados como eles veem essa relação. Ao serem perguntados sobre esse tema que permeia as metas e objetivos do projeto, os professores e colaboradores emitiram opiniões em sua maioria positivas, no sentido de que o projeto é sim importante enquanto política de combate à pobreza. Apenas uma entrevistada se colocou de forma neutra.

Em resumo, eles apontam que entendem a “Cultura também como um direito básico” e que, portanto, os governos, em forma de política pública, devem garantir o “direito básico de consumir, partilhar, fruir e produzir cultura”. Em tópicos anteriores tratamos da definição de direito cultural. E nesse sentido, enquanto direito fundamental é que as ações do *Jardim de Gente* são entendidas como parte das políticas necessárias ao desafio de combater a pobreza.

Sobre essa amplitude e necessidade dessas intervenções, um professor resume afirmando que

Todo o processo não é imediato, mas gerações são educadas culturalmente e tecnicamente com um olhar amplo, dentro de disciplinas de convivência social com diversas linguagens. Automaticamente isso muda a visão de quem convive com essa realidade, isso muda o ambiente, isso muda a relação entre as pessoas da área. Mais Cultura e mais lazer é sinônimo de um olhar mais sensível. Além do mais que traz uma série de novos anseios aos alunos, novos desafios, novos desejos e novos sonhos e ali eles aprendem que o conhecer é o que pode realizar (sic). (Professor de dança)

Pela fala parece ser no campo das subjetividades os maiores resultados alcançáveis pelo *Jardim de Gente*. De modo geral, os professores apontam que a Cultura e a Arte são meios para se ver a vida de uma forma distinta, enxergando outras possibilidades e outras potencialidades nos indivíduos e nos ambientes. Através dessas experiências, as pessoas podem conhecer outras formas de se relacionar, de sentir, de agir. Que a cultura e a arte têm esse potencial, já é algo sabido e aceito, não só no meio artístico, mas grande parte da sociedade. Tanto que as questões do consumo da arte, da economia da cultura ou economia criativa, as indústrias culturais, tudo isso são temas em alta. Mas fazer disso a conexão com a problemática da pobreza é algo já um pouco mais recente. Por isso recorremos aqui ao pensamento dos próprios envolvidos no projeto, sendo eles também pessoas que vivenciam a realidade local, a fim de ter pistas de como isso chega até eles.

Os entrevistados assinalam ainda que o projeto cumpre esse papel na medida em que oferece “oportunidade de profissionalização”, “possibilidade de geração de renda” e de “outras possibilidades de relação com o mercado de trabalho”, trabalha a “autoestima” e “aumenta a capacidade de os participantes lutarem por direitos”. Vemos com isso, que nas

falas a pobreza é entendida não só como ausência de recursos financeiros e materiais, mas também como incapacidade subjetiva e objetiva de lutar por direitos, de ser um cidadão ativo na construção do seu espaço e da sua história.

Em um posicionamento que entendemos como sendo neutra em relação ao combate à pobreza, a entrevistada menciona que “não é foco do projeto a profissionalização” e nesse sentido observamos que em sua fala a pobreza é tomada no seu sentido estrito de ausência de renda, de emprego e de capacitação.

Na visão do próprio projeto, como já tivemos oportunidade de citar, o discurso é o que segue:

O Projeto Jardim de Gente tem sido nos últimos anos uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região do Grande Bom Jardim, que abrange seis dos dez bairros que possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza. [...] o projeto tem focado na valorização da educação e da arte como mecanismos erradicadores da pobreza e fortalecedores de uma sociedade mais justa (INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ, 2011, p. 2).

Concluimos esse trecho entendendo que a ligação que os professores e gestores fazem da cultura como estratégia capaz de enfrentar as causas da pobreza, se baseia num conceito ampliado tanto da pobreza, quanto da cultura.

Retomando brevemente um conceito já aqui tratado, o grande economista indiano Amartya Sen defendia que “a pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda” (VEIGA, 2005, p.6). Essas capacidades básicas as quais se referia eram o que ele chamava também de capacidades humanas: o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. Para o autor, o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

A pobreza entendida então a partir dessa visão moderna de Sen, ganha outras conotações em termos de políticas públicas e uma nova abordagem sobre a problemática ganha força. A pobreza agora deve ser combatida através de vários fatores, não só com melhor distribuição de renda, ou geração de emprego, renda e capacitação profissional. Mas também deve ser pensada enquanto situação de privação de liberdades e que, portanto, os instrumentos para o alcance dessa liberdade, que também podemos chamar de autonomia, perpassam fortemente uma formação política e cultural dos indivíduos, para que eles possam decidir “o que ser ou fazer na vida”. A cultura, portanto, pode contribuir para esse exercício de cidadania e, segundo o que podemos interpretar das falas dos nossos entrevistados, é dessa

forma que o *Jardim de Gente* pode contribuir para as políticas de combate à pobreza.

#### 4.5 O futuro do projeto: expectativas de professores e alunos

Para fechar este último capítulo, depois dessa longa jornada percorrendo os caminhos traçados pelo nosso objeto de estudo, reservamos algumas poucas páginas para pensarmos, junto aos atores da pesquisa, qual o futuro do *Jardim de Gente*. Não poderíamos encerrar a pesquisa falando apenas sobre tudo que o projeto foi, principalmente nessa fase do ano, em que as atividades estão paralisadas, não tendo sido retomadas ainda para o ano de 2014.

Falar do futuro do projeto é antes de qualquer coisa, falar dessa questão das descontinuidades; por esse motivo arguimos alguns entrevistados sobre como eles veem essa situação.

Mostrando que o *Projeto Jardim de Gente* não está deslocado no contexto das outras políticas culturais, um entrevistado faz uma crítica aos “processos estanques” e descontínuos que, de um modo geral, são característicos da política pública no Brasil.

O Brasil está acostumado com processos estanques, onde as políticas, de modo geral, são zeradas com a criação de novas ações. Somos um país sem memória. Como pensar, a médio ou longo prazo, sem a construção de um projeto contínuo, com resultados reais a serem colhidos ao longo de muitos anos? [...] É necessário pensar num projeto anual em consonância com os objetivos e metas traçados no ano anterior. Não podemos pensar de forma estancada. (Professor de Teatro)

E propõe ainda que o projeto seja construído de forma contínua, tomando sempre como base os objetivos e metas anteriores para que possa ser observado um desenvolvimento dos seus resultados ao longo dos anos.

As conseqüências dessas descontinuidades são apontadas por todos os entrevistados. São elas: “prejuízo para a comunidade em geral”, “descrença da comunidade no projeto”, “dispersão/perca do público”, “descrença e afastamento dos alunos”, “uma atenção a menos para crianças e jovens em termos de oferta de serviços públicos no bairro”, “descontinuidade dos vínculos com instituições do bairro”, “desarticulação de grupos artísticos e culturais”, “desarticulação de equipes já treinadas para trabalhar no projeto”, “interrupção da aprendizagem” (aprendizagem superficial). Além de conseqüências de ordem ainda mais prática como a evasão, dificuldade de recomeço, falta de professores e desperdício de material que sobra de um ano para o outro.

Um dos professores carrega na sua fala muito dessa preocupação

Ora, uma comunidade totalmente que já sofre com falta de infraestrutura, saúde,

educação, lazer, ainda ter que ver de perto o abandono de algo que eles tinham certeza que era pra eles, para mudar o cenário onde vivem. A decepção seria maior e está sendo no momento, pois a cada ano o projeto se desenvolve menos e quem acreditava já está disperso somente com a esperança cada ano que as coisas mudem (sic). (Professor de Dança)

A visão dos alunos não é muito diferente, porém traz um elemento a mais que é a preocupação com a ociosidade dos jovens e o envolvimento com drogas ou coisas relacionadas.

Os jovens voltam a ficar ociosos, propensos há preencher seu tempo livre com atividades não muito saudáveis, interrompe toda uma trilha de conhecimento podendo gerar uma desmotivação para voltar ao projeto, além da perda de novos talentos (sic). (Aluno do teatro, 25 anos)

(...) alunos que faziam cursos se vêem sem atividades para realizar o que é bastantes perigos no bairro em que vivemos (sic). (Aluno da música, 18 anos)

A ociosidade das crianças e jovens, que sem opção passam a ficar na rua, onde são alvos fáceis para se envolver com drogas, roubo e violência (sic). (Aluno da dança, 21 anos)

Tenho certeza de que assim como eu, muitas pessoas sentem falta do projeto todas as vezes que para. A consequência é que ficam com muito tempo ocioso e, não posso deixar de dizer, ficam a mercê da marginalidade; quando não, pode também gerar certa preguiça e falta de vontade pra voltar aos cursos, continuar treinando seja lá o que for (sic). (Aluna de Fotografia, 18 anos)

Esses muitos efeitos, todos negativos, afetam diretamente o *Jardim de Gente* e tornam a sua gestão mais problemática, conforme questões já apontadas no segundo capítulo e que não iremos aqui retomar. O futuro do projeto, necessariamente estará muito relacionado à resolução desse problema.

As entrevistas foram então encerradas com uma pergunta relacionada ao futuro do projeto: Que futuro você gostaria para o *Projeto Jardim de Gente*? No quadro abaixo há uma tentativa de organizar esses registros que aparecem nas respostas. Para isso, criamos quatro categorias que acreditamos poderem agrupar o conjunto das unidades de registro.

**Quadro 5 - Proposta dos professores e colaboradores para o futuro do *Projeto Jardim de Gente* por categoria**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>UNIDADES DE REGISTRO</b>
Gestão do <i>Jardim de Gente</i> /CCBJ	Pensar política pública continuada para o CCBJ Projeto de formação continuado Não interrupção/continuidade Tornar-se política pública Reconhecido como tecnologia social Recursos contínuos e crescentes Recursos e rubricas destinados ao projeto Mais organização do projeto em todos os aspectos Coordenadores com preparo e compromisso
Gestão das parcerias	Renovação das parcerias Mais diálogo com organizações sociais

	Vincular-se com organizações sociais do bairro Continuidade através das organizações parceiras
Processos pedagógicos	Incentivo às ideias inovadoras Fortalecimento dos cursos Inclusão de novos cursos Geração de emprego, conhecimento e direito a cultura
Cultura do Projeto	Ser popular Ser aproveitado/usado pelos moradores Comunidade como protagonista Ações importantes que devem ser replicadas Fortalecimento da militância

Fonte: Própria autora.

Na categoria “gestão do *Jardim de Gente/CCBJ*”, a discussão gira em torno do tema já comentado, as descontinuidades do projeto. Nessa categoria, os entrevistados propõem basicamente que sejam desenvolvidos dispositivos legais, contábeis e administrativos, que garantam a continuidade do projeto, como acesso a mais recursos; que se torne uma política pública e tecnologia social reconhecida e replicada. Dessa forma, poderá haver dentro do CCBJ um processo de formação continuada que consiga acompanhar o artista ou profissional, desde o seu surgimento, até o seu amadurecimento e reconhecimento profissional. Desse modo, talvez seja possível medir em longo prazo, as interferências do projeto no combate à pobreza do Grande Bom Jardim.

Na “gestão de parcerias” é sugerido a fortalecimento das parcerias, tanto pensando a execução dos cursos de formação, como na sustentabilidade. Acredita-se que com as parcerias estando próximas e se apropriando do processo de constituição desse projeto, seja maior a resistência aos processos de desmontes já citados.

Na categoria dos “processos pedagógicos”, são propostos a manutenção e o fortalecimento dos cursos, buscando sempre fomentar a produção cultural a partir das ideias inovadoras dos alunos. A geração de emprego, de conhecimento e a garantia do direito à cultura também são citadas, demonstrando o entendimento e uma perspectiva mais aprofundada que alguns professores têm das potencialidades do *Projeto Jardim de Gente*.

E uma última categoria, que chamamos aqui de “Cultura do projeto”, engloba discussões mais generalizadas sobre aspectos subjetivos do *Jardim de Gente*. É citado que o projeto precisa ter um caráter mais popular, tratando em seus conteúdos e eventos também o que é de dentro, da cultura local. Precisa partir de metodologias que tenham a “comunidade como protagonista”, que contribuam para o “fortalecimento da militância” em defesa do projeto e do Centro Cultural, de modo que esses possam ser cada vez mais

“aproveitados/usados pelos moradores”.

Já os alunos entrevistados não pareceram tão otimistas em relação ao retorno do projeto. Um deles diz: “o projeto se mostra parado, a meu ver, falta interesse por parte dos envolvidos (sic)”. Outro aluno cita: “O projeto *Jardim de Gente* é muito importante, mas está sem força. Se voltar a ativa e parar de novo, é como se não evoluísse, pois teria que recomeçar todo os processos anteriores (sic)”. Apesar do desejo de que o projeto volte, eles não deixam de registrar suas críticas e preocupações. Porém, pensam que “deve ter continuação, pois foi algo que veio contribuir com o futuro da nossa juventude” e, inclusive, propõem que o projeto possa “expandir para os outros bairros levando arte e cultura para todos (sic)”.

Mesmo com muitas dificuldades, o futuro que todos esperam é que o *Jardim de Gente* se mantenha ativo e a comunidade do Grande Bom Jardim possa continuar sendo beneficiada. Muitos dos jovens apostam no projeto as fichas para um futuro melhor.

Eu acredito que este projeto possa crescer cada vez mais, e que ele abranja mais pessoas para que mude a vida delas assim como mudou a minha, eu quero que a comunidade passe a ver um mundo de uma maneira diferente, que eles tenham uma perspectiva de vida (sic). (Aluno da dança, 21 anos)



Figura 15 – Apresentação do Coral da Terceira Idade  
Fonte: arquivo do projeto

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tinha como objetivo geral aplicar um estudo de caso ao Projeto Jardim de Gente procurando compreender quais são seus objetivos, em que contexto ele surge, como se dá a sua estratégia de formação em arte e cultura e como esta pode ser uma ferramenta de combate à pobreza no Grande Bom Jardim. Para isso, algumas perguntas de partida foram definidas: Como é executado o objetivo de utilizar a arte e a cultura como recurso e ferramenta de combate à pobreza? Ou, sendo mais específico, que estratégias e ações esse projeto executa na prática para alcançar os seus objetivos propostos? É possível combater a pobreza com cultura? O que os estudos sobre política cultural dizem a respeito dessa questão? Essas e outras questões serviram de norte para a análise que desenvolvemos até aqui.

Mesmo com as perguntas feitas, a intenção não era achar respostas que pudessem apontar para caminhos certos ou errados, melhores ou piores, mas sim promover uma reflexão sobre a ação dentro do seu contexto e suas tramas. A escrita foi pensada de uma forma que contribuísse não só para o enriquecimento do repertório acadêmico, nas discussões sobre política cultural ou combate à pobreza e outras, mas também que favorecesse à reflexão da sociedade em geral sobre a prática dessa política específica e os vetores que a perpassam. Temos, portanto, a pretensão que o trabalho seja lido e tenha reflexo não só entre nossos pares pesquisadores e estudiosos que se interessam pelas políticas culturais e afins, mas também entre os nossos pares, agentes de projetos e políticas culturais.

Tendo os objetivos acima em vista, nos detemos obstinadamente em alguns capítulos desta dissertação sobre os aspectos práticos do projeto alvo do estudo, como forma de relatar e refletir sobre essa experiência, mas também de localizá-la nas discussões sobre as políticas culturais e as funções e formas que elas assumem hoje. Foi a este movimento maior e mais recente, dos usos da cultura como recurso, e principalmente da política cultural, que o Projeto Jardim de Gente nos remeteu. Essa experiência serviu para nos mostrar primordialmente, no contexto econômico e social de um país em desenvolvimento, como a cultura tem ganhado espaço enquanto ferramenta de transformação social, perpassando e sendo perpassada por diversos outros meios ou aspectos da sociedade, tais como educação, economia, política, violência, pobreza, juventude e família.

Podemos dividir estas considerações finais em duas abordagens, para que fique mais claro ao leitor: considerações gerais e específicas.

## Considerações gerais

Quando a proposta de um estudo é fazer uma avaliação sistemática de uma ação ou política, cinco aspectos principais da intervenção devem ser analisados: relevância, efetividade, eficiência, impacto e sustentabilidade. Mesmo que nossa metodologia não tenha sido organizada para uma avaliação profunda do projeto, podemos traçar algumas considerações a respeito desses aspectos que nos ajudam a apontar algumas conclusões obtidas neste estudo.

Pensando no aspecto da relevância, observamos que o Jardim de Gente tem uma relevância não só no contexto do Centro Cultural, mas também dentro dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim e para o público que chega até o projeto. No CCBJ sua relevância está relacionada principalmente com o papel que ele cumpre na ocupação e uso do espaço, tornando-se a atividade de maior atratividade e que fomenta outras questões dentro do espaço, como a criação de grupos e a participação da comunidade.

Para a comunidade, ou podemos dizer, para o Grande Bom Jardim, sua relevância está pelo que ele representa tendo em vista todas as ausências de políticas culturais na região. Em sendo uma das poucas ações de cultura do Estado na região, juntamente com a existência do CCBJ, sua sobrevivência parece fundamental. Aliado a outras iniciativas da sociedade civil no bairro, o Jardim de Gente contribui para uma mudança na identidade do Bom Jardim e bairros circunvizinhos, mesmo que pontual e lentamente. Para os alunos, professores e a equipe do projeto, essa relevância foi demonstrada nas entrevistas.

Outro aspecto importante é a efetividade. Pudemos levantar informações que mostraram certa efetividade do projeto no que tange: os resultados alcançados, os alunos formados e exercendo atividades artísticas, os grupos constituídos e as mudanças positivas provocadas na vida dos alunos, bem como a efetividade do funcionamento do CCBJ enquanto equipamento cultural através das ações do projeto.

Porém, olhando para um sentido mais amplo, essa efetividade pode ser questionada em vários aspectos, principalmente pelo fato de inexistirem metas claras a serem alcançadas em médio e longo prazo, o que inviabiliza a avaliação da efetividade do projeto. Isso poderia ser mais bem mensurado a partir de um acompanhamento do histórico dos alunos e sua família, por exemplo, que fosse capaz de apontar a efetividade no que o projeto realmente tenha sido capaz de mudar na condição social daquele jovem.

A efetividade também pode ser questionada do ponto de vista do desenvolvimento de atividades, de grupos culturais e de artistas na região. Não se tem dados sobre o quanto



nesses sete anos o projeto influenciou num maior número de iniciativas culturais nos bairros, portanto, enquanto política cultural, sua efetividade não pode ser comprovada, uma vez que ser efetivo é ser capaz de transformar uma situação existente.

Em relação à eficiência do projeto, no que concerne a produção de resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços, ou seja, realizar da melhor forma possível a ação, uma avaliação mais minuciosa precisaria ser feita para chegar a conclusões. E mesmo assim seria tarefa difícil, pois, quando falamos de política cultural, assim como na educação, as formas de se fazer, as metodologias ou paradigmas a serem adotados são diversos. E cada um tem sua eficiência possível a partir da escolha das estratégias, dos recursos que são mobilizados e daquilo que se pretende alcançar. Queremos dizer com isso que é complexo dentro da política cultural delimitar o que é bom, o quanto é bom ou como é bom, para que público, pois muitas das estratégias e dos resultados estão no campo da subjetividade, não podendo ser objetivados. Fazer um projeto de arte e cultura não é como fazer um projeto de distribuição de casas, onde existe uma meta objetiva de que cada família tenha propriedade sobre uma casa com dimensões e ideais especificadas pelas regras de engenharia. Essa subjetividade começa no início do ciclo de vida da política, quando surge a demanda da população, partindo do repertório cultural que cada um carrega consigo.

O impacto, como já dito em relação à efetividade, é mais complicado ainda de ser medido, pois não há uma linha de base, nem indicadores de impacto determinados, que facilite essa mensuração. Os índices de pobreza não contam como variável para medir impactos do projeto, uma vez que não é uma medida adotada de forma explícita dentro do projeto. Se existe um impacto social e cultural desses sete anos de Jardim de Gente, esse deve estar tão diluído em diferentes espaços e de diversas formas que se torna impossível sua mensuração. Desse modo não podemos apresentar considerações sobre esse impacto.

Por último, no aspecto da sustentabilidade, temos algumas considerações. De modo efetivo, enquanto ação pública, o projeto não se mostrou uma política sustentável durante nossa pesquisa, tendo em vista que a qualquer momento pode ser desmontado ou reformulado, sem que os seus beneficiários e demais envolvidos possam interferir nisso, pois ainda não há um canal de participação que permita algum tipo de controle e monitoramento nesse sentido. O que podemos acompanhar é que nem comunidade, nem alunos ou professores fazem algo diante da paralisação do projeto.

Por outro lado, vimos que o projeto forma pessoas em algumas linguagens e que parte dessas, seguem por esse caminho. Muitas acabam constituindo grupos artísticos, ou trabalhando na área da economia criativa de alguma outra forma, por exemplo, como técnico

de som ou mesmo professor de música, dança ou artesanato. Esses futuros profissionais de alguma forma poderão ser capazes de dar sustentação às ações culturais dentro dos bairros, assim como hoje acontece em diversas organizações sociais do Grande Bom Jardim, tais como Circo Escola, Projeto Paz, Nós de Teatro, Sítio Betesda, que absorvem jovens da própria comunidade na gestão dos espaços e nas atividades de ensino ou arte educação.

### **Considerações específicas**

Dentro das limitações apontadas em diversos sentidos, o que consideramos a partir deste estudo é que o Projeto Jardim de Gente tem sido ao longo dos anos uma iniciativa que busca traçar um caminho para o combate à pobreza na área do Grande Bom Jardim, usando como ferramenta a arte e a cultura; isso, apesar das constantes ameaças de desmonte. Observando o objetivo central do FECOP que é enfrentar as causas da pobreza dotando os pobres de ferramentas para que eles mesmos transformem essas causas, e tomando por base toda a literatura sobre pobreza e vulnerabilidade social e os usos da cultura, podemos considerar que o projeto tem sido condizente ao que se propõe; não obstante a impossibilidade de mensuração do seu impacto. Principalmente porque entendemos que essas estratégias estão localizadas dentro de um movimento maior que tem se dado no Brasil e no mundo, que é o investimento na cultura, no acesso aos bens simbólicos e produção dos mesmos, como forma de aquisição de um capital cultural e, conseqüentemente, fortalecimento de outros tipos de capital, como econômico, social e humano. O trecho abaixo aponta isso, porém mostrando os seus riscos.

“A valorização do tema da cultura e sua ampla utilização como recurso se, por um lado, estimulou o interesse pelo campo da cultura e favoreceu o aumento da demanda por projetos culturais, por outro, parece ter relegado ao segundo plano a expressão cultural em si e força criativa do povo, como apregoava Furtado” (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 11).

Como Marta Porto (2007) apontou, através do capital social podemos promover o desenvolvimento social e econômico, por isso a cultura é um recurso primordial para as políticas de desenvolvimento. Ainda que o projeto não tenha capacidade para combater em curto ou médio prazo a situação de pobreza econômica de seus alunos e da comunidade, é efetivo na sua intencionalidade de dotar seus participantes de competências e habilidades para que saiam da pobreza econômica. E para além disso, para que superem a pobreza entendida, a partir de Amartya Sen (2001), como ausência de liberdade; uma pobreza que diz respeito também a fatores subjetivos da vida particular e comunitária.

Os fatores de risco ou de vulnerabilidade social que uma ação como essa enfrenta são outros que estão mais relacionados com o modo de um indivíduo ou grupo estar no mundo. Não enfrenta diretamente aqueles fatores mais objetivos como a falta de recurso ou baixa escolaridade. Se olharmos para as informações e opiniões que aparecem na pesquisa de campo, principalmente nas entrevistas, vemos que a iniciativa tem sido válida para os seus participantes no sentido de provocar transformações importantes na vida dos alunos e da comunidade.

Compreendemos que a presença do Jardim de Gente traz consigo, usando a proposta de Santana (1999 apud YÚDICE, 2004), um entendimento da cultura como ferramenta de integração social e combate a diversos problemas sociais. Quando pensamos o FECOP como fundo financiador, observamos que ele é injetado prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social através de um leque de ações. O Jardim de Gente é apenas um desses projetos, portanto ele se encontra ligado a uma agenda sociopolítica e econômica bem mais ampla do que a simples promoção da cultura e desenvolvimento das linguagens artísticas.

Todos os objetivos apontados pelo projeto compõem uma agenda política e econômica determinada por uma política de Estado, é uma ação interessada (YÚDICE, 2004), pois podemos dizer que visa retorno em forma de capital político também para o próprio governo que administra essa ação. No setor privado costumamos falar do capital econômico e como este dita as regras das políticas de investimento na cultura por parte das empresas. No setor público, podemos falar desse capital político, que por sua vez também atrai capital econômico. Todos esses objetivos demonstram o caráter de recurso da cultura para a melhoria social e econômica de uma população. A perspectiva da “cultura pela cultura” se perde em meio a tantos interesses e agendas políticas.

Com isso, percebemos que os intentos desse projeto são passíveis de se alinharem aos propósitos do FECOP de combater a pobreza estrutural. Mas, conforme verificamos, a distância entre o discurso e a prática ainda é uma dificuldade a ser enfrentada. Para Lia Calabre “o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração” e esse é também um dos desafios do Jardim de Gente. A provocação é a de tentar garantir a “coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática” (CALABRE, 2007, p. 12).

Consideramos que o Jardim de Gente tem caminhado mais no sentido de promover a cidadania junto aos seus alunos, possibilitando uma “democracia da cultura” e a obtenção de um capital cultural, abrindo espaço para que possam experimentar as diversas linguagens artísticas, descobrir o mundo da cultura e da arte, ao mesmo tempo em que

ressignificam o seu lugar de cidadão.

A revisão de literatura mostra muitos debates acerca do papel do Estado em relação a políticas de acesso à cultura e o desenvolvimento da mesma. Retomar esses estudos é sempre importante uma vez que historicamente a cultura esteve relegada a último plano nas políticas sociais e há quem diga que ainda permanece sendo. Para Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007, p. 75):

Cabe ao Estado estabelecer relações com os agentes da produção cultural, inclusive populares, que não se baseiem no clientelismo, no apadrinhamento, na troca de favores e homenagens. Adotar uma política voltada para a gestão participativa e democrática dos recursos destinados ao patrocínio cultural, estabelecendo uma relação republicana com os agentes da produção cultural, baseada no reconhecimento do mérito, na oferta de oportunidades equânimes para todos e, em casos específicos, adotar políticas compensatórias e de estímulo a grupos sociais cujo grau de desorganização e déficit de poder os impeça de aparecer com o mínimo de possibilidade na concorrência no mercado de bens simbólicos.

O trecho acima trás aspectos importantes que devem ser observados, por exemplo, a questão da gestão participativa e democrática dos recursos, a oferta de oportunidades equânimes para todos e as políticas compensatórias, esta última chamando em especial a nossa atenção no contexto do projeto estudado.

No artigo recém publicado de Rachel Gadelha Bezerra e Jocastra Weyne, onde retomam as discussões centrais da atualidade a respeito das políticas culturais, as autoras concluem apontando também nesta direção, a de que essas políticas precisam ser forças motrizes para uma produção de bens simbólicos distribuída de modo mais justo na sociedade.

Atentar para que a cultura não esteja submetida, em última instância, ao uso utilitário como recurso da inclusão e do desenvolvimento social, ou da expressão em si. As novas políticas culturais deverão ter como meta conjugar esforços para promover a liberação das forças criativas da sociedade. É necessário, desse modo, retomar a defesa de Celso Furtado (2012) de uma política cultural da criatividade, como o estímulo organizado a formas criativas que enriqueçam a vida dos membros da coletividade e ampliem as possibilidades dos seres humanos em seus múltiplos aspectos (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 12).

Dessa forma, corroboramos com os autores até aqui citados e entendemos que a política cultural voltada para a formação pode ser pensada como uma estratégia válida para a saída de pessoas da condição de pobreza, se tomarmos esta a partir dos conceitos que trouxemos nesta pesquisa.

No entanto, o Jardim de Gente é uma experiência que precisa ser melhor sistematizada e avaliada para que possamos conhecer a fundo as reais contribuições que ele tem trazido para a comunidade do Grande Bom Jardim e para a cena cultural da cidade de Fortaleza de modo geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID. 192 p.2002.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Gestão ou gestação pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007, p.61-86.

BALABAN, Maria Delith. Os indicadores quantitativos da cultura. In: WEFFORT, F. e SOUZA, M. (org.). **Um Olhar sobre a cultura**. Rio de Janeiro: Associação d' Amigos da FUNARTE, 1998.

BARBALHO, A; RUBIM, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. 179 p. v. 1.

BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. IV Seminário Internacional Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil. 16 a 18 de outubro/2013

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural**: temas, problemas y oportunidades. México: [s.l.], 2006.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, 1970.

BRASIL. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm).

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Rubim, Antonio Albino Canelas e Barbalho, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

CAPUCHA, Luís. **Desafios da pobreza**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

CAVALCANTE, José Estênio Raulino. Direitos culturais e direitos humanos: uma leitura à luz dos tratados internacionais e da constituição Federal. **Revista Eletrônica Dike**, vol. 1, n. 1, jan./jul. 2011.

CEARÁ. Decreto nº 27.379, de 1º de março de 2004.

CEARÁ. Decreto nº 28.638 de 08 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a competência, a estrutura organizacional e a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Cultura (SECULT). Diário Oficial [do Estado do Ceará], Fortaleza, CE, n.028, 08 fev. 2007a, p.22.

CEARÁ. Decreto nº 28.903, de 28 de setembro de 2007. Aprova o regulamento da Secretaria da Cultura (SECULT). Diário Oficial [do Estado do Ceará], Fortaleza, CE, n.185, 28 set. 2007b, p.15.

CEARÁ. Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003. Institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da emenda constitucional federal nº31, de 14 de dezembro de 2000, cria o conselho consultivo de políticas de inclusão social, extingue os fundos que indica e dá outras providências. Diário Oficial [do Estado do Ceará], Fortaleza, CE, n.228, 27 nov. 2003, p.01.

CEARÁ. Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, altera a estrutura da administração estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior, e dá outras providências. Diário Oficial [do Estado do Ceará], Fortaleza, CE, n.027, 07 fev. 2007c, p.03.

CEARÁ. Lei nº 8.541, de 09 de agosto de 1966.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. Instituto de Arte e Cultura do Ceará. **Projeto Jardim de Gente – 2012**. Fortaleza: Secretaria da Cultura, 2012.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Caracterização espacial dos homicídios dolosos em Fortaleza**. Fortaleza: IPECE, 2013. (IPECE informe, 66)

CEPAL. **Análisis de Resultados del Programa Puente 2002**: Informe Final, División de Desarrollo Social Junio Santiago, 2003. 383 p.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. Campinas: Iluminuras, 1997. Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/t/Teixeira-Coelho-Dicionario-Critico-de-Politica-Cultural.txt>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

COMISIÓN DE CULTURA DE LA FEMP. **Guía para la evaluación de las políticas culturales locales**: Sistema de indicadores para la evaluación de las políticas culturales locales en el marco de la Agenda 21 de la cultura. Madrid: FEMP, 2009.

COSTA, Aline de Caldas. **Artesanato e turismo em Itabuna (Bahia)**: dois estudos de caso à luz da economia criativa. 2008. 189 folhas. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2008.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Cultura (SECULT). Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). **Cultivando Cultura Colhendo Inclusão Social**. Revista do Centro Cultural Bom Jardim, Ano 1. Fortaleza, 2007/2008.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Cultura (SECULT). Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). **Jardim de Gente**. Revista do Centro Cultural Bom Jardim, Ano 2. Fortaleza, 2008/2009.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Cultura (SECULT). Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). **Jardim de Gente**. Revista do Centro Cultural Bom Jardim, Ano 3. Fortaleza, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Cultura (SECULT). Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). **Jardim de Gente**. Revista do Centro Cultural Bom Jardim, Ano 4. Fortaleza, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Cultura (SECULT). Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). **Jardim de Gente**. Revista do Centro Cultural Bom Jardim, Ano 5. Fortaleza, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Fundo de combate à pobreza**. Fortaleza, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). **O que é FECOP**. Disponível em: <<http://fecop.seplag.ce.gov.br/o-que-e-o-fecop>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais 2010**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sint>>

[eseindicisociais2010/SIS\\_2010.pdf](#)>. Acesso em: 25 mar. 2012.

INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ. **Jardim de Gente 2011**: relatório de cumprimento do objetivo. Fortaleza: IACC, 2011.

INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ. **Jardim de Gente 2012**: relatório de cumprimento do objetivo. Fortaleza: IACC, 2012.

INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ. **Jardim de Gente 2013**: relatório de cumprimento do objetivo. Fortaleza: IACC, 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Políticas de combate à pobreza**: uma abordagem conceitual e operacional. Vitória-ES: [s.l.], 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Políticas de Combate à Pobreza**: uma abordagem conceitual e operacional. Vitória, ES. 44f. tab. (Texto para discussão, 29). 2011.

LARRUE, Corinne; KNOEPFEL, Peter; SUBIRATS, Joan; VARONNE, Frederic. Análisis y gestión de políticas públicas. Barcelona: Editorial Ariel, S., 2008.

LEOCADIO, A.; PARENTE, E. S.; PRADO, K. P. L. de A. Avaliação de políticas públicas culturais para a população de baixa renda: um estudo no centro cultural dragão do mar, em Fortaleza. *eGesta*, v. 3, n. 4, p. 53-76, out./dez. 2007.

LOIOLA, Elizabeth; MIGUEZ, Paulo. **Sobre cultura e desenvolvimento**. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Facom –UFBA), 2007. CD-Rom.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-113. (Coleção CULT, 1).

MOURA, Ricardo (Org). **Cartilha da Regional V**. Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará – LabVida - UECE, Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará – COVIO - UECE, Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará – LEV - UFC. 2011, pág. 23.

NASCIMENTO, Alberto Freire. Política cultural e financiamento para a cultura. **Diálogos & Ciência**, ano 2, n. 6, set. 2008. Disponível em: <[http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=138&Itemid=58](http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=138&Itemid=58)>. Acesso em: 01 jul. 2012.



PONTE, João Pedro (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25, 105-132. Este artigo é uma versão revista e atualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), pp3-18. (republicado com autorização)

PORTO, Marta. **Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades**. Salvador : Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. 60 p. (Coleção Cultura é o quê?, II).

PROJETO JARDIM DE GENTE. **Relatório Final 2012**. Fortaleza: 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri SP: Manole, 2007. 354p.

ROCHA, S. (2006). **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Riode Janeiro: FGV, 2003, 244p.

ROMANO. J. O., ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: EMPODERAMENTO e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 116 p. 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007a, p.11-36.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007b.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIQUEIRA, Mauricio. Indicadores sociais e desenvolvimento sustentável. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2009, v. , p. -.

SOMA Inovações e Eventos. **Relatório Quantitativo de Público – Culminância 2013**.

THE, Nilbio. **O Dragão devorado - a educação profissionalizante de cultura como fomento à economia criativa: o caso do Instituto Dragão do Mar**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. Rio de Janeiro: RAP 40(1): 27-55, Jan./Fev.2006

YIN, Robert (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications

YUDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.